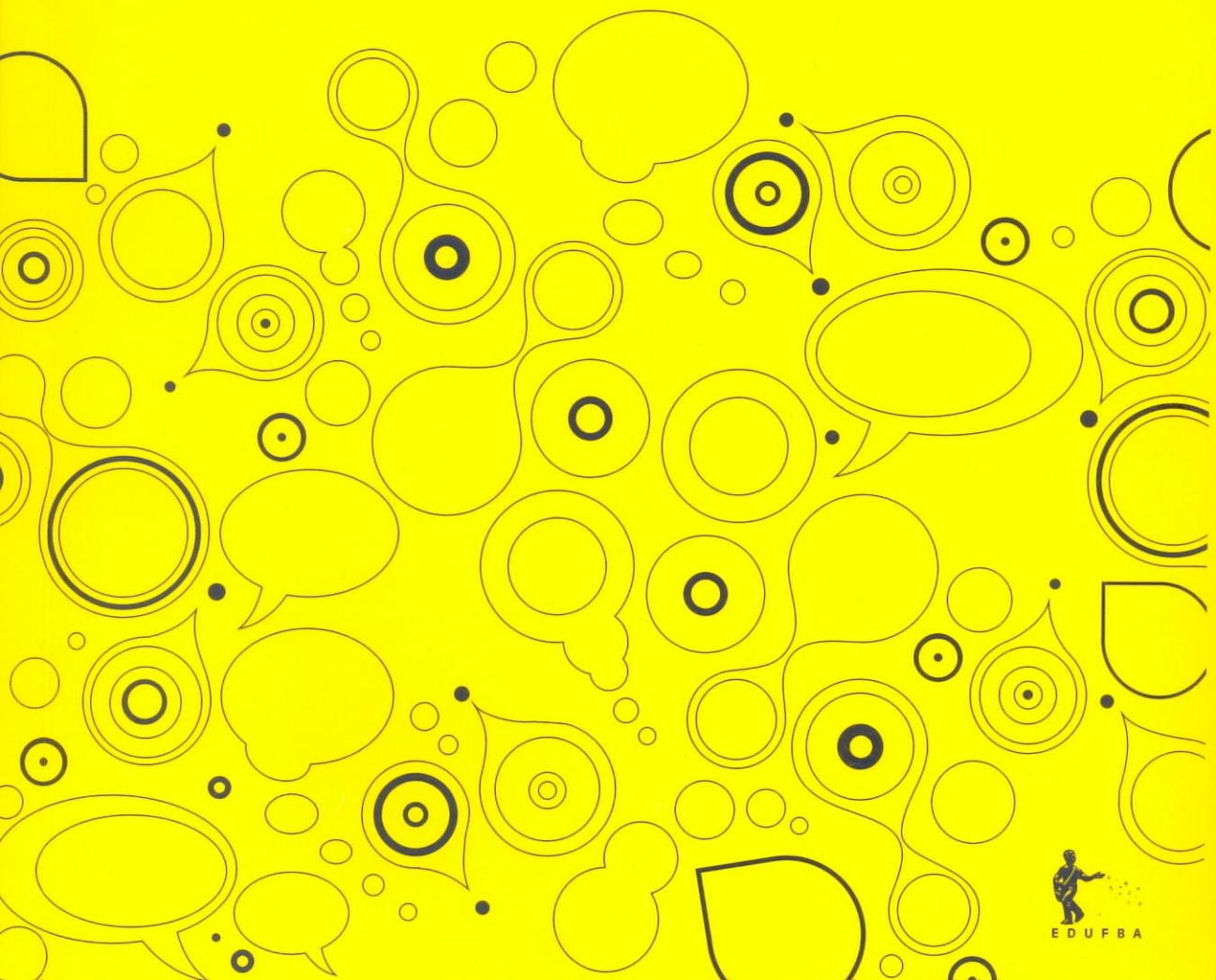


MÚTIPLAS VOZES

Racismo e anti-racismo na perspectiva
dos universitários de São Paulo

Paula Barreto



MÚTIPLAS VOZES

Racismo e Anti-Racismo na Perspectiva de
Universitários de São Paulo



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

Naomar de Almeida Filho



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El Hani

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria do Carmo Soares Freitas

*SUPLENTE*S

Alberto Brum Novaes

Antônio Fernando Guerreiro de Freitas

Armindo Jorge de Carvalho Bião

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Cleise Furtado Mendes

Maria Vidal de Negreiros Camargo



MÚTIPLAS VOZES

Racismo e Anti-Racismo na Perspectiva de
Universitários de São Paulo

Paula Cristina da Silva Barreto



Salvador - BA

2008

©2008 by Paula Cristina da Silva Barreto
Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade Federal da Bahia.
Feito o depósito legal.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, a não ser com a permissão escrita do autor e da editora, conforme a Lei nº 9610 de 19 de fevereiro de 1998.

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Lúcia Valeska Sokolowicz

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS, REVISÃO E NORMALIZAÇÃO
Susane Barros

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Barreto, Paula Cristina da Silva.
Múltiplas vozes: racismo e anti-racismo na perspectiva dos universitários
de São Paulo/ Paula Cristina da Silva Barreto. – Salvador : EDUFBA, 2008.
186 p.

ISBN 978-85-232-0553- 9

1. Discriminação racial. 2. Racismo - Brasil. 3. Negros - Segregação.
4. Indígenas – Segregação. I. Título.

CDD – 305.8

Editora filiada à:



Rua Barão de Jeremoabo s/n – Campus de Ondina
40.170-115 Salvador – Bahia – Brasil
Telefax: 0055 (71) 3283-6160/6164/6777
edufba@ufba.br - www.edufba.ufba.br

Agradecimentos

Este livro é o resultado da reorganização e síntese da minha tese de doutorado em Sociologia defendida na Universidade de São Paulo (USP).

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia desta Universidade e, em especial, a Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, meu orientador, e Nadya Araújo Guimarães, pelos comentários e contribuições. Eu sou muito grata também a Reginaldo Prandi e Sérgio Adorno pelas sugestões ao meu trabalho, e a Ubiratan Araújo, pelos comentários feitos a versões anteriores.

O meu agradecimento especial aos estudantes da Universidade de São Paulo (USP) que colaboraram com a pesquisa e se dispuseram a participar das entrevistas.

A revisão do texto para publicação foi realizada durante o meu estágio pós-doutoral no Center for Latin American and Iberian Studies (CLAIS), da Vanderbilt University, Estados Unidos. Agradeço a Marshall Eakin, Jane Landers, Paula Covington, Edward Fischer, Norma Antillón e toda a equipe do CLAIS e do Women and Gender Studies por terem me proporcionado dias de trabalho tão agradáveis e produtivos na Vanderbilt. Aos amigos de Nashville, o meu agradecimento por todo o apoio, em especial, a Dorothea Severino que me acolheu desde a chegada até a saída. Agradeço também a Orlando Taylor, Dean da Graduate School, da Howard University, em Washington D.C. pela acolhida enquanto eu fazia pesquisa na Biblioteca do Congresso. À minha amiga Gege Poggi e família, todo o meu carinho por terem me recebido em casa durante o período em que permaneci em Washington D.C..

Agradeço a Capes pelo inestimável apoio através das bolsas de doutorado e pós-doutorado, que me permitiram a dedicação integral ao trabalho de pesquisa, redação da tese e revisão do livro.

Agradeço também aos colegas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia, onde comecei a minha trajetória como Professora de Sociologia. Nesta Faculdade, eu recebi o apoio decisivo da equipe do Programa de Pesquisa e Formação Sobre Relações Raciais, Cultura e Identidade Negra na Bahia - A Cor da Bahia, responsável por criar as condições propícias para a realização de debates e pesquisas que inspiraram este livro. Em especial, agradeço aos amigos e colegas Jocélio Teles dos Santos, Cloves Luis Oliveira e Rosângela (Janja) Costa Araújo.

A toda a equipe do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, agradeço pelo carinho e confiança.

Um agradecimento especial às minhas irmãs Celeste e Lourdes e a toda a minha família, a Rita Barreto e família, a Isabel Ângela, a Carlos Miranda, a Lígia Vilas Bôas e demais integrantes do Grupo Nzinga de Capoeira Angola, ao Taata Mutá Imê e participantes da Casa dos Olhos de Tempo, pelo estímulo e incentivo constantes à realização deste, bem como de outros projetos importantes na minha vida.

A Poloca Barreto sou grata pela solidariedade, cumplicidade e alegria que foram tão importantes para a conclusão deste livro.

Sumário

Prefácio	> 9
Introdução	> 11
Capítulo I	
Entrevistas e seu contexto	> 23
Capítulo II	
Significados do racismo e do anti-racismo para os brancos e japoneses	> 43
Capítulo III	
Os significados do racismo e do anti-racismo para os negros e indígenas	> 91
Capítulo IV	
Uniões proveitosas: identidades raciais, ação afirmativa e inclusão	> 159
Referências	> 175

Prefácio

Qualquer pessoa interessada em ações afirmativas das universidades brasileiras precisa ler *Múltiplas Vozes*. A visão tradicional ou de democracia racial de que brasileiros negam ou ignoram o racismo na produção de inadequações sociais está morta, ao menos entre estudantes de nível superior. Neste bem pesquisado volume, Paula Cristina da Silva Barreto fornece forte evidência de como segmentos jovens e com acesso à educação formal da sociedade brasileira estão completamente cientes da insídia do racismo nesta sociedade. Baseada em extensivas entrevistas com estudantes brancos e negros de nível superior, a Professora Paula Cristina, da Universidade Federal da Bahia, mostra que o racismo se tornou amplamente aceito como um fato na vida do brasileiro. A duradoura ideologia de democracia racial no Brasil foi substituída, entre estudantes de nível superior, pelo reconhecimento de subordinação racial. Eles não somente reconhecem o racismo, como também o ranqueiam como o segundo mais importante problema social no Brasil, apenas atrás da corrupção.

Entrevistas com estudantes revelam um novo consenso sobre o racismo na sociedade brasileira. Quase todos reconhecem que aproximadamente metade da população é severamente limitada por preconceito e discriminação raciais. Prontamente citam o uso freqüente de linguagem e humor racistas, medo de mistura racial, desvalorização do corpo negro e da estética afro, discriminação em mercados de trabalho e bloqueio ao acesso à educação de qualidade.

Entretanto, não há consenso algum sobre o que se fazer com o racismo. Ao mesmo tempo em que os estudantes brancos estão conscientes do racismo, tenderam ser incisivamente contra políticas raciais, tais como ações afirmativas. Ao invés disso, eles preferem políticas cegas a cor

que redistribuem renda e provêm maior acesso à educação para todos. A Professora Paula Cristina argumenta que isto é condizente com o discurso de democracia racial que valoriza o não-racismo, mas que, ao mesmo tempo, eles se opõem às políticas efetivas de combate à discriminação racial.

Por outro lado, os estudantes negros reconheceram o racismo no dia-a-dia da sociedade brasileira, mas as soluções deles foram mais diversas. Muitos seguiram estratégias individuais de busca de, ativamente, mudar as atitudes e comportamentos racistas cotidianos de membros da família e amigos, assim como promover o orgulho em ser negro. A respeito das políticas anti-racistas, os estudantes negros se dividiram entre aqueles que apóiam ações afirmativas, geralmente baseadas nas questões de classe e raça simultaneamente, e outros que se opõem às políticas raciais de ações afirmativas.

Por fim, a Professora Paula Cristina argumenta que idéias e valores anti-igualitários estão por trás das ações afirmativas raciais no Brasil, tanto as apoiando quanto se opondo a elas.

Edward Telles

Departamento de Sociologia, Universidade de Princeton – Estados Unidos.

Introdução

Os estudos realizados no contexto do que ficou conhecido como virada lingüística enfatizaram que, embora o racismo esteja associado à existência de desigualdade com base na idéia de raça, ele também se expressa e se reproduz através do discurso. Uma das implicações dessa abordagem é a atenção para o estilo, o vocabulário, e as estratégias retóricas usadas no discurso, especialmente, quando a pessoa que fala, ou escreve, tenta transmitir uma auto-imagem positiva e afastar de si o rótulo de racista.

A partir de estudos empíricos realizados, principalmente, na Europa, Van Dijk (2002) destacou que o discurso tem um papel proeminente na reprodução do racismo. Segundo ele, existem princípios globais do discurso racista, que são similares a qualquer tipo de discurso de base ideológica: os aspectos positivos do Nós, do grupo de dentro, e os aspectos negativos do Eles, do grupo de fora, são enfatizados; por outro lado, os aspectos positivos do Eles, e os aspectos negativos do Nós, são minimizados. Segundo ele, é possível esperar que existam tendências racistas em grande número de gêneros discursivos, cada um com suas características contextuais próprias, tendo em vista o papel das elites simbólicas no processo de informação, comunicação e discurso público na sociedade (VAN DIJK, 2008, p. 20). Com uma abordagem semelhante, Wetherell (2003) também destacou que o discurso expressa, convence, e legitima os preconceitos e estereótipos raciais, ou étnicos, entre os brancos.

Um dos aspectos que Van Dijk (2002) tem enfatizado é que as negações do racismo são uma estratégia principal no discurso das elites e um bom exemplo de tais negações é a expressão bem conhecida: Eu não tenho nada contra os negros, mas.... Ele mencionou que o uso de eufemismos é recorrente quando se trata de minimizar, banalizar, ou mitigar a seriedade,

a extensão, ou as conseqüências das ações negativas, e que, por exemplo, a expressão “dizer a verdade” pode ser o eufemismo típico daqueles que são acusados de dizer ou escrever coisas depreciativas sobre as minorias. Além disso, o próprio racismo pode ser considerado tabu, como acontece nos Países Baixos e na Alemanha, onde se considera que o termo é aplicável somente ao racismo aberto, da direita, ou ao racismo que existe em outros países, e que seu uso seria, portanto, totalmente inadequado no caso das expressões mais moderadas, ou das formas modernas do racismo diário, especialmente entre as elites. Nessa linha de investigação, a existência de estratégias de desculpas, que consistem em apresentar outras justificativas para a defesa de posições consideradas racistas, que podem conduzir à responsabilização das próprias vítimas, tem sido objeto de análise. Nesse caso, ocorre o que Van Dijk (2002) chama de reversão, quando a acusação é transferida para outro indivíduo ou grupo.

Nas últimas décadas, diversos estudos têm abordado a questão da existência de novos tipos de racismo (TAGUIEFF, 1987; WIEVIORKA, 1993; CASHMORE, 1996) e, mais recentemente, alguns deles têm focalizado a linguagem (BONILLA-SILVA, 2003; DOANE, 2006). Por exemplo, ao analisar o que ele chamou de racismo cego para a cor, nos Estados Unidos, Bonilla-Silva (2003) destacou que os brancos evitavam expressar através de linguagem racial direta os seus pontos de vista raciais, e forneceu evidências sobre o estilo da cegueira para a cor, destacando a presença do que ele chamou de movimentos semânticos, negações aparentes, e reivindicações de ignorância. Nesse sentido, a frase “Eu não sou preconceituoso, mas...” foi uma das estratégias verbais mais comuns. Além disso, ele destacou o papel dos diminutivos nestas falas, usados, por exemplo, quando os entrevistados se manifestavam contrariamente às políticas de ação afirmativa. Bonilla-Silva também apontou como aspectos relevantes no modo como as pessoas falam sobre a raça a existência de projeções, que aconteciam quando as próprias minorias eram responsabilizadas e acusadas de racistas, a incoerência quase total e a negociação de pontos de vista aparentemente contraditórios, quando a importância da raça era afirmada e, ao mesmo tempo, negada.

Diferentemente dos estudos anteriores, Lamont (2000) caracterizou simultaneamente o discurso racista e anti-racista, através de populações diferentes, em uma pesquisa comparativa entre trabalhadores dos Estados Unidos e da França. Lamont analisou como – e se – os entrevistados negros e brancos construíram fronteiras separando-os uns dos outros e ao cumprir essa tarefa iluminou novos aspectos do trabalho de construção de fronteiras raciais. As expressões retórica do racismo e retórica do anti-racismo foram usadas por Lamont para se referir à sistematização dos diferentes temas presentes no repertório de argumentos e aos tipos de evidência utilizados para demonstrar que os grupos raciais eram superiores, ou iguais, um ao outro. O estudo documentou quais eram as normas que os brancos acreditavam que os negros violavam e ofereceu evidências sobre o anti-racismo de americanos brancos comuns, um tópico que, para a autora, ainda não havia sido suficientemente explorado. Uma das conclusões foi que o multiculturalismo, que é a forma de anti-racismo mais popular na academia, estava ausente da visão de mundo dos trabalhadores entrevistados. Outro ponto crucial abordado foi o modo como negros comuns construíam os brancos e entendiam as diferenças entre negros e brancos. A conclusão foi que os negros usavam um leque mais amplo de argumentos – religiosos, biológicos e políticos –, para demonstrar a igualdade entre as raças, talvez em resposta à experiência cotidiana do racismo. Lamont (1999) destacou, ainda, o fato de que os argumentos morais foram fundamentais na construção de fronteiras raciais, e estavam presentes nos argumentos usados por brancos e negros, tema que tem sido objeto de investigação nos estudos que analisam a relação entre cultura e desigualdade racial. Para explicar esses resultados, Lamont focalizou menos os fatores psicológicos e mais o modo como instituições como as igrejas, partidos políticos, e a mídia moldam os repertórios culturais aos quais os negros e brancos têm acesso.

A meu ver, o estudo simultâneo do racismo e do anti-racismo proposto por Lamont é particularmente importante no caso da América Latina. Van Dijk (2008, p. 22) afirmou que os princípios gerais do racismo e sua reprodução baseada no discurso se aplicam a toda a América Latina,

mesmo que existam diferenças marcantes entre os países da região, afirmando que as retóricas contra a imigração ou contra as minorias estão presentes no discurso político da região, assim como acontece na Europa. No entanto, ele mesmo chamou a atenção que, principalmente, na América Latina não se trata simplesmente de uma questão de branco *versus* não-branco, mas existe uma escala sutil que distingue mais ou menos aparência européia, africana, ou indígena, e em que a maior proximidade do fenótipo europeu – ou seja, parecer mais branco – tende a estar associada a mais prestígio, mais alto status, mais poder e a uma melhor posição socioeconômica e cultural. Se não se trata apenas da oposição branco *versus* não-branco é de se esperar que haja diferenças no discurso racista e anti-racista, bem como na construção de fronteiras entre os grupos, se comparado aos Estados Unidos e à Europa.

A utilização na América Latina de teorias sobre racismo e discurso permite ampliar a compreensão do fenômeno do racismo e dos processos de construção de identidades, mas é crucial analisar conjuntamente as dinâmicas anti-racistas e levar em conta que nesse contexto prevalece a combinação de inclusão e exclusão (TELLES, 2003; WADE, 2005; SAWYER, 2006). Chamo a atenção para esse aspecto não por aderir às teses do excepcionalismo latino americano que insistem no declínio da significância da raça e do racismo na região, mas por concordar com os autores que apontam as limitações das análises que insistem na dicotomia racista/não racista, e propõem que o foco seja deslocado dos indivíduos para o discurso (PHOENIX, 2004; RATTANSI, 2005). Este deslocamento implica em uma alteração na abordagem das identidades, no sentido de reconhecer que estas não são singulares e unitárias, mas múltiplas e, potencialmente, contraditórias.

Integrando material de estudos sobre a reprodução do racismo através do discurso, assim como de estudos sobre o anti-racismo e sobre a construção de fronteiras, o presente estudo investiga a retórica do racismo e a retórica do anti-racismo usando esses termos no mesmo sentido usado por Lamont (2000). Em um contexto como o atual, em que as evidências do racismo consideradas importantes deixaram de se limitar

a manifestações explícitas de concepções de superioridade racial para incluir expressões indiretas, codificadas e sutis que, muitas vezes, fazem referência à classe e à cultura, e não à raça, em que as políticas anti-racistas são deslegitimadas sob a acusação de racismo, e em que as identidades são ambivalentes, o uso das ferramentas da análise de discurso e dos estudos sobre a construção de fronteiras permite ultrapassar a polarização entre as interpretações que afirmam, ou negam a relevância da raça, do racismo, e das identidades étnicas e raciais. Além disso, tal iniciativa contribui para ampliar os estudos que analisam detalhadamente os contextos dos diferentes gêneros de discurso na América Latina, focalizando não apenas o racismo, mas também o anti-racismo, e não apenas as elites e os brancos, mas também outros segmentos da população.

A pesquisa empírica que serviu de base para o presente estudo foi realizada entre estudantes de graduação da Universidade de São Paulo, selecionados considerando a cor, o gênero e o curso freqüentado. As entrevistas realizadas incluíram descrições sobre situações consideradas como racismo, explicações para as desigualdades, estratégias anti-racistas usadas no cotidiano, e argumentos usados para justificar as posições em relação às políticas anti-racistas. Na sistematização e apresentação desses resultados procurei destacar a complexidade, heterogeneidade, e ambigüidade, em lugar de reforçar as concepções rígidas e unitárias de racismo, anti-racismo, branquitude e negritude. Tal opção é coerente com o uso de uma definição abrangente do conceito racismo, que não se limita à segregação formal e doutrina de superioridade racial, mas inclui o preconceito, a discriminação, e a desigualdade (GUIMARÃES, A., 1999), enfatizando a multidimensionalidade, adaptabilidade e ambigüidade do fenômeno do racismo (RATTANSI, 2007). Trata-se, portanto, de recusar a imposição de modelos únicos e de definições estáticas e restritivas, que não conseguem capturar a dinâmica e o caráter processual do racismo (MURJI; SOLOMOS, 2005; RATTANSI, 1996). Essa perspectiva solicita que o anti-racismo seja também definido de maneira abrangente, considerando a possibilidade de existirem caminhos diversos para confrontar o racismo em suas manifestações distintas (FLOYA; LLOYD,

2002), e que as identidades sejam entendidas a partir de uma abordagem construcionista (RESTREPO, 2004; CUNIN, 2003; WADE, 2002).

Os resultados desse estudo não podem ser generalizados para a população de estudantes da Universidade e do Estado de São Paulo, mas permitem aprofundar alguns temas e evidenciar aspectos ainda pouco estudados. Inicialmente, foram inúmeras as evidências de negações indiretas do racismo nas falas dos estudantes, especialmente quando o tema abordado foram as políticas anti-racistas.

A estreita articulação percebida entre a pobreza dos negros e a falta de acesso a educação básica de qualidade como explanação para as dificuldades de ingresso deles no ensino superior foi confirmada pelos resultados, permitindo evidenciar, por um lado, que os próprios negros não são responsabilizados diretamente por essa situação e, por outro lado, que a pobreza negra é naturalizada.

Outro achado da pesquisa é que nestas falas miscigenação e negritude não são incompatíveis, mas coexistentes. A conciliação nas falas dos estudantes entre posições favoráveis à miscigenação e de apoio à afirmação da negritude reforça, por um lado, que a miscigenação não está associada apenas à homogeneidade e, por outro lado, que a negritude tem uma dimensão inclusiva (WADE, 2005). Os resultados revelaram, ainda, que havia grande apoio entre os estudantes às iniciativas do movimento negro de afirmação da negritude, mas foram também frequentes as críticas às iniciativas de realização de atividades voltadas exclusivamente para negros e à afirmação da superioridade dos negros sobre os brancos.

Em relação ao discurso anti-racista, no caso dos estudantes brancos e do estudante japonês prevaleceu uma perspectiva universalista que defende a igualdade entre negros e brancos, e que considera qualquer iniciativa visando beneficiar exclusivamente os negros como discriminatória ou segregacionista. Nesse aspecto, em diversas falas foi possível documentar o que para Van Dijk (2002) são reversões, e para Bonilla-Silva (2003) são projeções, ou seja, acusações de racismo contra as instituições ou indivíduos que advogam políticas anti-racistas. A análise dos diversos argumentos usados para justificar a posição contrária à reserva de vagas

para estudantes negros nas universidades que foi predominante entre esses estudantes permitiu evidenciar que os negros foram construídos como intelectualmente inferiores nas falas que expressaram uma expectativa negativa muito grande em relação ao rendimento acadêmico deles. No caso dos estudantes negros e do estudante indígena, documentei a existência de estratégias anti-racistas diversas usadas no cotidiano, e verifiquei que existiam duas perspectivas distintas, uma delas universalista e outra particularista, o que se refletiu tanto na construção da negritude e da indianidade, quando nas posições em relação às políticas anti-racistas. A existência de versões distintas da negritude, e de um leque variado de posições entre a discordância total e o apoio irrestrito à ação afirmativa evidenciou mais ainda o quanto é incorreto supor que há homogeneidade entre os negros, e os indígenas. A existência de duas perspectivas anti-racistas distintas provocou tensões e complexidades no discurso, e permitiu notar, por exemplo, que a afirmação do ser negro, e índio, não implicou em demarcação de fronteiras rígidas separando-os de outras categorias.

Outro achado da pesquisa é que o tema da identificação da cor dos beneficiários dos programas de reserva de vagas não mereceu destaque nas falas dos estudantes, apesar da centralidade que tem na literatura que se opõe a tais programas, confirmando que o caráter situacional e a flexibilidade de tal classificação não impedem que sejam estabelecidas distinções entre diferentes categorias de cor na sociedade brasileira.

Em síntese, os resultados desse estudo permitiram afirmar que a combinação entre inclusão e exclusão que existe no Brasil, assim como na América Latina e Caribe, repercute na retórica do racismo e do anti-racismo, de maneira que nesse contexto as formas indiretas de negação do racismo são mais comuns, e os argumentos usados para explicar a desigualdade e sustentar as posições em termos de políticas anti-racistas não expressam tão abertamente representações negativas sobre os negros e os indígenas, sendo mais compartilhados entre indivíduos de cor diferente do que acontece em contextos em que tal combinação está ausente, ou menos presente.

Para este estudo foram utilizadas variadas fontes: documentos, livros, artigos, jornais, banco de dados e, principalmente, entrevistas individuais. A parte empírica da pesquisa foi realizada na Universidade de São Paulo (USP) onde foram feitas entrevistas com estudantes de graduação, entre os anos 2000 e 2001, selecionados através de indicação, e não de forma aleatória. A minha preferência por realizar entrevistas semi-estruturadas, com base apenas em um roteiro, e pela escolha intencional dos estudantes se justifica porque o racismo ainda pode ser considerado um tema sensível – apesar de estar em maior evidência nos últimos anos – e, em vista disso, seria razoável esperar que provocasse constrangimento, ou desconforto, falar de experiências e revelar opiniões acerca do racismo com uma pessoa completamente desconhecida e que não tivesse estabelecido qualquer contato prévio à situação de entrevista. Nesse caso, acredito que o conhecimento prévio não atrapalha, mas, pelo contrário, favorece a interação, podendo minimizar o chamado efeito da desejabilidade social, que faz com que atitudes e comportamentos reprovados socialmente sejam omitidos em situações formais e nos discursos públicos.

Antes do início das entrevistas, analisei o banco de dados da Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST) com os resultados do formulário sócio-econômico respondido pelos estudantes inscritos e matriculados no ano 2000, e que incluiu, pela primeira vez, uma pergunta sobre a cor. Foram oferecidas opções prévias de resposta à pergunta e os estudantes podiam escolher entre cinco categorias diferentes: branco, pardo, preto, amarelo e indígena. Através da análise dos resultados, constatei que havia sub-representação dos estudantes que escolheram as opções preto e pardo – que eu vou chamar de negros –, e sobre-representação dos estudantes que escolheram as opções amarelo e branco, se comparadas estas proporções com aquelas encontradas na população do Estado de São Paulo.

O número de estudantes negros, brancos, amarelos e indígenas entrevistados não é proporcional à participação destes no conjunto de estudantes de graduação da Universidade. Na seleção dos estudantes, além de respeitar a diversidade existente, tentei dar mais visibilidade à presença dos estudantes negros.

À medida que me familiarizava com o espaço da Universidade e analisava as informações disponíveis sobre as características sócio-demográficas do conjunto dos estudantes de graduação, iniciei os contatos prévios necessários para a seleção dos estudantes que seriam entrevistados. A intenção era conseguir, ao final, realizar as entrevistas com um conjunto diversificado em termos de curso freqüentado, condição sócio-econômica, gênero e cor. No total, eu realizei 45 entrevistas gravadas com duração média de uma hora. Cabe ressaltar que os nomes próprios que eu utilizei ao longo do livro para me referir aos entrevistados são fictícios.

Utilizei um roteiro que serviu de guia para a condução das entrevistas, mas os conteúdos e a ordem das perguntas variaram, a depender dos temas que foram abordados e das situações específicas descritas por cada estudante entrevistado.

As indicações foram fundamentais para que pudesse criar uma rede de contatos que me permitisse selecionar os estudantes que pretendia entrevistar. Como parte da estratégia para a escolha e o acesso aos estudantes, considerei os centros acadêmicos, o conjunto residencial e os centros de convivência da Universidade como lugares privilegiados, e nesses locais realizei algumas das entrevistas. No caso específico dos estudantes negros e de baixa renda que conforme os dados mostravam formavam uma minoria, foi imprescindível estabelecer contatos prévios que me permitiram selecionar e entrar em contato, principalmente, com os estudantes que freqüentavam cursos onde a proporção de negros era muito reduzida.

Na análise das entrevistas, pretendi enfatizar a heterogeneidade interna, sem com isso defender a impossibilidade ou ilegitimidade do uso de categorias como branco e negro. A terminologia utilizada pelos estudantes para a classificação da cor e as referências à identificação racial consistiam em uma parte importante da entrevista e a minha decisão foi não abordar a questão através de uma pergunta direta, evitando a indução para a escolha de termos previamente estabelecidos. O tema só foi tratado diretamente quando a definição da cor foi mencionada no decorrer da entrevista pelo próprio estudante. No entanto, para efeito de análise

eu utilizei a classificação binária branco/negro, seguindo a estratégia utilizada por muitos pesquisadores e participantes de organizações anti-racistas. Como vai ficar evidente ao longo da análise das entrevistas, os estudantes que eu defini como negros também se definiram dessa forma, apesar de existirem diferenças físicas entre eles, seja na cor da pele ou no tipo de cabelo, ao passo que os estudantes que eu defini como brancos não usaram nenhum termo para a auto-classificação da cor. Nos casos do estudante japonês e do estudante indígena entrevistados, apesar das referências explícitas à ambivalência da classificação, houve também concordância com a definição que eu utilizei.

Em relação à classe social, utilizei como indicadores as informações que fizeram parte dos comentários sobre a trajetória escolar e familiar, como o grau de instrução e profissão dos pais, tipo de escola freqüentada no ensino fundamental e médio, bem como sobre o local de residência, evitando perguntar diretamente sobre a renda familiar ou individual, e sobre o padrão de consumo.

Ao longo do período de quatro anos em que estive vinculada à pós-graduação em Sociologia e residindo na cidade de São Paulo (1998-2001), busquei aproveitar ao máximo todas as oportunidades de convivência com estudantes de graduação, de vários cursos, não apenas dentro, mas também fora do espaço da universidade. Essa convivência me permitiu manter contatos e estabelecer relações cruciais para que pudesse entender melhor o modo como os estudantes se relacionavam com a Universidade e entre eles, e o modo de funcionamento da universidade, vista não apenas do ponto de vista formal, burocrático, mas também do ponto de vista das relações sociais e da hierarquia interna.

Um espaço importante para a criação da rede de contatos e para a observação foi um dos cursos regulares de língua estrangeira oferecidos pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Economia e Administração (FEA) nas salas de aula desta unidade, e que freqüentei regularmente durante dois semestres consecutivos. Essa experiência foi importante por ter me chamado a atenção para a existência de uma hierarquia interna que é percebida pelos próprios estudantes e que situa algumas faculdades numa

posição de superioridade em relação a outras consideradas inferiores, e para a distribuição desigual dos estudantes segundo a cor ou origem étnica entre os diferentes cursos. Posteriormente, pude constatar isso através da análise dos dados sobre a composição por cor da população de estudantes inscritos e matriculados no ano 2000. O estudante de origem asiática que eu entrevistei era vinculado à Faculdade de Economia e Administração (FEA).

Além disso, foi fundamental a minha participação no Grupo Nzinga de Capoeira Angola, cujas atividades ocorriam durante a noite numa das salas de aula do Instituto de Psicologia, e ao qual me integrei desde o início do ano de 1998. Muitos dos participantes desse grupo freqüentavam cursos de graduação da universidade e alguns deles estão entre os estudantes entrevistados, convite feito depois de meses de nossa convivência no cotidiano das atividades do Grupo.

Com essa observação, chamo a atenção, novamente, para o fato de que a existência de contatos prévios com os estudantes que seriam entrevistados foi considerada como um fator positivo, e não como um impedimento ou uma dificuldade. Parti do pressuposto de que se a pesquisadora fosse uma pessoa desconhecida, aumentariam as chances de superficialidade nas falas sobre o racismo e o anti-racismo, bem como faria com que estas se limitassem à repetição de um discurso quase-oficial sobre o tema. De modo inverso, presumi que os contatos prévios favoreceriam a interação construída na situação de entrevista, diminuindo o constrangimento que poderia existir ao falar sobre experiências com o racismo associadas às trajetórias pessoal e familiar.

No entanto, penso que os contatos prévios não fizeram com que eu deixasse de ser uma “estrangeira”, apesar de estar vinculada formalmente à Universidade e, portanto, não ser uma pesquisadora sem qualquer outro vínculo com o espaço de realização da pesquisa. O fato de ser de origem nordestina – baiana – era evidente e significativo para os estudantes com os quais eu interagia, assim como ocorria com outras pessoas de fora da Universidade. Pelo meu vínculo duplo, com o universo da Capoeira Angola e com a Universidade, pude experimentar em vários contextos

como as atitudes variavam e as reações mudavam diante desse duplo pertencimento.

O livro está organizado em quatro partes. A primeira, *As entrevistas e o seu contexto*, traz um quadro de referência importante para que se possa compreender melhor os textos oriundos das entrevistas e que serão analisados nos capítulos subseqüentes. Na segunda parte, *Os significados do racismo e anti-racismo para os brancos e japoneses*, analiso as situações consideradas como exemplos de racismo, as explanações para a desigualdade e os argumentos utilizados para justificar a posição em relação às políticas anti-racistas, em especial, no ensino superior, com base nas entrevistas feitas com estudantes brancos e com um estudante japonês. Na terceira parte, denominada *Os significados do racismo e anti-racismo para os negros e indígenas*, faço uma análise dos temas abordados nas falas sobre o racismo, sobre identidades, e sistematizo as estratégias anti-racistas usadas pelos estudantes negros e pelo estudante indígena, que envolvem a eles mesmos, as famílias e o movimento negro, e repercutem sobre os processos de identificação. Na última parte, *Uniões Proveitosas: Identidades Raciais, Ação Afirmativa e Inclusão*, sintetizo os resultados apresentados separadamente nas duas partes anteriores, recorrendo à literatura que analisa as pesquisas de opinião que abordaram temas como explanações para a desigualdade, posições em relação à ação afirmativa e à miscigenação, bem como à literatura que destaca a existência de uma dimensão inclusiva na negritude e indianidade que têm sido construídas no Brasil.

Capítulo I

Entrevistas e seu contexto

No período em que as entrevistas com estudantes de uma universidade pública de São Paulo foram realizadas, em 2000 e 2001, havia fortes restrições para o acesso dos jovens ao mercado de trabalho, mesmo no caso daqueles com formação universitária, tornando mais difícil a realização de projetos individuais e familiares de mobilidade social ascendente. Uma das implicações disso foi a elevação da demanda pelo aumento da escolaridade, requisito fundamental em um mercado de trabalho cada vez mais exigente em termos de qualificação da força de trabalho. Em paralelo, a existência de uma grande proporção de desempregados, tornava mais difícil ainda a situação, principalmente, para aqueles que, além da baixa escolaridade, também não dispunham de experiência. Devido à segmentação por cor e gênero existente no mercado de trabalho, estas restrições colocavam em desvantagem ainda maior as mulheres e os negros, se comparados aos homens e aos não-negros.

Um estudo realizado sobre a segmentação do mercado de trabalho em São Paulo segundo a cor revelou que, no período de 1987 a 1989, as taxas de ocupação entre os negros eram inferiores à dos brancos, apesar de aqueles participarem mais no mercado de trabalho, o que indicava a existência de uma taxa maior de desemprego entre os negros (CASTRO, 1998).¹ Na interpretação desses resultados, Castro destacou que tal incidência desproporcional do desemprego entre os negros mostrava que estes pareciam ocupar as posições mais instáveis mesmo quando inseridos em um mercado de trabalho mais estruturado como o de São Paulo (se

¹ O estudo foi realizado com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), na Grande São Paulo, para o período de 1987-1989.

comparado com outras regiões metropolitanas do País). Além disso, o fato de o desemprego ser irrisório entre os asiáticos – amarelos para a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – permitia afirmar que no mercado de trabalho de São Paulo havia um corte de dessemelhança que separava negros e não-negros, e brancos e não-brancos.

Em 1998, os negros (pretos e pardos para o Censo) somavam 33% dos habitantes da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), sendo 32,8% de sua população economicamente ativa, mas era ali que se concentrava o maior contingente absoluto da força de trabalho negra brasileira: nada menos que 2.885.000 trabalhadores, conforme estimativa do Departamento Intersindical de estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE) (INSTITUTO SINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL et al, 1999 apud GUIMARÃES, N., 1999).² Outro estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho paulistano mostrou que se, por um lado, as oportunidades ocupacionais se restringiram mais ainda nos anos de 1990, por outro lado, era cada vez maior o contingente de pessoas que buscavam trabalho, sendo que nesse contingente aumentava a proporção daqueles que dispunham de patamares de qualificação formal mais elevados.³ Nesse contexto, é possível esperar que os critérios de seleção tenham se tornado mais refinados, passando a incluir aqueles “que refletem representações (até mesmo irrefletidas ou inconscientes) sobre o ‘trabalhador ideal’, aí compreendidas as ‘imagens de gênero’ ou as ‘imagens de raça’ sobre a performance no trabalho” (GUIMARÃES, N., 1999, p. 8). No ano 2000, as taxas de desemprego se mantiveram elevadas na RMSP, atingindo com mais força os negros por comparação aos brancos, e mais as mulheres, por comparação aos homens.⁴

² O contingente de trabalhadores negros em Salvador, em 1998, era de 1.139.000, também segundo dados do DIEESE.

³ O estudo se baseou nas tabulações especiais, para o ano de 1998, produzidas pelo DIEESE com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) (INSTITUTO SINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL et al, 1999 apud GUIMARÃES, 1999).

⁴ Segundo dados da PED para o ano 2000, a proporção total de desempregados era de 22,7%, sendo que entre as mulheres negras chegava a 26,4% e entre os homens

Esse período foi marcado pela mobilização política contra o racismo que caracterizou o final dos anos de 1990 e o início dos anos 2000, repercutindo na cidade de São Paulo e, especialmente, nas instituições de ensino superior que foram colocadas no centro do debate sobre as políticas de combate ao racismo. O debate sobre as políticas anti-racistas envolvendo organizações governamentais e não-governamentais, que veio crescendo ao longo das décadas de 1980 e 1990, chegou ao ponto máximo com a realização da Conferência Internacional contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância realizada no período de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul. Todas as mobilizações preparatórias que ocorreram antes da realização do evento, bem como a participação da comitiva brasileira durante a Conferência, propiciaram o estabelecimento de consensos mínimos entre as organizações anti-racistas, respondendo pela sociedade civil, e os representantes dos órgãos do governo federal, expressos no documento que consubstanciou oficialmente a posição do Brasil no fórum. Foram incluídas propostas diversas visando à implementação de políticas antidiscriminatórias e em prol da igualdade racial, de caráter compensatório, o que conferiu maior legitimidade aos projetos de ação afirmativa que já estavam em andamento, assim como estimulou o surgimento de novas iniciativas.⁵ Nesse contexto, a ação afirmativa deixou, paulatinamente, de ser uma reivindicação presente apenas no discurso de militantes anti-racistas, para fazer parte da agenda de intelectuais, cientistas sociais, jornalistas, lideranças de Partidos Políticos, líderes comunitários, participantes de diversos movimentos sociais e representantes de órgãos governamentais, entre outros atores importantes, começando a se formar uma corrente de opinião pública sobre o assunto. Para entender essa

negros, 19,6%; entre as mulheres brancas, 20,2% e entre os homens brancos, 13,7% (DIEESE, 2000).

⁵ Declaration and Programme of Action. World Conference Against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance. Durban, South Africa. 2001.

mudança é preciso levar em conta que há décadas já existiam iniciativas organizadas, ou não, contra a discriminação e o preconceito racial, e que, especialmente, a partir da década de 1970, as mobilizações se ampliaram e se diversificaram como parte da atuação das organizações anti-racistas criadas nesse período e que passaram a integrar o que ficou conhecido como “movimento negro”.

Na década de 1980, algumas iniciativas governamentais anunciaram que revisões importantes estavam em curso no modo como os órgãos oficiais e seus representantes abordavam o problema do racismo. Em 1984, criou-se o primeiro Conselho de Proteção e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN), no Estado de São Paulo, no governo de Franco Montoro. Na ocasião, a serra da Barriga foi considerada, por decreto, patrimônio histórico do país. Com a Constituição de 1988, o racismo passou a ser considerado um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, tendo sido estabelecido o tombamento de todos os documentos e sítios pertencentes aos antigos quilombos (SILVA JR., 2000; 1998). O reconhecimento dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos suscitou a implementação de medidas que permitissem a identificação dessas comunidades. Ainda no ano de 1988, o governo de José Sarney criou a Fundação Cultural Palmares, através da Lei nº 7.668. Em 1991, foi criada a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (SEDEPRON), no Estado do Rio de Janeiro. Em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), instalado em 1996. Nesse mesmo ano, foi criado, por decreto, o Grupo de Trabalho pela Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO), lançado o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e realizado o Seminário Internacional sobre Ação Afirmativa, promovido pelo Ministério da Justiça, em Brasília. Culminando as iniciativas do ano do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, este foi inscrito como herói nacional e o presidente da República reconheceu publicamente a existência de racismo no Brasil.

Tratando, especificamente, da área educacional, teve início em 1996 o Plano Nacional do Livro Didático (PNDL), que submeteu os livros

didáticos do ensino fundamental, enviados pelas editoras ao Ministério da Educação (MEC), a uma avaliação por parte de especialistas, que verificaram a existência de erros conceituais e estereótipos negativos associados a cor, origem, etnia, gênero etc. Em 1998, foram divulgados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que propuseram alterações nos currículos adotados no ensino fundamental e, através de um dos temas transversais, incluíram conteúdos sobre a diversidade cultural e racial brasileira. E em 1999, o MEC produziu o *Manual Superando o Racismo na Escola*, visando a fornecer subsídios para a discussão do tema entre os professores das escolas públicas de todo o país.

Destaca-se que as políticas governamentais anti-racistas implementadas na década de 1990 não se limitaram a medidas antidiscriminatórias, mas propuseram medidas de combate às desigualdades raciais, como a ação afirmativa, que já constavam na primeira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos. Nesse contexto, houve mudanças nos discursos oficiais sobre o racismo e, nesse sentido, foi importante o reconhecimento por parte do próprio presidente da República de que o Brasil era um país multicultural, cuja diversidade racial e cultural era motivo de orgulho (CARDOSO, 1997).

Ao longo da década de 1990, também surgiram iniciativas não-governamentais importantes no sentido de combater o racismo, tanto em sua dimensão individual, quanto institucional. Para além das medidas antidiscriminatórias, como o suporte jurídico para a abertura de processos contra crimes de racismo (CARNEIRO, 2000; 1996) e o incentivo às expressões culturais afro-brasileiras, surgiram propostas e foram implementados projetos de combate à desigualdade racial, como o *Geração XXI* (SILVA, 2003) e outros na área de educação (ARAÚJO, 2003) e mercado de trabalho (BENTO, 2000).

No ano 2000, os preparativos para a realização da Conferência de Durban deram grande visibilidade e fortaleceram ainda mais as organizações anti-racistas que já atuavam no Brasil. Como mostra Htun (2005), nesses preparativos que antecederam o evento, bem como durante a realização do mesmo, aumentou a interlocução das lideranças das principais organizações anti-racistas do país, por um lado, com

militantes de dezenas de grupos espalhados em todas as regiões e, por outro lado, com representantes de órgãos governamentais e de organismos internacionais, ao tempo em que cresceu também a exposição do tema na mídia. As organizações não-governamentais mais atuantes no movimento negro tiveram um papel fundamental na articulação de uma rede em defesa da criação das políticas de ação afirmativa no Brasil (JOHNSON III, no prelo), que incluiu indivíduos e grupos com características muito distintas, mas que tinham em comum a certeza de que tais políticas eram necessárias para combater a desigualdade racial. Segundo Htun (2005) tais redes – *issue networks* – são formadas por grupos e indivíduos que se mobilizam em torno de objetivos específicos, ligados à política pública numa determinada área, e não à identidade coletiva, categoria ocupacional, lugar de residência, ou orientação ideológica, destacando que esse conceito foi cunhado por Hugh Hecló, em 1978.

A produção e divulgação de evidências sobre a desigualdade racial foi uma das áreas importantes de atuação dessa rede em defesa das políticas de ação afirmativa, especialmente, no período que se seguiu à Conferência de Durban. Dando continuidade a uma linha de investigação iniciada por estudos pioneiros como o de Hasenbalg e Valle Silva (1988), novas pesquisas animaram o debate sobre o tema da desigualdade racial, produzindo resultados que se tornaram ferramentas importantes no debate político sobre as ações de combate ao racismo. Uma das áreas estratégicas nesse debate foi a da educação e, em especial, ensino superior, por sua relação estreita com a reivindicação de cotas para negros nas universidades públicas. Um estudo como o de Henriques (2001), realizado no âmbito do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), órgão prestigiado do Governo Federal, mostrou que a baixa qualidade do ensino público fundamental e, principalmente, médio, e a baixa renda explicavam apenas parcialmente a exclusão (ou sub-inclusão) dos negros no ensino superior brasileiro. Inicialmente, esse estudo forneceu evidências sobre a hierarquia existente no interior do grande contingente da população que pode ser considerada pobre no Brasil, revelando que a pobreza não atingia da mesma maneira homens e mulheres, jovens e velhos, negros e brancos.

O estudo reforçou a idéia de que existe um “Brasil branco”, que é duas vezes e meia mais rico do que o “Brasil negro”. Segundo Henriques, os negros não estavam apenas sobre-representados entre os pobres, mas também a renda média dos brancos era superior à dos negros tanto no segmento mais pobre, quanto no intermediário e no mais rico da população. Ao tratar de educação, o mesmo estudo mostrou que existe um diferencial de 2,3 anos de estudos entre brancos e negros, o que pode ser considerado muito elevado, tendo em vista que a escolaridade média dos adultos gira em torno de seis anos no Brasil. A proximidade entre os números das diferenças de renda (2,5) e de anos de estudo (2,3), provavelmente, não é coincidência, dada a correlação existente entre renda e escolaridade. As desvantagens educacionais dos negros foram detectadas considerando diversos indicadores educacionais ao longo de toda a trajetória escolar, desde as séries iniciais, passando pelo ensino fundamental, médio e superior. Segundo Valle Silva e Hasenbalg (1999), é no processo de aquisição de educação que reside o núcleo das desvantagens que indivíduos negros ou pardos sofrem na sociedade brasileira. Em estudo recente, eles mostraram que as diferenças no retorno ocupacional para investimentos em educação são relativamente modestas quando comparadas com as diferenças em realização educacional. Essas diferenças, segundo os autores, tendem, além do mais, a crescer conforme a situação socioeconômica de origem melhora. Considerando, por exemplo, os níveis de analfabetismo, com base na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) de 1999, o resultado foi que 8% dos jovens negros entre 15 e 25 anos são analfabetos, enquanto que somente 3% dos jovens brancos da mesma faixa etária estão nessa condição (HENRIQUES, 2001).

No entanto, as maiores diferenças absolutas em favor dos brancos foram encontradas nos segmentos mais avançados: 63% dos jovens brancos entre 18 e 23 anos não haviam completado o ensino secundário, enquanto que 84% dos jovens negros na mesma faixa etária estavam nessa condição. Isso chamou a atenção, em primeiro lugar, para o fato de que o ensino secundário estava longe de ser universalizado no Brasil – o que, certamente, tem efeito sobre a demanda existente para o acesso às

universidades – e, em segundo lugar, que os jovens negros estavam mais excluídos do que os brancos desse nível de ensino.

Outro estudo realizado por Sampaio, Limongi e Torres (2000) mostrou que as possibilidades de um jovem concluir o ensino médio no Brasil eram afetadas conjuntamente por renda familiar, escolaridade dos pais e cor, de maneira que quando se comparavam famílias com a mesma renda e escolaridade dos pais, persistia a diferença na proporção de jovens negros e brancos que concluíam o ensino secundário.⁶

Essa tendência de exclusão da maioria da população jovem e, em especial, dos jovens negros, do ensino secundário se evidenciou mais ainda no ensino superior: em 1999, 89% dos jovens brancos entre 18 e 25 anos não haviam ingressado na universidade, ao passo que 98% dos jovens negros estavam na mesma condição (HENRIQUES, 2001).⁷ Esse resultado não deixava dúvida de que o sistema de ensino superior brasileiro atendia a uma minoria da população em idade universitária, enquanto dele estava excluída a maioria absoluta.⁸

O estudo recente de Osório (2008) que investigou a relação entre a discriminação racial e a desigualdade econômica entre os grupos raciais no Brasil confirmou esses resultados, mostrando que o efeito da discriminação racial tende a se ampliar quando existe a competição entre negros e

⁶ Analisando a influência conjunta da renda familiar, cor e escolaridade da mãe, sobre a escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos, no Brasil, em 1997, os autores mostram que: nas famílias com renda de até dois salários mínimos, e que a mãe tem de 0 a 3 anos de estudo, somente 2,9% dos jovens afro-brasileiros conseguem chegar ao ensino superior, enquanto que, no outro extremo, entre as famílias com renda de 20 salários mínimos ou mais, e que a mãe tem 11 anos de estudo ou mais, 80,42% dos jovens brancos chegam ao nível superior (SAMPAIO; LIMONGI; TORRES, 2000, p. 33).

⁷ Considerando o período de 1992 a 1999, observa-se que a proporção de jovens brancos excluídos do ensino superior teve um decréscimo de 3,5%, enquanto que entre os jovens negros o decréscimo foi de 0,7%.

⁸ Segundo Sampaio (1991), o percentual de jovens que ingressaram na universidade não chegava a 10% da faixa correspondente da população. Esse percentual pode ser considerado baixo, mesmo se comparado com outros países da América Latina, como Argentina e Chile – onde o percentual de jovens que entram na universidade é, em média 39% e 18%, respectivamente.

brancos por recursos sociais escassos e altamente valorizados, como é o caso dos níveis educacionais mais elevados, e que, em termos relativos, não tem existido mobilidade social ascendente para os negros brasileiros nas últimas três décadas. No entanto, a comparação dos resultados da PNAD de 1998 e 2006, permite afirmar que a proporção de estudantes no ensino superior que se declararam pretos ou pardos tem crescido, aumentando nesse período de 17,6% para 30,4% (GÓIS, 2008).

Ao mostrar que os negros enfrentavam desvantagens específicas que somente poderiam ser explicadas pelo racismo, os resultados desses e de outros estudos deram legitimidade técnica e científica ao que até então era visto por muitos críticos como exagero e equívoco do discurso político do movimento negro e de seus aliados. A divulgação desses resultados forneceu evidências importantes para os argumentos dos defensores da ação afirmativa no ensino superior, fazendo aumentar a pressão sobre as instituições de ensino superior públicas para criar programas de ação afirmativa e, em especial, reserva de vagas para estudantes negros (CARVALHO, 2005). O fato de que estas instituições são autônomas para decidir sobre os seus processos seletivos, não dependendo, portanto, de uma decisão no âmbito do MEC, aumentou as chances de que as ações e mobilizações de indivíduos e grupos em favor da ação afirmativa que ocorreram localmente pudessem alcançar resultados positivos no sentido de promover mudanças nos processos seletivos.

As denúncias sobre o caráter excludente do sistema de ensino brasileiro e, especialmente, do ensino superior, provocaram uma ampla reflexão sobre as características, o processo de implantação, e o significado social de tal sistema no Brasil. Segundo Sampaio (1991), desde a criação do ensino superior no país e durante o processo de sua constituição, ao longo dos séculos XIX e XX, persistiu a correspondência entre as mudanças mais gerais da sociedade e as mudanças no sistema. Não é novidade que somente em 1808 foram criadas as primeiras escolas superiores brasileiras, após a transmigração da corte portuguesa, quando o Brasil se elevou à condição

de reino. Essa situação é muito distinta de outros países da América Latina, como o México, onde em 1553 foi criada a primeira universidade.

Durante mais de um século – de 1808 a 1934 – o modelo de ensino superior adotado no Brasil deu ênfase à formação para profissões liberais tradicionais – como Direito, Medicina e Engenharia –, com vistas à preparação de quadros para a administração dos negócios do Estado e para a descoberta de novas riquezas, sendo mantido o controle do Estado sobre o sistema. Até 1878, quando ocorreu a Reforma Leôncio de Carvalho, o ensino superior se manteve como exclusivamente público e privativo do poder central (SAMPAIO, 1991). Não existiam universidades, mas faculdades isoladas, situação que não se alterou com a independência política. Os primeiros cursos de Direito do Brasil foram criados nesse contexto pós-independência – em 1827 – em São Paulo e Recife e nasceram ditados muito mais pela preocupação de se constituir uma elite política coesa, disciplinada, devota às razões do Estado, que se pusesse à frente dos negócios públicos e pudesse, pouco a pouco, substituir a tradicional burocracia herdada da administração joanina, do que pela preocupação em formar juristas que produzissem a ideologia jurídico-política do Estado nacional emergente (ADORNO, 1988, p. 235-236).

A constituição do ensino superior fazia sentido, portanto, tendo em vista o processo mais amplo de mudanças que teve início no começo do século XIX, com destaque para a formação do Estado e do mercado. As escolas de Medicina, Engenharia e, em seguida, de Direito, formaram o núcleo do sistema e, não por acaso, até hoje se mantêm como profissões consideradas de grande prestígio e estão entre aquelas de maior demanda nas universidades.

A primeira mudança significativa no sistema de ensino superior ocorreu no período que sucedeu a abolição da escravatura e a Proclamação da República: a Constituição da República permitiu a descentralização – os governos estaduais puderam criar escolas – e a privatização do ensino superior. O resultado disso foi que entre 1889 e 1918 surgiram 56 novas escolas de ensino superior no Brasil, em sua maioria, privadas (SAMPAIO, 1991). Foi nesse contexto que se criou o sistema educacional paulista

de ensino superior, cujo desenvolvimento não pode ser compreendido sem levar em conta todo o processo de modernização do Estado de São Paulo, associado à expansão da cultura cafeeira, da atividade industrial e, por decorrência, à transformação do perfil demográfico da população que ocorreu com a migração interna e a imigração internacional (SCHWARCZ, 2001). A segunda transformação importante ocorreu na década de 1930, quando foi publicada a lei que estabeleceu os princípios para o funcionamento da universidade, no governo provisório de Getúlio Vargas, implementando idéias que vinham sendo debatidas desde as primeiras décadas do século XX, sobre a consolidação da pesquisa, a autonomia e a elaboração de um projeto de modernização da universidade – a Reforma Francisco Campos.⁹ Foi nesse contexto que a Universidade de São Paulo (USP) foi criada, em 1934, com uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, obedecendo à legislação em vigor, mas se mantendo com grande autonomia.

Durante as décadas de 1940 e 1950, não houve grandes alterações no sistema de ensino superior e somente com a reforma universitária da década de 1960 é que o sistema experimentou novamente transformações importantes, impulsionadas pelo crescimento da demanda por parte das classes médias. Nesse momento, o elitismo do sistema de ensino superior já era denunciado, tendo em vista que uma parcela muito reduzida da população era atendida e, contraditoriamente, a reforma que garantiu a expansão do sistema teve lugar em um contexto autoritário e de repressão política (1969). Desse modo, mais uma vez as demandas democratizantes da sociedade brasileira acabaram sendo implementadas por governos antidemocráticos.

A expansão do ensino superior no Brasil ocorrida nas últimas décadas está associada à ampliação das camadas médias urbanas, decorrente do processo de urbanização e industrialização. Isso significou não apenas crescimento no número de matrículas, mas também criação de novas

⁹ A Universidade do Paraná foi a primeira a ser constituída formalmente – em 1912 – no âmbito estadual; em 1920, foi criada a Universidade do Brasil.

instituições e de novas carreiras.¹⁰ Nesse processo, a composição da população de estudantes universitários se alterou muito, tornando-se mais heterogênea, apesar de grande parte do público continuar a ser recrutado na classe média. A ampliação do número de vagas e das opções em termos de instituições e carreiras possibilitou o acesso às universidades de indivíduos que, tradicionalmente, estavam fora delas, como as mulheres, os jovens oriundos de famílias sem tradição em ensino superior e pessoas já inseridas no mercado de trabalho. No entanto, seria um equívoco afirmar que houve real democratização do acesso dos jovens brasileiros ao ensino superior.¹¹

Segundo Sampaio, Limongi e Torres (2000), seria necessário rever as análises que têm estabelecido uma oposição entre universidades públicas e particulares, considerando que nas públicas estariam os estudantes da elite – das classes média e média-alta, que não trabalham – e nas privadas estariam os estudantes das classes populares – das classes média-baixa e baixa, que trabalham. Conforme mostram Cardoso e Sampaio (1994), com base em pesquisa realizada em universidades de São Paulo, a diversidade interna às instituições públicas e privadas é muito grande, e as maiores clivagens ocorrem em função da carreira escolhida e do turno freqüentado pelos estudantes, e não em função do tipo de instituição de ensino superior.¹² Esse aspecto chama a atenção para a existência de desigualdades internas

¹⁰ O tamanho do ensino superior aumentou 14 vezes entre 1960 e 1982, em termos de alunos matriculados, indo de cerca de 100 mil para 1,4 milhões. Esse aumento foi mais expressivo no setor privado (SCHWARTZMAN, 1990; 1991).

¹¹ Com base nos dados do IBGE, em 1998, a proporção de jovens de 18 a 24 anos cursando o ensino superior era de 7,8%. Incluindo nesse contingente os alunos de cursos pré-vestibulares e os que já se formaram, essa proporção sobe para 9,7%: esse “público universitário” somava 1,9 milhões de jovens. No entanto, a clientela potencial do ensino superior – que inclui os jovens que já concluíram o ensino médio (2,5 milhões de jovens) e os que ainda estão cursando o ensino médio (2,3 milhões de jovens) – é muito maior, o que comprova a existência de uma demanda reprimida bastante elevada (SAMPAIO; LIMONGI; TORRES, 2000).

¹² O estudo realizado pela antropóloga Yvonne Maggie sobre o perfil dos estudantes de baixa renda que conseguiram chegar ao ensino superior confirma que a desigualdade no acesso se dá entre cursos, e não entre instituições, de modo que as carreiras menos

às instituições universitárias, que opõem cursos/carreiras em função do prestígio diferenciado atribuído a elas, com a tendência a que os mais concorridos estejam se tornando mais elitizados.¹³

Ao mesmo tempo em que esses resultados convidam a rever as teses sobre a dualidade existente entre ensino superior público e privado, confirmam que existe uma seletividade diferenciada entre os cursos a depender do perfil socioeconômico dos estudantes, apontando para a existência de um quadro complexo que se caracteriza pela hierarquia existente ao interior das universidades públicas e privadas.¹⁴ E tal seletividade não se restringe ao momento de realização do vestibular, persistindo ao longo do curso universitário, fato que foi comprovado pelos resultados das pesquisas sobre o desempenho dos estudantes no Provão.¹⁵

concorridas concentram os estudantes carentes, e os cursos mais concorridos concentram os estudantes de classes média e alta (SILVA; GÓIS, 2000).

¹³ Ao comparar o perfil dos candidatos que foram aprovados na Universidade Estadual Paulista (UNESP) em 1985 e 1995, as professoras Elis Fiamengue e Dulce Whitaker concluíram que, em 1985, 68,9% dos candidatos aprovados para o curso de Medicina haviam feito todo o ensino fundamental em escola pública, enquanto que, em 1995, essa proporção caiu para 24% no caso dos alunos que haviam feito todo o primeiro grau em escola pública. Dos estudantes aprovados, 59% haviam frequentado escolas particulares (SILVA; GÓIS, 2000). Outro estudo, realizado por Bezzon (1997), na UNICAMP, chegou a conclusões semelhantes: parece não haver dúvida de que há elitização entre os cursos.

¹⁴ Analisando os dados do Provão 1999, relativos ao perfil socioeconômico dos formandos, Sampaio, Limongi e Torres (2000) concluíram que, tanto nas universidades públicas, quanto nas privadas, os cursos de Medicina e Odontologia são os que recebem maiores proporções de estudantes ricos e menores proporções de estudantes pobres, enquanto que os cursos de Letras e Matemática estão entre aqueles com maiores proporções de formandos oriundos de famílias de baixa renda familiar.

¹⁵ Quanto ao desempenho dos formandos no Provão, os autores concluíram que a renda familiar, região geográfica (Nordeste ou Sudeste), dependência administrativa (público ou privado) e a natureza institucional (universidade ou faculdade) do estabelecimento onde o estudante se formou provocam variações no resultado: as notas mais elevadas foram obtidas por estudantes oriundos de famílias com renda superior a 20 salários mínimos, das universidades públicas, da região Sudeste. Os que obtiveram notas menores são de famílias com renda mais baixa e concluíram os cursos de graduação em instituições

A USP tem um enorme prestígio em São Paulo e é uma das maiores e melhor conceituadas universidades da América Latina. No contexto de denúncias sobre a exclusão de estudantes oriundos de escolas públicas, de baixa renda e negros de instituições públicas de ensino superior no Brasil, esta Universidade foi alvo de pressões e mobilizações em favor da criação de reserva de vagas no processo seletivo, e surgiram resistências a tais iniciativas.

Nesta Universidade foi criado, em 1995, o Grupo de Políticas Públicas, através de portaria do reitor Flávio Fava de Moraes, por ocasião das comemorações dos trezentos anos de Zumbi dos Palmares. O grupo contou com a participação de pesquisadores e professores da universidade e representantes de organizações anti-racistas, sendo dividido em comissões que tratavam de áreas diferentes. Foi proposta a criação de um grupo de trabalho que teria dois objetivos: produzir um estudo sobre a adoção do sistema de reserva de vagas em universidades de outros países e elaborar propostas visando à inclusão de negros nas universidades públicas do País. O grupo foi constituído e, em 1996, apresentou uma proposta à universidade, sugerindo a adoção do sistema de reserva de vagas para estudantes negros.

O fato de que, pela primeira vez na história da universidade, fosse criado um grupo de trabalho para tratar, especificamente, de questões de interesse da população negra na sociedade brasileira e no ensino superior, somente pode ser compreendido levando-se em conta que a iniciativa institucional fora precedida por ações organizadas por parte de pessoas e grupos anti-racistas, que atuavam dentro e fora da universidade. Tais ações foram responsáveis por provocar o debate e gerar demandas que, em alguma medida, pressionaram essa instituição universitária para que se posicionasse, respondendo de alguma forma às reivindicações que estavam sendo feitas.

Desde 1987, existia na universidade um grupo formado por funcionários, alunos e professores, criado com o objetivo de fomentar a

privadas localizadas na região Nordeste. Os resultados para 'cor'e gênero' foram omitidos no estudo (SAMPAIO; LIMONGI; TORRES, 2000).

discussão sobre temas e problemas relacionados à população negra na sociedade brasileira e, especificamente, na universidade: o Núcleo de Consciência Negra. Em 1992, esse grupo formalizou a sua existência, garantiu um espaço físico para o desenvolvimento de suas atividades e lançou, no ano seguinte, o Movimento pelas Reparações. Em 1994, o grupo criou um curso preparatório para o exame vestibular, direcionado a um público formado por estudantes negros e de baixa renda, que continua em funcionamento e tem expandido as suas atividades. A criação do curso preparatório para o exame vestibular ocorreu apenas dois anos depois da fundação da Cooperativa Educacional Steve Biko – posteriormente, Instituto Cultural Steve Biko –, em Salvador, e que foi pioneira no Brasil como iniciativa de criação de cursos pré-vestibulares para estudantes negros. Essa última iniciativa também inspirou a criação dos cursos pré-vestibulares ligados aos Agentes Pastorais Negros (APN) da Igreja Católica, no Rio de Janeiro, em 1993, e que, atualmente, contam com núcleos em vários estados brasileiros, fazendo parte da instituição denominada Educafro.

Depois da criação do grupo de trabalho, as pressões sobre a universidade continuaram, seja sob a forma de processos movidos na Justiça, ou de protestos e mobilizações organizados por estudantes e grupos anti-racistas. Em 1998, a FUVEST recebeu uma solicitação de isenção de taxas de inscrição para o exame vestibular para estudantes de baixa renda e/ou oriundos de escolas públicas, encaminhada pela Educafro.¹⁶ Na ocasião, foram organizados protestos em frente à sede da Fundação, que contaram com a participação de integrantes do Núcleo de Consciência Negra. As reivindicações persistiram e, no ano 2000, foi implementada uma proposta de isenção de taxas, inicialmente, para um número predeterminado de estudantes. Entretanto, as regras foram posteriormente alteradas.¹⁷

¹⁶ Organização de caráter nacional, que coordena as atividades de cursos pré-vestibulares para estudantes negros e carentes.

¹⁷ Esse exemplo é ilustrativo das contradições do modelo universalista de políticas para o ensino superior: a exigência do pagamento da taxa de inscrição era universal, o que

Em 1999, a universidade – bem como outras duas universidades federais brasileiras – foi alvo de ações movidas pelo Diretor Executivo da Educafro reivindicando o cumprimento do Projeto de Lei nº 298 aprovado no Senado Federal, que previa a destinação de 50% das vagas das universidades públicas para estudantes oriundos de escolas públicas. Nesse mesmo ano, o Núcleo de Consciência Negra elaborou um documento em que reivindicava que 25% das vagas oferecidas nos cursos de graduação fossem reservados para estudantes negros.

Em abril de 1999, a universidade respondeu institucionalmente com a criação da Comissão de Políticas Públicas para a População Negra, através da Portaria nº 3.156, na gestão do reitor Jacques Marcovitch. Diferentemente do grupo de trabalho anterior, essa comissão só contava com a participação de professores da universidade, não incluindo representantes de organizações anti-racistas, o que despertou reações por parte de representantes de uma organização negra que atuava no espaço da Universidade. Uma das primeiras ações implementadas pela comissão foi a inclusão do quesito cor no formulário socioeconômico preenchido pelos candidatos ao exame vestibular da FUVEST do ano 2000. A disponibilização dessas informações permitiu que estudos fossem realizados sobre a distribuição dos estudantes inscritos e aprovados segundo a cor, nas diversas áreas de conhecimento e cursos, e sobre a influência da cor nas taxas de aprovação no exame vestibular.

Outra atividade, coordenada pela Comissão de Políticas Públicas para a População Negra, foi o Censo Étnico-Racial, realizado em 2001, com o objetivo de descrever em termos étnicos e raciais a população universitária formada por estudantes de graduação e de pós-graduação,

está de acordo com os princípios individualistas, mas um dos resultados foi penalizar os estudantes oriundos de famílias de renda mais baixa e os estudantes negros. No entanto, apesar do reconhecimento da existência de desigualdades socioeconômicas na população brasileira, foram necessárias pressões de um movimento social organizado – o Movimento dos Sem Universidade e outras organizações anti-racistas – para que a universidade abandonasse a política da “omissão benigna”, passando a implementar propostas de isenção de taxas para estudantes “carentes” ou oriundos de escolas públicas.

professores e funcionários. Além de produzir informações sobre cor e origem étnica, a realização do censo colocou mais uma vez em debate dentro da comunidade universitária a questão da inclusão dos negros na universidade.

Esses fatos chamam a atenção que, apesar da representação pequena dos negros dentro da comunidade universitária, as ações organizadas e as iniciativas promovidas por indivíduos e grupos negros mobilizados em torno da demanda por mais acesso ao ensino superior nessa universidade pública conseguiram dar grande visibilidade às suas demandas, e as iniciativas institucionais que ocorreram no período de 1995 a 2001 evidenciam que a universidade foi alvo de pressões no sentido de responder a elas, mesmo que simbolicamente. A ausência – ou a menor presença – da questão indígena nesse debate sobre a inclusão de grupos historicamente excluídos do ensino superior reforça a idéia de que as demandas e pressões dos movimentos sociais organizados são imprescindíveis nos processos que envolvem mudanças institucionais.

O estudo realizado com base na análise do perfil dos estudantes que se inscreveram e foram aprovados no exame vestibular da FUVEST, do ano 2000, revelou que, além da condição socioeconômica, existia também uma seleção diferenciada dos estudantes a depender da cor e gênero (GUIMARÃES; PRANDI, 2001).¹⁸ Inicialmente, eles confirmaram os resultados de estudos anteriores mostrando que a condição socioeconômica, a escolaridade dos pais e o tipo de escola freqüentada são variáveis que estão fortemente relacionadas com o desempenho dos estudantes no exame vestibular. Helene (1997) chegou a conclusões semelhantes com base na análise do perfil dos candidatos ao exame vestibular da FUVEST. Ao investigar, por exemplo, a relação entre o tipo de escola em que foram realizados os estudos no ensino fundamental e médio – se pública ou privada – e o resultado no vestibular, eles concluíram

¹⁸ No ano 2000, pela primeira vez o quesito cor foi incluído no questionário socioeconômico preenchido pelos candidatos ao exame realizado pela FUVEST, atendendo à solicitação da Comissão de Políticas Públicas para População Negra, criada através da Portaria GR n° 3.156, de 29 de abril de 1999.

que os candidatos que estudaram apenas em escolas particulares estavam em maior proporção entre os aprovados, enquanto que os candidatos que estudaram apenas em escolas públicas estavam em maior proporção entre os reprovados. Os candidatos de nível socioeconômico mais elevado e cujos pais tinham maior nível de escolaridade também tiveram taxas de aprovação maiores do que os estudantes de nível socioeconômico menor e cujos pais tinham menor nível de escolaridade.

Quanto à influência da cor e sexo no desempenho no exame vestibular, os autores concluíram que a taxa de aprovação dos candidatos de origem asiática foi a mais elevada (10,1%), sendo seguidos por brancos (6,6%), e negros (pretos: 3,7%; pardos: 4,2%), enquanto que a taxa de aprovação dos homens foi superior (8,5%) à das mulheres (5,1%). E mesmo quando consideraram a influência conjunta da cor, nível socioeconômico das famílias e sexo dos candidatos no desempenho dos estudantes no exame vestibular, Guimarães (2003) e Guimarães e Prandi (2001) verificaram que o impacto da cor não desaparecia. Ao comparar, por exemplo, as taxas de aprovação por sexo e cor, eles mostraram que entre os homens e mulheres se mantiveram as taxas de aprovação diferenciadas segundo a cor: homens amarelos (11,4%), brancos (8,6%), pardos (5,9%) e pretos (4,5%); mulheres amarelas (8,9%), brancas (5,0%), pretas (3,0%) e pardas (2,8%);¹⁹ Encontrou-se resultado semelhante quando se compararam as taxas de aprovação dos candidatos por nível socioeconômico e cor. Estudantes com nível socioeconômico A: amarelos (13,1%), pardos (8,5%), brancos (8,1%) e pretos (5,6%); B: amarelos (10,9%), brancos (7,4%), pardos (6,4%) e pretos (4,9%); C: amarelos (8,5%), brancos (5,5%), pardos (3,9%) e pretos (3,0%); D-E: amarelos (7,2%); brancos (4,2%), pretos (3,7%) e pardos (2,2%).

Conforme Guimarães e Prandi (2001), o suporte familiar e os fortes laços comunitários que caracterizam a comunidade de descendentes de origem asiática e, principalmente, os japoneses em São Paulo, são fatores a serem levados em conta para entender por que – independentemente do

¹⁹ A comparação dessas proporções permite notar, ainda, que a taxa de aprovação das mulheres de origem asiática foi maior que a taxa de aprovação dos homens brancos.

nível socioeconômico das famílias – as taxas de aprovação foram maiores do que aquelas alcançadas por estudantes brancos. Certamente, tal fato está relacionado às características culturais de determinados grupos, que valorizam sobremaneira a cultura letrada e a educação formal, mas não pode ser dissociado também da conjuntura criada no contexto da política imigratória, que impôs condições à ascensão social dos imigrantes.

Nesse caso, fica evidente que fatores estruturais – sócioeconômicos – e culturais – valores dos japoneses – têm que ser considerados conjuntamente para explicar os resultados. A hierarquia que existe nos resultados em termos de aprovação no vestibular corresponde às distintas representações vigentes no meio acadêmico sobre os estudantes japoneses, brancos e negros. Comparados aos brancos e, mais ainda, aos japoneses, a representação vigente sobre os negros os distancia da atividade acadêmica e científica, e tal representação reverbera algo que é vigente na sociedade brasileira de maneira mais geral. Assim como em outras sociedades coloniais, os negros têm sido mais associados às atividades físicas, esportivas, lúdicas, artísticas, e menos às atividades intelectuais, o que resulta do imaginário que opõe razão e emoção.

Outro aspecto a ser considerado é a distribuição desigual dos candidatos inscritos e matriculados nas diferentes áreas de conhecimento e cursos, segundo a cor. A análise da distribuição dos estudantes, segundo a cor, entre os cursos, permitirá confirmar que, além de ser pequeno o contingente de estudantes negros que tem conseguido ingressar nas universidades públicas, eles estão concentrados nos cursos menos concorridos e, praticamente, ausentes dos cursos mais concorridos.²⁰

Esses resultados não deixam dúvida de que os processos seletivos utilizados na maioria das universidades públicas brasileiras, realizados até recentemente exclusivamente com base no exame vestibular, ao seguir a legislação em vigor que utiliza o mérito como critério para definir o acesso ao ensino superior – que não é universalizado – tem beneficiado estudantes oriundos de famílias com nível socioeconômico mais elevado,

²⁰ Um resultado semelhante foi encontrado na pesquisa realizada pelo Programa *A Cor da Bahia*, em cinco universidades federais do País (QUEIROZ, 2002).

cujos pais têm maior nível de escolaridade, que freqüentaram escolas particulares no ensino fundamental e médio, que são do sexo masculino e de origem asiática ou brancos. Por outro lado, tais processos seletivos têm prejudicado, sistematicamente, os estudantes oriundos de famílias com nível socioeconômico mais baixo, cujos pais têm nível de escolaridade menor, que freqüentaram escolas públicas no ensino fundamental e médio, que são do sexo feminino e são negros.²¹

Tudo isso leva a crer que, ao contrário daqueles que negam o caráter racializado da exclusão dos negros do ensino superior, tal exclusão não é apenas consequência da pobreza, mas também um dos fatores explanatórios da maior incidência da pobreza entre os negros. É aí que está o ponto nevrálgico da manutenção do círculo vicioso a que Pereira (1999) se referiu: os negros seriam mais pobres porque teriam menos instrução formal, e teriam menos instrução formal porque seriam mais pobres.

²¹ O vestibular foi oficialmente regulamentado em 1911, com a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, Decreto nº 8.659. Conforme a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, o ensino será ministrado com base no princípio da *igualdade de condições* para o acesso à escola e cabe ao Estado garantir, segundo o artigo 208, inciso 5o da Constituição, o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a *capacidade de cada um*” (MOEHLECKE, 2000, p. 103). A referida LDB criou a possibilidade de uso de meios alternativos ao vestibular para o ingresso no ensino superior.

Capítulo II

Significados do racismo e do anti-racismo para os brancos e japoneses

Em que situações e de que maneiras o racismo se expressa no Brasil? Quais as soluções consideradas mais adequadas para combater o racismo? Nesse capítulo, as respostas dos estudantes brancos e do estudante japonês a estas perguntas serão analisadas. Temas como linguagem depreciativa, dificuldade de acesso a postos de trabalho, a representação do jovem negro como suspeito, a resistência na família à aceitação das uniões interracialis, a desvalorização da cultura negra, e a auto-rejeição entre os negros serão abordados. Estas falas permitem entender melhor as definições de racismo e de anti-racismo utilizadas pelos estudantes, e o modo como estes são percebidos no cotidiano, e na sociedade.

As narrativas sobre o racismo

Minha família, eles são muito preconceituosos. Meu ex-namorado é moreno, é totalmente mestiço, tem traço japonês, negro, é muito misturado. Aí, quando eu falei que queria namorar aquele rapaz, meus pais foram contra e meu pai falava que jamais ele aceitaria que nosso casamento fosse feito. Eu e as minhas irmãs fomos muito contra ele. A gente não gosta quando ele fala essas coisas, porque eu percebo que meus avós, principalmente a mãe do meu pai, ela é muito, e ela fala e meu pai pegou isso muito da mãe dele e parece que contaminou minha mãe. Os dois são assim e eu e as minhas irmãs... A gente não gosta, porque nós já tivemos amigos, não sei, eu não acho isso. Então a gente sempre brigava. Minha mãe fala assim: Você não vai casar com um preto, seus filhos vão ser horríveis,

eu não quero netinho mulato, não vão nem parecer com você. Aí ela conta a história que ela tem lá [de uma amiga], que é loira de olho azul e casou com um cara japonês e os filhos dessa amiga são japoneses e não têm um fio de cabelo dela e quando a amiga sai com as crianças na rua, ninguém pensa que é filho dela. Então minha mãe fala: Está vendo, olha só como é que é. Você vai ver que triste os seus filhos, não vão ter nem um pouco da sua cara. E meu marido – mas não foi intencional – ele é loiro de olhos verdes e inclusive ele é muito parecido comigo e com a minha irmã. Minha mãe, eu percebo, ela tem a maior satisfação e fica falando: Não vejo a hora dos meus netinhos de olhos claros... Então, para o lado da minha mãe é muito... ela acha essa coisa de misturar, que a mistura fica feio, fica muito ruim... estético. Não que eles achem inferior a posição social, não é nada disso, é mais para o lado estético. A minha mãe... mas não é nem só preconceito com negro, eles têm preconceito com japonês... Ela é muito parecida com o meu pai, os dois também são muito parecidos, cabelos, olhos, aí eu vejo como têm três irmãs, todo mundo é parecido lá, todo mundo de olho claro. Acho que pra minha mãe é motivo de orgulho, não sei (Natália, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Ao refletir sobre e descrever as situações consideradas evidências de racismo foi recorrente a referência às pressões nas famílias contrárias ao namoro (ou casamento) com pessoas que não eram brancas. Além de situações envolvendo os próprios estudantes, surgiram relatos de fatos semelhantes que abarcaram outros membros da família, como tios ou os próprios pais. A posição totalmente contrária dos pais a uniões das filhas com negros, ou com japoneses, foi considerada por Natália, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), como uma evidência de que havia preconceito na família, enfatizando que qualquer tipo de mistura era recusada. Ao mencionar a preocupação da mãe com o fato de que os netos e netas não tivessem as mesmas características físicas das filhas no caso de uma possível união com um homem negro ou japonês, destacando que não se tratava de uma questão social, mas estética, a estudante evidenciou que o fato da família ser totalmente branca era considerado um motivo de orgulho. As tentativas de evitar

as uniões interracialis nesta família, assim como em outras, podem ser compreendidas como parte do esforço feito para proteger algo considerado um bem valioso: a branquitude. Na ausência de tal esforço, provavelmente, a mistura indesejada ocorreria, mas nesse caso, os pais conseguiram o objetivo almejado já que a filha, mesmo que de maneira não intencional, se casou com um homem branco, garantindo que os netos e netas reproduzirão o que foi herdado dos antepassados europeus. Tal atitude avessa à mistura não parece condizente com a crença de que a miscigenação seria praticada de maneira tão generalizada no Brasil que, em última instância, inviabilizaria a (auto)classificação da cor.

A atitude desfavorável em relação às uniões com negros e japoneses tem sido documentada através de pesquisas sobre atitudes raciais realizadas desde os anos de 1940 e 1950. Em 1940, Morse (1953 apud DEGLER, 1971) analisou as atitudes dos brancos em relação ao casamento com negros e com outros grupos de nacionalidades e origens étnicas diferentes, em São Paulo, realizando uma pesquisa entre estudantes de escolas normais públicas, a maioria de mulheres de classe média. Os resultados foram os seguintes: somente 6% aceitavam se casar com japoneses, 5% com mulatos, 3,8% com judeus e 2,29% com negros. Entre os anos de 1947 e 1956, Ribeiro (1956 apud DEGLER, 1971) fez um estudo, utilizando a escala de Bogardus, envolvendo três cidades: duas brasileiras – Recife e São Paulo – e uma norte-americana. Os resultados mostraram que o casamento inter-racial foi a menos aceita das sete opções oferecidas nas três cidades. São Paulo apresentou aceitação menor que no Recife, sendo que tanto paulistanos quanto recifenses fizeram distinção entre negros e mulatos, fato não ocorrido nos Estados Unidos. A pesquisa indicou que os brasileiros aceitavam mais os negros e mulatos que os norte-americanos. Costa Pinto (1953 apud DEGLER, 1971) também confirmou esses resultados em pesquisa realizada no Rio de Janeiro com estudantes secundaristas.

Uma pesquisa sobre atitudes em relação a nacionalidades distintas, realizada com estudantes universitários das faculdades e escolas superiores do Estado de São Paulo, no ano letivo de 1949, revelou que o negro e o mulato foram os menos aceitos como parentes pelo casamento

– 9,9% e 14%, respectivamente –, sendo seguidos por japonês (23,4%), chinês (25,2%) e judeu (26%) (MARTUSCELLI, 1950). Em geral, as nacionalidades européias foram as mais aceitas, vindo em seguida as latinas. Embora a autora lembre que a aceitação dos negros não fora tão baixa quanto nos Estados Unidos, onde só chegava a 1,1%, o que chama a atenção é a distância entre a aceitação de outras nacionalidades, como italiano (74,7%), e a do negro e mulato. Em compensação, as respostas eram bastante diferentes quando se tratava de aceitação em espaços onde as relações eram mais formais e distantes, como no trabalho, como cidadão e como turista. Nesses casos, o negro e o mulato eram tão aceitos quanto os outros grupos. A conclusão foi que a maior rejeição ocorria no âmbito das relações pessoais, principalmente na família, mas também na amizade, caindo muito no âmbito das relações impessoais e formalizadas¹.

Bastide (1956) e Bastide e van den Berghe (1957) publicaram os resultados da pesquisa levada a efeito por Lucila Hermann, nos anos de 1950, com base em entrevistas realizadas com 580 estudantes brancos de cinco colégios de São Paulo. As respostas a uma pergunta sobre comportamento hipotético revelaram que 95% não se casariam com negro e 87% não se casariam com mulato de pele clara. Os resultados mostraram, ainda, que havia maior aceitação por parte dos homens de casamento com mulatas, e maior recusa de casamento por parte das mulheres, o que se explicaria, segundo os autores, talvez por medo, pois já havia sexualização da imagem dos negros: 40% das mulheres pensavam que os negros eram mais sensuais que os brancos.

Na pesquisa realizada por Cardoso e Ianni (1960), em Florianópolis, a conclusão foi a mesma: os relacionamentos mais íntimos – família e dança – com os negros não eram aceitos, porém a recusa diminuía nos envolvimento mais impessoais – cinema, vizinhança, escola. Isso ocorria

¹ Quanto aos grupos que deveriam ser excluídos do País, o judeu foi o mais escolhido (24%), seguido de russo (15%), japonês (9,9%), sírio (7,5%), negro (7,0%), armênio (6,2%) e mulato (5,2%).

em todas as classes sociais, embora o percentual de não-aceitação fosse menor na classe baixa e aumentasse nas classes média e alta.

Essas pesquisas testaram também se ocorriam variações na aceitação de negros e mulatos. Os resultados apontaram que, assim como os negros, os mulatos eram objeto de rejeição, embora se mantivesse uma diferença sutil a favor desses últimos. As pesquisas também compararam os resultados com aqueles encontrados nos Estados Unidos e concluíram que nesse país a recusa à miscigenação era maior ainda que no Brasil e que lá não havia diferença entre negros e mulatos.

Outro aspecto a considerar é que se nas últimas décadas houve mudanças no comportamento hipotético que se tornou mais favorável ao casamento inter racial isto não se refletiu inteiramente na realização efetiva dos casamentos inter-raciais. Pesquisas recentes revelam que se mantêm até hoje no Brasil altos padrões de casamento endogâmico, com baixas taxas relativas de intercâmbios maritais entre os grupos. Com base na análise dos dados das PNADs, Petrucelli (2000) concluiu que cerca de 80% do total das uniões estudadas (25,3 milhões em 1987 e 30.8 milhões em 1998) em todo o Brasil eram constituídos por pessoas da mesma categoria de cor. Se houvesse uma distribuição aleatória por cor e gênero, o percentual de casamentos endogâmicos deveria ser de apenas 47%. Segundo o autor, entre as décadas de 1980 e 1990 houve um ligeiro aumento (de 18% para 22%), que poderia estar refletindo uma tendência de mais longo prazo, mas que ainda está longe do valor de 53% esperado por uma distribuição teórica aleatória. No seu estudo, Petrucelli (2000, p. 21) revelou que

[...] os valores das taxas de endogamia parecem indicar uma maior frequência desse tipo de uniões entre a população de brancos que entre a população de pardos e de pretos, mas uma vez efetuado o ajuste na hipótese de igualdade do tamanho dessas populações, a situação se inverte, aparecendo o grupo de cor preta como o mais endogâmico dos três. O grupo de cor parda aparece primeiramente numa situação intermediária, mas, segundo as taxas ajustadas, seria o mais exogâmico de todos.

No entanto, a existência de diferenças geracionais foi evidenciada pelo fato de que as taxas de endogamia diminuíram com a idade das mulheres e mostraram um decréscimo, no período de 1987-1998, para todas as idades e para todos os grupos de cor. Petrucelli foi taxativo ao afirmar que o conjunto dos resultados das análises confirmou que

[...] apesar do aumento aparente de casais mistos na população brasileira, a manutenção das fronteiras inter-raciais e a reprodução das desigualdades, são asseguradas a partir da importância da seletividade marital no comportamento nupcial por grupos de cor da população brasileira (PETRUCCELLI, 2000, p. 22).

Talvez meu pai um pouco, ele carrega este outro preconceito, carrega... Já, já tive algumas discussões com ele por causa disso, não vou lembrar agora, não vou poder te dizer o quê exatamente que foi, mas eu já tive algumas discussões por ter coisas que eu considero racismo e ele não considera, entendeu? Em geral são discussões sobre outras posturas, outras colocações ou outras realidades. Então eu acho que ele carrega sim um pouco. Meu avô, minha avó é extremamente racista. Agora ela está mais velhinha, por exemplo, eu fui lá com a Marta (uma amiga negra dos Estados Unidos), a gente foi pra fazenda, passamos na casa dela, ela adorou, abraçou, mas eu já vi, tava vendo televisão e falei: Que mulher maravilhosa!, comentei assim, sabe quando escapa? E a mulher era negra e minha avó: Ah, mas ela é de cor. E minha avó, eu sou o primeiro neto dela, então ela me respeita. Então eu falo, falo o que eu acho, dei uma bronca nela (Pedro, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).

Afirmações como a de Pedro, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), de que os avôs e avós eram “extremamente racistas”, sugerindo que o seu pai teria sido influenciado por eles, que se repetiram nas palavras de Natália e Amanda, da FFLCH, contrastam com a posição adotada pelos próprios estudantes, que se mostraram favoráveis às uniões interraciais e criticaram o “preconceito” dos pais. A atuação deles no sentido de promover mudanças nas atitudes e comportamentos dos pais se evidenciou, por exemplo, na referência feita por Pedro às discussões que teve com o pai e na “bronca” que deu na avó, assim como na referência

feita por Natália ao fato de que ela e as irmãs sempre reagem contra os posicionamentos dos pais. Esses depoimentos reforçam a idéia de que há, de fato, uma mudança geracional em curso, porque os filhos quebraram, ou pelo menos tentaram, uma norma imposta informalmente pelos pais e avós e tiveram que enfrentar as reações e pressões deles. No entanto, estes também evidenciam as tentativas dos estudantes de apresentar uma auto-imagem positiva, apontando o racismo como algo que atinge outros membros da família, mas não a eles.

A utilização de uma definição de racismo que o associa à atitude desfavorável em relação à miscigenação ficou evidente, também, ao serem feitas referências críticas ao fato de os descendentes de japoneses que residem em São Paulo tenderem a se manter como um grupo fechado, separado dos demais, evitando o casamento e a convivência com pessoas externas ao grupo. Em algumas entrevistas, essa conduta foi interpretada como evidência de preconceito racial, pois refletiria o desejo de manter a pureza racial do grupo.

...É que tem gente que não se mistura... É que nem japonês por exemplo, você vai..., eles andam todos juntinhos... Aqui na faculdade mesmo, eu vejo um japonesinha ela sempre fica sentada ali com o grupinho dela ali no cantinho e ficam com ela, sabe? Algumas vêm, até conversam, são até mais sociais, mas é muito engraçado elas ficam muito fechadas no grupo delas. Mesmo no cursinho eu via isso, se vai ao Shopping Paulista você vê isso, os japoneses todos juntos, é engraçado, é uma forma também de se proteger (Amanda, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Assim como Amanda, da FFLCH, outros estudantes comentaram que até mesmo dentro da universidade os japoneses costumam se manter em grupos homogêneos, estudando e se divertindo juntos, sendo resistentes à formação de grupos heterogêneos. A reprovação a esse tipo de comportamento foi generalizada, ficando implícito que esses estudantes – que apesar da visibilidade exacerbada pela existência de marcas físicas aparentes são uma categoria ou grupo minoritário – deveriam buscar se integrar com a maioria. Ao abordar esse tema, a oposição criada nos

discursos foi entre “eles” – os japoneses – e “nós” – os brasileiros, sendo aqueles definidos como introvertidos e fechados e, esses últimos, como mais expansivos, comunicativos e abertos. É interessante que, mesmo sendo a terceira ou quarta geração de descendentes de imigrantes japoneses, esses estudantes continuam sendo referidos pelos outros como japoneses – ou japas – algo comum também em outros espaços na cidade de São Paulo. Esse modo de nomeação reitera cotidianamente que “eles” não são iguais a “nós” e impõe uma categorização que, muitas vezes, não é aceita por indivíduos que se sentem totalmente integrados ao estilo de vida de classe média urbana e não se consideram japoneses (KITAHARA, 1998). Por outro lado, foram feitos comentários elogiosos sobre os estudantes japoneses, admirados por seu bom desempenho acadêmico, evidenciado, principalmente, por uma alta taxa de aprovação no vestibular para os cursos mais concorridos e pelo rendimento considerado por colegas como acima da média no decorrer desses mesmos cursos.

...Eu acho que sim, porque em Medicina a gente têm um processo de... durante o quarto ano tem a preparação de grupos de, mais ou menos, 14 ou 15 pessoas, para o quinto e sexto ano, são as atividades hospitalares. E é muito curioso que cada turma tenha o que é chamado de “japanela”, que são... “panelas” que são os nossos grupos e, grupos assim, predominantemente, de orientais. Nesse sentido, eles...eu acho que eles se mantêm com alguma unidade mesmo... e eles até abrem espaços para manterem essa unidade. As atividades esportivas, por exemplo, eles abriram um grupo de beiseball e softball, que ... muito orientais, mais japoneses. (E porque você acha que tem tantos orientais dentro de Medicina?) Ah, não sei, parece que...eles parecem ter uma cultura ou um background, assim...é meio comum de obstinação, de meta, de organização para tudo. Eles continuam tendo, dentro da turma, eles continuam tendo um desempenho, acho que, diferenciado... eu não conheço preconceito contra orientais, assim... é diferente do preconceito contra negro, que é uma coisa muito marcada que...em São Paulo isso é muito patente, no interior eu acho que, talvez, mais, ou menos, não sei. Mas contra oriental não tem esse preconceito... não vejo o oriental como alvo de preconceito (Roque, da Faculdade de Medicina).

Ao comentar sobre os grupos que eram criados na Faculdade de Medicina (FAMED), Roque usou o termo “japanela” para se referir àqueles formados por estudantes orientais, ressaltando que considerava curioso que nas turmas de todos os anos isso ocorria. Para explicar o sentido do termo, o estudante se referiu às “panelas” que seriam os “nossos grupos”, sem explicitar que estas eram formadas exclusivamente por estudantes brancos. Insistindo no tema já abordado em outras entrevistas, ele destacou o fato de que, além de manter a unidade como grupo, eles “abrem espaços para manterem essa unidade”, por exemplo, através de atividades esportivas, como *beiseball* e *softball*. Diante da pergunta sobre como explicar a grande proporção de estudantes ‘orientais’ no curso de Medicina, Roque mencionou a “cultura” e o *background*, fazendo referência a características como obstinação e organização visando alcançar uma meta, o que explicaria os índices elevados de aprovação no processo seletivo e, além disso, a manutenção de um desempenho “diferenciado” durante o curso. Foi nesse contexto que o estudante afirmou que, na sua opinião, os “orientais” não são alvo de preconceito.

Segundo Kitahara (1998), a moral, a ética e, principalmente, a formação educacional, têm sido consideradas como uma herança valiosa deixada pelos imigrantes japoneses para os descendentes das gerações posteriores, responsável por assegurar a ascensão social experimentada por muitas famílias durante o século XX. A estratégia silenciosa adotada pelos imigrantes japoneses e descendentes – que consiste em assimilar os valores e a cultura da classe média urbana, evitando os conflitos com a sociedade nacional, mas tentando manter a coesão interna do grupo – tem sido considerada bem-sucedida, não apenas no Brasil, mas também em países como os Estados Unidos, onde é cada vez maior a proporção de nipo-americanos em universidades de alto prestígio e em posições valorizadas no mercado de trabalho.

Eu acho que o fato de... que existe racismo no Brasil, eu não tenho dúvida; a gente vê isso desde quando a pessoa, quer dizer...

quando o cara é mandado entrar pela porta de serviço por mais que esteja bem arrumado, ou quando... quer dizer, coisas nesse sentido que a gente vê todo dia, e quando ele é ofendido, quando... é uma coisa quase cotidiana. Por outro lado, eu acho que a questão econômica é muito forte, não adianta... Existe um racismo contra amarelo? Existe também, mas o fato de não ter esse lado da questão econômica no meio faz com que seja uma coisa muito diferenciada, mas é evidente que o fato deles se organizarem, ficarem em grupos fechados, é reflexo de uma atitude racista que existe sim. No caso do acesso, eles dizerem que os negros não têm acesso à universidade, por causa, de uma atitude racista da própria universidade, eu já não acho bem assim. Eu acho que talvez, o fato deles terem sido discriminados na escola, atrapalhou o ensino, o fato deles terem sido discriminados ao longo da sua formação, tenha prejudicado a formação, mas eu acho que o teste é bastante objetivo, a prova do vestibular. Eu não acho que seja uma coisa impeditiva em si. Eu acho que o que é, é justamente a formação, e sem dúvida, tem muitos casos em que a formação do estudante negro foi comprometida por ter vivido situações discriminatórias ao longo da sua trajetória na escola. Mas que existe racismo no Brasil, é evidente; a gente vê isso todo dia... acho que a própria constituição brasileira quando coloca isso de que racismo é crime, etc., é interessante...pela primeira vez você reconhece a existência do racismo no Brasil, coisa que não era reconhecida: Não, o Brasil é um país que não tem racismo e todos convivem harmonicamente... e não é verdade (Sílvio, da Faculdade de Direito).

Em relação à existência, ou não, de preconceito contra os estudantes referidos como japoneses, orientais, ou amarelos, Sílvio, da Faculdade de Direito (FD), emitiu uma opinião um pouco diferente, pois, segundo ele, “o fato deles se organizarem, ficarem em grupos fechados, é reflexo de uma atitude racista”. Para sustentar essa posição, o estudante se referiu, inicialmente, ao racismo contra os negros, que se evidenciaria, por exemplo, nas situações em que uma pessoa é obrigada a usar a entrada de serviço mesmo quando está bem vestida. Embora o termo negro não tivesse sido usado, mas sim a expressão “o cara”, mais adiante isso ficou evidente quando as diferenças entre o racismo sofrido pelos negros e

pelos orientais, provocadas pelo efeito distinto do fator econômico, foram mencionadas. Esse contraste entre a situação dos negros e dos orientais permitiu que o estudante chegasse à conclusão que, no caso dos negros, o efeito do racismo se daria nas etapas anteriores da formação educacional, sendo agravado pela desvantagem econômica, e não no processo seletivo para o acesso à universidade. Portanto, a existência de normas e procedimentos, como o processo seletivo em instituições universitárias públicas, que não utilizam o critério cor ou raça para a escolha dos candidatos, mas que têm como resultado a admissão de estudantes desproporcionalmente concentrados em determinadas categorias de cor, ou origem étnica, não seria considerado como racismo.

...Eu não me sinto discriminado no Brasil, já me senti fora, aqui não... Eu não me sinto discriminado, eu nunca paro para pensar: Pô, eu sou japonês. Eu não sinto nada de pejorativo, eu não vejo nada disso acontecendo comigo. E acho que o japonês hoje, eu não sei desde quando, mas tem um estereótipo do japonês aqui também, aquela coisa de achar que eles são trabalhadores, esforçados, aquela coisa, que são duros tal, tem toda aquela imagem... Eles são valorizados, assim pelo menos para trabalho são valorizados. Agora, socialmente eu não, (pausa) eles são mais fechados. Como grupo eles não se misturam tanto... Os japoneses vêm mesmo para subir na vida, assim você tem que se sacrificar, estudar pra caramba e trabalhar. Então, você fica imaginando o japonês aquele cara, bitolado, sabe, tem até aquelas piadinhas de cursinho assim, se vai no banheiro, aí você fecha a porta e daí está lá escrito na porta: Enquanto você está aqui cagando tem um japonês estudando (Fernando, da Faculdade de Economia e Administração).

Para Fernando, da Faculdade de Economia e Administração (FEA), um estudante que é descendente de japoneses, os estereótipos que existem sobre os japoneses são positivos, associando-os ao esforço, dedicação e competência no trabalho, embora socialmente eles não se destaquem muito e sejam realmente fechados. Ele próprio afirmou não se sentir discriminado por ser japonês e forneceu a trajetória do pai como exemplo

de que não havia tal discriminação. Segundo Fernando, ele era parte da quarta geração de descendentes de japoneses que vivem em São Paulo. O pai era de classe média e, na época da entrevista, era diretor de um banco em São Paulo, e nasceu em Mogi das Cruzes. A mãe nasceu em outra cidade do interior do Estado de São Paulo. Segundo Fernando, o pai teve uma origem simples, pois a família tinha uma cooperativa agrícola, estudou em um colégio ruim de Mogi das Cruzes e a família sabia que a grande chance que ele teria de ascender socialmente, profissionalmente, seria através dos estudos. Por isso ele estudou muito durante um ou dois anos fazendo cursinho preparatório para o exame vestibular, visando ingressar no curso de Engenharia na USP. Naquela época, o fato de ter um diploma de nível superior era muito valorizado e, praticamente, garantia o acesso a um emprego. A trajetória profissional começou numa função de menor importância e a ascensão profissional se deu ao longo do tempo e, segundo Fernando, o fato do pai ter alcançado o topo da hierarquia na empresa onde trabalhava era a prova de que o fato de ser japonês não foi empecilho para tal ascensão. Segundo ele, o pai se tornou a pessoa mais bem-sucedida da família e dava apoio a todos os parentes. O resultado é que todos os primos, sem exceção, estavam fazendo, ou já haviam concluído cursos de nível superior e era inconcebível para as tias que os filhos não seguissem essa trajetória.

Eu acho que o preconceito contra o negro é bem maior que todos. Não sei, eu acho que é ainda muito grande, muito grande o racismo no Brasil. Que as pessoas tentam mascarar. Outro dia eu estava na casa das pessoas onde a gente dormia... A mulher falou assim: “Eu não tenho, eu não sou preconceituosa, mas é que quando está calor, aquele cheiro de preto no ônibus! Eu não sou preconceituosa, mas cheiro de preto é ruim!”. Aí eu falei: Nossa!. Não acreditei. Olhei prá frente, não há de ser preconceituosa, o que é preconceituoso... Puta absurdo, mas as pessoas são super preconceituosas. Que fruto de tantos anos de escravidão, sabe, é muita sacanagem. Porque é só por causa de tanta escravidão que teve que eles são tidos como... não faz tanto tempo que acabou a escravidão... (Amanda, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Outro tema abordado nestas falas sobre o racismo foi o uso de linguagem depreciativa para se referir aos negros, como nesse episódio que Amanda, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), descreveu.² Para justificar a sua opinião de que há um racismo muito grande no Brasil a estudante deu como exemplo um formato bastante freqüente de depreciação através da linguagem no qual a generalização para um grupo de uma característica considerada negativa, é seguida, ou antecedida, da ressalva de que a pessoa que fala não tem preconceito contra o grupo. Desse modo, a afirmação é feita, mas, ao mesmo tempo, a declaração de que não se trata de preconceito neutraliza possíveis reações contrárias da audiência e retira da pessoa que fala a acusação de racismo. Ao manifestar a sua indignação diante desse fato, Amanda mencionou a escravidão como justificativa para o fato de que os negros fossem alvo do racismo. Com essa justificativa, o foco foi colocado sobre o fato histórico que, embora considerado recente, está situado no passado, ao tempo em que outras características da sociedade brasileira contemporânea importantes para a compreensão do fenômeno não foram mencionadas.

[existe] Um racismo que a gente não percebe, que é uma coisa que eu via na faculdade, que as pessoas, amigos meus, pessoas do meu convívio, muito legais, super abertas, mas que, de repente, soltavam uma “piada de preto”, ou sabe esta coisa deste tipo que você vê que é uma pessoa legal, gente boa, mas que você vê que tem uma coisa que está incrustada lá dentro, que essa pessoa nem sabe e isto acontece demais eu acho, demais... Eu não tenho dúvida que existe este que é disfarçado, que está incrustado nas pessoas, mas existe o outro que sem dúvida se chegar um candidato negro e um branco o cara vai ficar com o branco, uma vaga de trabalho. Então, é uma coisa mais clara aí. Outro dia num posto estavam fazendo um negócio lá em um carro e chegou uma mulher falando “serviço de preto”... Falou em “serviço de preto”. Sabe é uma coisa, nossa cara, é uma coisa que não é uma piadinha, é uma postura mesmo.

² A família de Amanda é de classe média. O pai é empresário e a mãe é educadora, ambos com nível superior, e são descendentes de imigrantes italianos e espanhóis.

Então ela existe de uma forma mais descarada também, sem dúvida (Pedro, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).

Pedro, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), descreveu também situações em que expressões depreciativas foram utilizadas, como “serviço de preto” para se referir a um trabalho executado de maneira inadequada, ou ainda as “piadas de preto” que eram contadas por pessoas do convívio dele.³ Com esses exemplos ele contrastou as expressões que ele considerou mais abertas e outras mais disfarçadas, enfatizando que ambas são corriqueiras. Nessa perspectiva, o acesso mais difícil ao mercado de trabalho e as representações sobre a baixa qualidade do trabalho executado seriam exemplos de expressões nítidas e abertas do racismo, enquanto que a diversão das pessoas que ele definiu como “gente boa” com as “piadas de preto” exemplificariam as formas de expressão mais sutis. Nesse último caso, chama a atenção que Pedro destacou o fato de que o racismo não está associado apenas a limitações, ou problemas de pessoas ruins, ou que não são “gente boa”, mas é parte do cotidiano de pessoas consideradas “super-abertas”, deixando implícito que não se poderia estabelecer uma relação entre características individuais e atitudes, ou comportamentos, racistas.

Ainda sobre o mercado de trabalho, houve outras referências como a de Amanda, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), que destacou que em algumas ocupações como organização de eventos e serviço de bordo das companhias aéreas é muito raro ver uma mulher negra, ou mestiça.⁴ Natália, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), afirmou que ao participar de uma pesquisa sobre discriminação racial no acesso ao mercado de trabalho,

³ Pedro descreveu a sua família como sendo formada por imigrantes italianos e portugueses. Um dos seus bisavôs por parte de pai era português e o outro era italiano. Este tinha uma propriedade grande, que foi sendo dividida. Por parte de mãe, o avô também era imigrante italiano, e proprietário de uma indústria de médio porte, enquanto a avó foi descrita como “cabocla”.

⁴ O termo mestiço é usado, em São Paulo, para se referir a pessoas cujas características físicas indicam a mistura de japoneses com brancos.

pôde comprovar – mais de uma vez – que, ao concorrer a um posto de trabalho, fora selecionada, enquanto a sua concorrente negra (também participante da pesquisa), propositalmente com as mesmas características em termos de currículo, escolaridade e disponibilidade de tempo, fora reprovada.

...Mas tem uns amigos meus, uma galera de uns meninos, eles são todos negros, mas negão sabe? E eles sempre tomavam geral. Sabe tomar geral, encosta na parede... eles estavam andando na rua e os meninos que eu conheço, brancos, assim, pouquíssimos levaram batida policial sabe, em circunstâncias normais entendeu? Você está andando na rua que nem um cidadão comum e chega a polícia e te enquadra sabe? (Amanda, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

A abordagem mais freqüente de jovens negros pela polícia, se comparado ao que acontece com jovens brancos, foi mencionada por Amanda, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), como evidência de racismo. A associação da imagem do homem negro com a marginalidade foi um tema que emergiu nestas falas sobre o racismo, também associado ao reconhecimento de que em determinadas situações – como no trânsito, à noite ou na rua – a presença de um homem negro provocava uma sensação de temor e insegurança, maior do que a provocada por um que não fosse negro. Tratava-se, portanto, nessas falas, de admissão do preconceito, e não de denúncia do tratamento discriminatório por parte da polícia ou de seguranças particulares. Em outra entrevista, Luís, do Instituto de Biologia (IB), apresentou como evidência de racismo o fato de que ele mesmo acreditava que tinha muito mais facilidade de entrar em lugares e deles sair – como prédios residenciais ou empresas – sem ser abordado por seguranças ou porteiros do que teria um jovem negro. O reconhecimento, nesse caso, apareceu com um sentido inverso, ou seja, não do próprio “preconceito”, mas do respeito ao direito individual de ir e vir, que, como um privilégio dos

jovens brancos, era-lhes assegurado, enquanto o mesmo não ocorria com os jovens negros.

Esses depoimentos tratam da produção da imagem do homem negro como “suspeito”, algo que tem uma história longa e que já foi relativamente bem documentado na literatura. Os estudos que focalizam esse tema mostram que, continua sendo forte a associação da imagem do homem negro com a criminalidade, uma imagem que vem se construindo há bastante tempo e que permanece atualizada no comportamento discriminatório de policiais, operadores da Justiça e da população em geral (MITCHELL; WOOD, 1998; ADORNO, 1995; TEIXEIRA, 1994). Em uma parte do estudo realizado sobre a criminalidade em São Paulo, Caldeira (2000) analisou as estatísticas existentes para o período de 1973-1996 e concluiu que existem fortes vieses de classe, raciais e de gênero na atuação da Polícia e da Justiça, bem como uma grande desconfiança por parte da população em relação a essas instituições. Em vista disso, a segurança tem se tornado cada vez mais uma questão privada em São Paulo.

E foi uma coisa que eu tive uma certeza muito grande de como esta outra forma mais clara existe, por exemplo, quando eu fui no encontro de Capoeira Angola em Belo Horizonte onde a grande maioria é negra, e tenho vários amigos de lá que são brancos universitários, inclusive fizeram faculdade comigo aqui e foram pra lá, ou que eu conheci em outros lugares, e sai um dia com eles e assim o desconhecimento e o, mas não é só desconhecimento não, era um desprezo mesmo por esta cultura popular que não estava dissociada do fato de a maioria dos participantes serem negros, não estava dissociada. Eu fiquei espantado porque eram pessoas, eram amigos dos meus amigos, do mesmo grupo, que estavam assumindo isso, este desprezo por uma cultura popular que não estava dissociada da maioria dos participantes serem negros (Pedro, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).

A desvalorização de expressões da cultura popular, associadas aos negros, foi citada por Pedro, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), como mais uma evidência da existência de manifestações muito nítidas do racismo. Na situação descrita, o estudante enfatizou que os

jovens brancos universitários de Belo Horizonte que eram seus amigos demonstraram não apenas desconhecimento, mas desprezo relação à capoeira, o que foi motivo de surpresa. Tal concepção de racismo que o associa à desvalorização da cultura negra emergiu também nas reflexões sobre a menor valorização da estética feminina e do corpo negro.

A minha prima ela não quer assumir sabe que é mulata, porque minha prima ela é linda, entendeu meu, ela tem um puta corpo, sabe uma cinturinha, um quadril, uma bunda, maior peito lindo. Sabe meu, o uso que você penteia o cabelo enrolado bonito. Não, faz escova, faz relaxamento. Até que agora, acho que de tanto a gente encher o saco dela, ela cortou curtinho e deixou o cabelo enrolar solto. E aí a gente foi para Nova York, foi eu, minha mãe e minha tia Fátima, a mãe dela, você vê aquelas puta negonas meu, usando o que é bonito mesmo entendeu. Então, a gente ficou assumindo, sei lá, como jeito legal, entendeu meu. E minha prima não, minha prima nem morta põe uma roupa tipo...afro, umas coisas no cabelo, uma faixa. É lindo, muito legal. Nem morta, ela não aceita, não aceita que nem. Meu tio também não aceita direito essa coisa... Eles nunca estimularam entendeu meu! Porque se tivessem estimulado desde criança... Então, ela não se valorizava nem um pouco (Amanda, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Nesta fala de Amanda, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) a exaltação da beleza da prima, com referências elogiosas às formas do corpo e ao tipo de cabelo, se combinou às reclamações sobre o fato de que esta não quer assumir que é mulata. Nesse caso, a não aceitação do que é apresentado como um fato indiscutível – o ser “mulata” – foi exemplificada pelas tentativas de alisamento do cabelo, e pelo não uso de roupas e adereços no estilo afro. Em outra entrevista houve referência direta à rejeição da cor, notada porque atividades de lazer como praia e piscina, que implicavam tomar sol, eram evitadas. Esses exemplos evidenciam que, além de determinadas características físicas, certos estilos de roupa e expressões culturais são importantes nas representações sobre o ser negro, ou negra. Houve comentários também sobre a beleza negra masculina que incluíam associações da imagem do

homem negro com a sensualidade e o desempenho sexual. A valorização positiva dessa imagem sexualizada do homem negro, que já foi vista, no passado, como algo negativo, é parte importante do processo de construção de novas formas de identidade racial, que se pautaram na elevação da auto-estima e na exaltação da beleza negra.

O argumento que começou a ser construído como um elogio à beleza negra se desdobrou em uma crítica ao fato, principalmente, de as mulheres negras e mestiças não adotarem com mais frequência, o que resultaria da rejeição da própria cor, e revelaria o desejo dos negros de parecer, ou se tornar, brancos(as). Levando em conta que o apoio declarado dos estudantes à miscigenação foi bastante evidenciado nas críticas feitas à atitude desfavorável dos pais às uniões interraciais, é importante notar que eles combinam posições de defesa da mistura racial e, ao mesmo tempo, de apoio à manutenção por parte dos negros das características tidas como específicas da estética e cultura negra.

Diversos relatos foram ricos em descrições de inúmeras situações apresentadas como exemplos da existência de racismo, na sociedade em geral ou na própria família, mas poucos foram os casos em que houve admissão do próprio racismo. Falar sobre o racismo não pareceu provocar qualquer constrangimento. Ao contrário, era como se fosse mais um assunto de ordem geral que se discute no dia-a-dia, com a tranquilidade de quem não se sente envolvido ou responsabilizado diretamente. O mais frequente foi falar de uma maneira genérica sobre o assunto, ressaltando o fato de que houve pouca convivência com negros ao longo da vida, porque nos bairros em que moravam e nas escolas particulares em que estudaram, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, era muito pequeno o número de negros. Como as famílias também eram descritas como brancas, sendo reconhecida apenas a origem européia associada à imigração, e negada a existência de miscigenação com negros e japoneses, a socialização desses estudantes ocorreu em um contexto que, praticamente, excluía a presença negra – e nordestina, embora houvesse casos de convivência com japoneses. Em alguns casos, foi lembrado que o único aluno negro que havia na escola era alvo de ridicularização.

Nesse aspecto, o relato de Fernando, da Faculdade de Economia e Administração (FEA), permite afirmar que a situação dele era bastante similar à dos estudantes brancos, pois ele se disse parte da quarta geração de descendentes de japoneses em São Paulo e, até aquele momento, se mantinha a regra de que as uniões se davam apenas dentro da comunidade japonesa. Por outro lado, ele reiterou que a sua maior convivência se dava com pessoas brancas e que o contato com pessoas negras era algo, praticamente, inexistente na sua trajetória, apesar de não ter sido buscado intencionalmente.

Para compreender esse fato é preciso levar em conta que, em geral, a convivência das famílias de classe média de São Paulo com pessoas negras é pequena, limitando-se ao convívio com empregadas domésticas e outros prestadores de serviços. Isso faz sentido, tendo em vista que São Paulo se tornou uma cidade bastante segregada, existindo até hoje uma distinção entre os bairros que concentram a população de descendentes de imigrantes de determinadas regiões, imigrantes nordestinos etc. Nos bairros que, atualmente, são reconhecidos como de classe média, a população negra é pouco numerosa⁵.

Além disso, como mostra Caldeira (2000), na educação que dão aos filhos, as famílias de classe média tentam de diversas maneiras evitar o contato deles com o que consideram influências perigosas e, entre outras, está o convívio com as “más companhias”. Nesse sentido, a escolha de uma boa escola particular, geralmente, localizada em um bairro considerado adequado, é muito importante, pois assegura a distância social em relação aos pobres, vistos como mais próximos dos espaços do crime. Ao fazer tal escolha, indiretamente, a distância social em relação aos negros também é assegurada.

Outro fato digno de nota é que entre os estudantes brancos não houve, com uma exceção, qualquer referência a si mesmos como brancos, ao passo que eles usaram esse termo para se referir a outras pessoas, assim como, por repetidas vezes durante as entrevistas, se referiram aos negros

⁵ Sobre a segregação racial nas cidades brasileiras, incluindo São Paulo, considerando a influência da classe social, ver TELLES, 2003.

e aos descendentes de imigrantes japoneses como “eles”. A ausência da reflexão sobre a própria condição de branco, ou branca, foi algo marcante nos relatos sobre o racismo, em que tantos temas foram abordados, inclusive, o fato de que os negros não assumem a sua negritude.

Em relação a esse aspecto, a situação de Fernando, da Faculdade de Economia e Administração (FEA), foi distinta porque a reflexão sobre o ser japonês foi parte importante do seu relato. Ele afirmou que não convivia muito com japoneses, não falava japonês, e que quando conviveu com “japoneses mesmo”, ou seja, com pessoas que viviam no Japão, percebeu que era muito diferente deles. Por outro lado, admitiu que também não convivia com negros, dando a entender que se relacionava com mais frequência com pessoas brancas. No entanto, ele reconhecia que não poderia dizer que era um branco, pois se sentia pertencendo a outro grupo racial. Ao se definir como igual e, ao mesmo tempo, diferente dos japoneses e dos brancos, Fernando ressaltou o quanto a posição de japoneses como ele que vivem em São Paulo é intermediária e ambígua em termos de identidade.

Existem referências na literatura ao fato de que a identidade branca não é tida como problemática e, na verdade, sequer é reconhecida, não sendo colocada em discurso. Além de serem tratados como representantes naturais da espécie, as características dos brancos são tidas como a norma de humanidade (SILVA; ROSEMBERG, 2008). E até mesmo os estudos sobre o racismo contribuem para essa invisibilização da branquitude, ao se concentrar sobre os negros a atenção dos pesquisadores que, comprometidos com o anti-racismo, querem saber das possibilidades de ocorrerem reações ou mobilizações coletivas (PIZA, 2000).

Diante disso, cabe refletir sobre a afirmação de Winant (1994) de que apesar do surgimento – a partir de meados da década de 1990 – de demandas por políticas raciais no Brasil, que ainda estão sendo implementadas, a identidade branca continuaria se mantendo unitária e irrefletida. De acordo com esse raciocínio, os brancos ainda se veriam como a norma, o padrão, que, como tal, não deveria ser objeto de reflexão. Talvez porque – entre outras coisas – não tivessem passado pela experiência de ter de

conviver com o fato de que “outros” fossem beneficiários de políticas públicas, continuando a desfrutar dos privilégios associados à branquitude no Brasil. A criação de reserva de vagas para negros em universidades públicas, assim como a adoção de outras medidas visando à promoção da igualdade racial, por parte de agências governamentais e instituições públicas, têm criado um cenário bastante favorável para examinar essa questão. Se Winant estiver correto, e houver continuidade na execução de tais políticas em benefício dos negros, e dos povos indígenas, é possível esperar alterações importantes nas expressões da branquitude no Brasil. No entanto, é importante levar em conta que esta também não deveria ser essencializada, considerada unitária, estável e não problemática. Os relatos diversificados sobre o racismo, assim como as posições distintas e com nuances sobre o anti-racismo, são evidências disso, mas é certo que os próprios sujeitos refletem menos sobre e problematizam menos essa identidade, o que está relacionado com o fato de que ser branco não estigmatiza, mas, pelo contrário, ainda é a norma em termos sociais e estéticos, com representações positivas sendo predominantes.

Dilemas em torno do anti-racismo universalista

A variedade de temas que foi observada na parte anterior não se manteve quando os estudantes falaram sobre o anti-racismo. Aqui a discussão convergiu para as instituições de ensino superior, por conta do debate existente sobre a criação de reserva de vagas para estudantes negros e oriundos de escolas públicas nos processos seletivos das universidades públicas.

Explicações para a desigualdade racial

Inicialmente, em várias falas ficou evidenciado que os estudantes percebiam a ausência de estudantes negros na Universidade, assim como nas escolas e colégios, e, a partir dessa constatação, abordaram o tema da desigualdade.

Você pode perceber que existe discriminação contra o negro porque não existe negro na sua escola, que foi o meu caso, escola de classe média, classe média alta, mas, ao mesmo tempo, você não está convivendo com negros pra saber o que é, é uma coisa meio distante... É, segundo grau, no primeiro então não tinha nenhum, não; sempre teve um, eu sempre reparei: “Ah, tem um!”. Um entre quantas pessoas tem um negro. Mas é um termo que ninguém conversa sobre isso, é um termo que não é tratado. Quando é tratado, é tratado da forma mais “vaselina”. É aquela coisa meio politicamente correta, não pode discriminar, não pode isso, não pode aquilo, e fica uma conversa super superficial... Acho que tem uma certa negação deste debate. Então, temos que achar que é uma coisa meio resolvida, é um problema social, por exemplo, e não um problema racial. Então, isso na minha opinião é uma negação, quer dizer tem o problema racial também. Eu não acredito em nada disso de “democracia racial”... (Luis, do Instituto de Biologia).

Na opinião de Luis, do IB, a afirmação de que o problema racial se reduz à dimensão social é uma forma de negar a existência do problema, e foi associada à crença na democracia racial, da qual ele diz discordar.⁶ É interessante que a discriminação foi inferida pela ausência, nesse caso, ausência de negros no colégio em que ele estudava, mas o estudante não se considerou em condições de falar sobre os mecanismos através dos quais a mesma ocorreria, chamando a atenção para a distância, o pouco convívio e a impossibilidade de conhecer em detalhes a situação.

...Eu acho que o maior ponto de heterogeneidade, é mais a questão geográfica: tem gente de todo canto do Brasil. Talvez, eu chego a dizer, que quem vem de São Paulo mesmo, é minoria. Se a pessoa não morava já fora de São Paulo, os pais dela, com certeza, eram de fora de São Paulo e... a maioria mesmo têm um vínculo forte, ou são mesmo de outro lugar e moram sozinhos aqui. Isso é algo – eu, que sempre estudei em escola particular – é algo que não tinha de jeito nenhum. Então, isso eu acho que foi algo que trouxe uma diferença.

⁶ A família do estudante é de classe média, o pai é norte-americano, professor universitário especialista em questões raciais e a mãe é paulista.

E mesmo a questão geográfica em São Paulo... na minha escola a gente era mais ou menos da mesma região e tal, e aí você começa a ver gente que mora do outro lado da cidade. Mas de classe social não tem, é um nível muito parecido... social das pessoas, isso é... mesmo de cor, eu acho que é muito... não tem, não tem negro na Faculdade de Direito. Vamos dizer que eu conheço, estou no quarto ano, que eu tenha visto, ao todo, uns três ou quatro – são dois mil e duzentos alunos - quer dizer, mas na verdade, eu estou descontando quem já se formou, enfim... eu convivi com, mais ou menos, umas três mil e tantas pessoas e devo ter visto uns três ou quatro negros. Uma coisa... enfim, muito impressionante. (Sílvio, da Faculdade de Direito).

Sílvio, da Faculdade de Direito (FD)⁷, destacou a heterogeneidade geográfica existente no curso, mas frisou que em termos de classe o público era homogêneo, e que os negros eram raros. A ausência dos negros foi percebida por ele, considerando “impressionante” que tivesse visto três ou quatro negros em cerca de três mil estudantes.

Muitos orientais; assim, a participação dos estudantes negros assim, ela... olha, eu conheço duas pessoas na Poli inteira com quatro mil alunos. Provavelmente, tem mais, mas a participação, ela é... assim, eu queria entender até o porquê, porque na verdade, você tem a participação... assim, em outros cursos é maior, na Poli é uma coisa que... sou de São Paulo mesmo, sempre estudei em escola particular e sempre fiz apologia mesmo à universidade pública, à USP em especial. A escolha do meu curso também... minha opção por fazer Engenharia, se deve muito a... acho que ao meu colégio e meu colegial. O colégio particular que eu fiz, que é o Colégio Bandeirantes, assim, na real mesmo, eles falavam... a universidade para eles era Engenharia, Medicina e Direito. Os outros cursos eram totalmente discriminados, e tanto é que a hora que eu entrei na universidade foi um choque mesmo, porque a diversidade na universidade e... Engenharia não sendo nada daquilo que eu imaginava, e hoje vendo

⁷ O estudante é de classe média e reside em um bairro da Zona Oeste de São Paulo, onde foi realizada a entrevista. Ele sempre estudou em São Paulo, em escolas particulares, fez cursinho junto com o terceiro ano e foi aprovado na primeira vez que prestou vestibular para o curso de Direito.

que realmente não é o que eu quero também... (Augusto, da Escola Politécnica).

Augusto, da Escola Politécnica (POLI), fez um comentário semelhante⁸ chamando a atenção que a ausência de negros – e estudantes oriundos de escolas públicas – é maior em alguns cursos e menor em outros. Segundo ele, a hierarquia interna existente na USP, é em grande parte reforçada pela atuação dos colégios e cursinhos particulares, que somente valorizam as carreiras tradicionais como Medicina, Engenharia e Direito na USP, enquanto que os outros cursos são “discriminados”.

...Eu fiz colégios bons, privados em São Paulo... eu não vi um negro, um mulato, não vi um negro na minha escola, no meu colégio, fiz Santa Cruz, Colégio Santa Cruz, colégio bem tradicional aqui em São Paulo. No meu ano tinha 250 pessoas, se tem de tudo lá, filho do dono da Vilares, do Ermínio de Moraes, se vê filho do dono do Banco Itaú, Setúbal, se vê tudo isso, só que você não vê negros, não vê (Fernando, da Faculdade de Economia e Administração).

A mesma experiência foi relatada por Fernando, da Faculdade de Economia e Administração (FEA) que também apontou a ausência de negros no colégio em que estudou, confirmando que na trajetória dele houve muito mais interação com pessoas brancas, o que, por sua vez, está relacionado com o poder aquisitivo e renda familiar elevada dos japoneses e descendentes. Mais adiante, Fernando destacou que existem diferenças marcantes de renda entre segmentos distintos da população de São Paulo, considerando a cor, religião e o bairro, e a posição de destaque dos japoneses como categoria que, proporcionalmente, tem a maior renda per capita.

Acho que a pobreza, que eu vejo como maior problema, a pobreza. Assim, eu vejo também, a qualidade de vida das pessoas... Acho que

⁸ Estudante do curso de Engenharia, de classe média, Augusto ingressou em 1999 e ocupava um cargo na gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP, onde a entrevista foi realizada.

o mais forte é o social, porque se te discriminam, mas você tem acesso a tudo, é uma coisa. É desagradável a discriminação para qualquer um, mas se você tem acesso à educação, todas as coisas que você precisa, é outra coisa. Isto pra mim é o mais problemático, é isso... Não, as coisas se misturam, tudo isso é importante, o fator social, o fato de que teve uma escravidão, a cor também. O fato dela ser preta e existir uma associação imediata entre a cor e alguns valores que são negativos, mas assim, em minha opinião, foi sempre uma questão econômica, desde a colonização. Sempre foi um interesse econômico e aí em cima deste interesse várias políticas que foram elaboradas assim em todas as áreas... Então você vê, escravidão foi uma outra coisa, na minha área, Biologia, teve inúmeras teorias para explicar a inferioridade de algumas raças, então tudo isso faz parte de uma política assim, depois teve a política da imigração também... Na minha opinião é tudo isso assim, são políticas conscientes, claras, feitas com um objetivo, o objetivo é este, isto é uma coisa bem objetiva. É com o objetivo de segregar, segregar socialmente. Você pode segregar fisicamente, ou segregar economicamente (Luís, do Instituto de Biologia).

Tal associação entre renda mais elevada e acesso a escolas particulares de melhor qualidade e, posteriormente, a cursos de maior prestígio na USP, é parte da argumentação que destacou a influência do fator econômico na discriminação e exclusão dos negros, sintetizada no trecho acima da entrevista de Luís, do Instituto de Biologia.

Identidade negra sim, mas superioridade dos negros não

Tendo como pano de fundo as percepções dos estudantes sobre o racismo e as explicações para as desvantagens dos negros é que as posições no que diz respeito ao combate ao racismo serão analisadas. Inicialmente, cabe destacar que em relação às organizações anti-racistas os estudantes manifestaram apoio à atuação junto à população negra no sentido de promover mudanças individuais que contribuíssem para prepará-la melhor para competir em condições de igualdade com os

brancos, mas evitando ações reivindicatórias e até mesmo manifestações simbólicas muito explícitas de afirmação da negritude.

Ou seja, eu sou a favor de pegar os negros da favela, de onde quer que eles sejam, e dar um ensino bom, de base, e eu acho que nesse ensino de base o que você tem que ensinar muito é buscar a identidade negra. Ou seja, porque eles estão aqui no Brasil, ou seja, eles são descendentes dos escravos, mas, contar toda a história, buscar o resgate disso. Quer dizer: Eu tenho uma história, nós fomos muito massacrados. Mas mostrar também o lado forte, o lado bom dos escravos, que eles eram pessoas muito corajosas, que sofreram, e eles têm muito mérito em tudo que eles passaram. E começar a mostrar as coisas positivas, e criar pessoas fortes nesse ponto. E aí sim, eu acho que elas seriam capazes de brigar por emprego, por um lugar na universidade, da mesma forma. Eu não posso falar muito a respeito das atitudes, porque eu sei muito pouco. O que eu acho, no mais geral, é que esses grupos, eles devem instruir. É muito importante que o negro se conscientize que ele é negro, de que existem as belezas, as qualidades, todas que... não mais nem melhor, são iguais, somos iguais, e não o negro querer ser igual ao branco. Agora, o que eu entro em conflito, por exemplo, tem aquela camisa “100% negro”. Eu falo que essa camisa eu acho horrível, porque se algum branco sair com uma camisa “100% branco”, o branco vai apanhar, vão falar que ele é preconceituoso. Talvez o negro esteja querendo devolver com a mesma moeda, e não sei se esse é o caminho. Ou seja, já que eles discriminam, eu vou também discriminar. Não sei se é esse o caminho. Eu acho que eles têm que buscar uma identidade, fortalecer o espírito, a aceitação tem que partir deles, e a partir do momento que eles se reconhecerem e então buscar... Mas, eu acho que isso é muito difícil, eu acho que isso é meio utópico. Eu acho que o movimento é justo, mas, é como se fosse um filho que tem que ser parido com fórceps (Natália, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Nesse trecho da entrevista de Natália, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), a identidade negra foi referida como algo que deve (e pode) ser ensinada e entre os conteúdos de tal programa

de estudo deveria constar uma revisão do significado da escravidão, valorizando positivamente tal experiência. E se estabeleceu uma relação de causalidade entre essa neutralização dos efeitos negativos sobre os negros dessa memória da escravidão e a capacidade deles de competir por emprego e educação de qualidade. A sugestão ressaltou, portanto, que os negros carecem de tal competitividade o que se explicaria pelos efeitos estigmatizantes da escravidão. Nessa perspectiva, as organizações do movimento negro deveriam ter um papel pedagógico, tratando de “instruir” os negros e de elevar a auto-estima ao destacar as suas qualidades e a beleza, estabelecendo uma referência direta com a questão estética. Tais características eram marcantes nas organizações que, na primeira metade do século XX, foram criadas com o objetivo de promover a integração dos negros à sociedade nacional. Na afirmação feita em seguida – “não mais nem melhor, são iguais, somos iguais, e não o negro querer ser igual ao branco” – se evidenciou que o anti-racismo que foi defendido aqui é de caráter universalista, e não se confunde com a posição que foi identificada como sendo aquela das organizações criticadas pela estudante, que pretendiam que o negro fosse igual ao branco. O sentido dessa suposta igualdade foi revelado no argumento seguinte quando a camisa com o slogan “100% negro” foi citada como exemplo.

A expressão “devolver com a mesma moeda” foi usada aqui para ilustrar a discordância com a posição das organizações anti-racistas que defenderiam que os negros reagissem ao tratamento discriminatório que recebem, também, discriminando os brancos. E o retorno ao tema da identidade, que implica em esforço individual dos próprios negros para “fortalecer o espírito” e se aceitar, reforçou o argumento de que esse deveria ser o foco da atuação dessas organizações. Ao mencionar o caráter utópico dessas propostas a estudante admitiu que havia pouca probabilidade de que se conseguissem resultados efetivos através desse tipo de atuação, e expressou algum apoio ao movimento negro. A complexidade da situação foi expressa na frase que encerrou esse trecho quando a estudante afirmou pensar que “o movimento é justo, mas, é como se fosse um filho que tem que ser parido com fórceps”.

Nos parágrafos anteriores ficou evidente que a denúncia do preconceito e discriminação, bem como a afirmação da identidade negra, através da cultura e da educação, foram aceitas, mas propostas entendidas como defendendo a supremacia racial dos negros sobre os brancos foram consideradas discriminatórias e, por isso, recusadas. Essa posição se evidenciará melhor na análise das opiniões sobre as propostas que visam expandir o acesso de estudantes negros às universidades públicas.

A defesa do acesso universal ao ensino superior

Manifestações de repúdio ao uso da camiseta com o slogan “100% negro” como a que foi feita na entrevista acima apareceram também em uma charge publicada em um jornal de circulação interna à universidade⁹. A referida charge estava inserida na parte de baixo de uma página cuja manchete fazia referência à pressão que a universidade estaria sofrendo para mudar as regras utilizadas no exame vestibular. Na matéria principal, anunciava-se que a FUVEST estaria analisando a possibilidade de utilizar os resultados do ENEM (atual ENADE) como forma de elevar o número de estudantes oriundos de escolas públicas e apresentava um gráfico onde se via que, entre os candidatos do exame vestibular do ano 2000, 45,8% haviam estudado apenas em escola particular¹⁰. Em outra matéria - com foto -, a manchete tratava do processo que estaria sendo movido contra a universidade pelo diretor-executivo de uma organização anti-racista, sob a alegação de que o processo seletivo estaria beneficiando os estudantes de poder aquisitivo elevado, o que feriria a Constituição.

A charge mostrava os estudantes posicionados diante de um balcão, onde se lia “Inscrição” e “FUVEST 2002”, e, logo abaixo, “Branços”, “Negros” e “Orientais”, com figuras representando os estudantes de cada uma dessas categorias posicionados em filas distintas. Com essa imagem,

⁹ Jornal do Campus, 02 a 10 de maio de 2001.

¹⁰ Diante desse resultado, o supervisor da FUVEST alegou, no corpo da matéria, que no exame vestibular do ano 1980 o número de inscritos e de aprovados era praticamente o mesmo entre alunos da rede pública e particular.

a charge sugeria uma associação imediata com os sistemas de segregação racial da África do Sul e Estados Unidos, conhecidos mundialmente pelo uso desse tipo de identificação em locais públicos separados para negros e brancos. Na caracterização dos estudantes que estavam nas filas, e eram vistos de costas, o estudante negro vestia uma camisa onde se lia em letras desproporcionalmente grandes: 100% Negro. Segundo a minha interpretação, a combinação de símbolos da segregação racial – como as filas separadas – com a reserva de vagas com base no critério cor e a exibição de mensagens de afirmação da negritude, cumpria o objetivo de atribuir conotações negativas tanto à proposta de reserva de vagas para negros, quanto às atitudes contestatórias de organizações e indivíduos negros, ambos identificados com o segregacionismo.

É uma contradição. O governo que deveria estar investindo em educação, por exemplo, em vez de financiar mais a educação, o segundo grau, por exemplo, já vai criar um cursinho pré-vestibular. Então, eu acho que não é função do poder público isso, está distorcendo já uma... é o vestibular que causa isso, na verdade, o acesso deveria ser para todos. Então, eu não sou a favor, eu acho que não é isso, está distorcendo tudo, mas... está piorando, na verdade, você não vai criar um cursinho de qualidade e está tirando recurso que poderia estar indo para a educação (Augusto, da Escola Politécnica).

Em falas como a de Augusto, da Escola Politécnica (POLI), a defesa do acesso universal ao ensino superior foi a justificativa para a posição crítica às iniciativas governamentais no sentido de criação de cursos preparatórios para esse teste voltados para estudantes negros. Segundo ele, o que explicaria a inexistência desse acesso universal seria o processo seletivo através do exame conhecido como “vestibular”. E seguindo esse raciocínio, a solução para incentivar o acesso de mais estudantes negros às universidades públicas seria o maior investimento no sistema público de educação, sem dirigir recursos para iniciativas voltadas exclusivamente para negros, que não seriam “função do poder público” e significariam diminuição do investimento em políticas educacionais de caráter universalista.

No mesmo diapasão, foi dito que a reserva de vagas para negros seria apenas uma iniciativa de caráter oportunista do governo com a finalidade de convencer a população de que estaria fazendo alguma coisa em prol da igualdade racial, quando a intenção seria outra. Tratar-se-ia, portanto, de mais uma estratégia a que o governo recorreria como forma de evitar o enfrentamento de problemas cruciais, como a má distribuição de renda e a baixa qualidade do ensino público nos níveis fundamental e médio.

A expressão usada mais de uma vez para se referir a tal estratégia foi: “O buraco é mais embaixo”. Esta foi usada por Fernando, da Faculdade de Economia e Administração (FEA), ao comentar que já tinha ouvido falar da proposta de criação de cotas para negros, mas que não se sentia confortável diante de tal proposta - falando da USP. Por outro lado, ele também não concordou que políticas de combate à pobreza seriam suficientes para acabar com a discriminação racial. O que ele sugeriu foram iniciativas no sentido de levar mais informação às classes média e alta, integrada por brancos, japoneses, judeus e outros, que é formadora de opinião, sobretudo no que diz respeito aos negros, à sua cultura, à desigualdade racial e às reivindicações do movimento negro. Na perspectiva dele, ainda seria necessário um esforço de sensibilização e denúncia, que possibilitasse mais acesso à informação e mais discussão antes da implementação de uma política como a de cotas, ou outras. Especialmente em relação às cotas, ele ficou muito embaraçado e não disse exatamente porque não concordava, mas demonstrou isso.

Eu acho que tem muito disso, quem vai estar na USP que é mais concorrido? Quem vai estar bem preparado. Quem está bem preparado? Quem estuda bastante. E quem que estuda bastante? Quem valoriza isso, e quem acha importante, e quem tem mais estrutura para fazer isso. Então eles, bom eles são classe média, em geral são classe média, não é classe alta, são classe média, ou média alta. Assim, não sei se tem muito japoneses pobres, é difícil de ver, mas em geral são classe média, média alta e que para seguir na vida eles fazem via estudo, e, em geral, Exatas, ou Biológicas. Eles estão indo para isso, e então eles estudam muito. Você tem o colégio Bandeirantes que é, que fica no Paraíso, que é um colégio

onde vai muito japonês e o sistema de colégio é bem esse (Fernando, da Faculdade de Economia e Administração).

Essa posição pode ser melhor compreendida ao observar a maneira como Fernando explicou os excelentes resultados obtidos pelos estudantes japoneses no processo seletivo para a USP. Ele destacou tanto as melhores condições de preparação, por sua vez, associadas à classe social, quanto os valores, relacionados à valorização do estudo e da formação acadêmica como meio de ascensão social.

É interessante notar que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, o esforço de sensibilização e denúncia sugerido anteriormente foi a tônica das organizações anti-racistas em um processo que conduziu à criação de espaços institucionais voltados para delinear e implementar políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. A alegação de que não houve discussão suficiente e de que as cotas para negros estariam sendo criadas nas universidades de maneira apressada, e sem que a comunidade acadêmica e a opinião pública de maneira mais geral tivessem discutido em profundidade o assunto, aparece entre os argumentos que têm sido utilizados em pronunciamentos de cientistas sociais contrários à adoção desta medida (MAGGIE; FRY, 2004).

A construção da inferioridade intelectual dos beneficiários da reserva de vagas

Um argumento freqüente nas falas dos estudantes que criticaram a proposta de reserva de vagas – tanto para estudantes de escolas públicas, quanto para negros – apontava as possíveis dificuldades que os beneficiários teriam em termos de rendimento durante a realização dos cursos universitários. A suposição aqui era a de que tal sistema permitiria o acesso às universidades de estudantes que não teriam sido submetidos a qualquer tipo de avaliação do desempenho acadêmico, ou seja, que o mérito seria totalmente desconsiderado, e que esses estudantes não conseguiriam um bom rendimento nos cursos universitários que escolhessem. Esse problema criaria outros, porque provocaria frustração

individual, podendo gerar mais preconceito, ao confirmar os estereótipos sobre a menor capacidade intelectual, a falta de dedicação e esforço pessoal dos próprios negros.

Eu, a princípio, sou contra as cotas, porque eu acho que, eu vejo assim, eu pego meu caso, vim de colégio particular, tive condições pra um estudo muito bom, só que dentro da universidade não estou achando fácil. Ou seja, estou tendo dificuldade, tenho que estudar bastante, o ritmo é muito forte, a gente tem uma carga de leitura muito grande. Então, os melhores entram aqui porque o vestibular é muito rígido, criterioso e tal. Então, colocar uma pessoa negra que ela vem de um outro processo de seleção, ou seja, ela não vai brigar como a gente está brigando, todo mundo lá fazendo vestibular, quer dizer, vai ser um outro modo de seleção. Vão cair pessoas aqui, então, acho eu, menos preparadas, porque se entende que essa pessoa negra não vá brigar de igual forma porque ela não vai ter condições. Se ela não tem condições, ela vai chegar aqui, ela não vai conseguir passar, ela vai desistir, ela vai abandonar o curso. Ou seja, o governo vai dizer: Estou colocando negros lá dentro, mas e eles estão vendo? Vão tampar o sol com a peneira. Ele [o governo] vai falar: Não, a minha parte eu tô fazendo, agora eles têm que fazer a deles e passar. E eles não vão conseguir passar, acho que vai ser muito raro. Sei lá, de 100 que entrarem, um talvez se forme, porque eles não vão ter toda a bagagem que as outras pessoas têm. E mesmo tendo, a gente pena aqui dentro, então eu acho que essa medida iria só tampar o sol com a peneira. Não ia ser justo com eles, porque eles não iam estar iguais. Eles podem entrar, mas entrar é uma coisa, e ter condições pra brigar, pra continuar aqui é outra... (Natália, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Inicialmente, é importante destacar que neste trecho da entrevista de Natália, quando a estudante expôs os argumentos que justificavam a sua posição contrária às cotas ela afirmou que os “melhores” eram escolhidos através de um processo seletivo rigoroso. Não houve, portanto, questionamento desse processo, como ocorreu em outros casos. Foi com base nesse pressuposto que, em seguida, foi feita a afirmação de que os estudantes negros escolhidos através de um processo seletivo diferente

seriam menos preparados. E para reforçar a idéia de que eles seriam qualitativamente piores que os demais, foi dito que eles iriam “cair”, e não entrar, na universidade. A partir daí, se estabeleceu outra relação entre o fato de entrar menos preparados e de não “brigar da mesma forma”, porque não teriam “condições”. Segundo a minha interpretação, essa expressão leva a crer que esses estudantes não seriam competitivos, não teriam uma atitude agressiva, ou não se esforçariam tanto quanto os demais, ficando implícito que não o fariam porque não tiveram que disputar uma vaga em um processo seletivo tão difícil quanto é o da USP, já que teriam sido beneficiados pela reserva de vagas. Mas essa associação foi logo minimizada pela justificativa de que eles não iriam “brigar da mesma forma” porque não teriam condições. Nessa altura, outra relação foi estabelecida entre não ter condições e fracassar, ou seja, ser reprovado, desistir e abandonar o curso. Adiante, a referência a proporções foi usada para dar mais impacto ao argumento, quando se afirmou que “de cem que entrarem um talvez se forme”. Esse prognóstico muito negativo revelou que a expectativa em relação ao rendimento acadêmico dos estudantes negros que seriam beneficiados pela reserva de vagas era extremamente baixa. A referência feita no final desse trecho de que “não ia ser justo com eles porque eles não iam estar iguais” novamente amenizou o tom duro da afirmação anterior, revelando a preocupação com a injustiça que desse modo seria cometida, não contra os outros estudantes, mas contra os próprios estudantes negros.

Novamente, nessa fala se explicitou uma grande desconfiança em relação às iniciativas governamentais voltadas para a promoção da igualdade racial, vistas como atos oportunistas, que visam enganar a opinião pública, simulando que tem determinados objetivos, que são falsos, quando apenas almejam evitar o enfrentamento das questões importantes e a solução dos problemas urgentes do país. A criação de cotas para negros foi entendida como parte de uma estratégia governamental que consiste em impor medidas artificiais – “colocando negros lá dentro” – que não resolveriam o problema servindo apenas como paliativo – para “tampar o sol com a peneira”. Os resultados de pesquisas sobre atitudes

políticas têm mostrado que a desconfiança da população em geral e, em especial, dos jovens em relação ao governo, aos políticos e às políticas públicas é muito grande (MOISÉS, 2005; POWER, 2005).

No entanto, os processos que têm conduzido à criação de reserva de vagas para estudantes negros, indígenas e de escolas públicas variam entre as instituições de ensino superior que são federais e as que são estaduais, assim como de uma instituição para outra. A literatura recente que analisa tais processos e descreve as características dos programas de ação afirmativa em instituições de ensino superior públicas revela que a diversidade é muito grande, existindo diferenças em relação ao modo de implementação, aos segmentos beneficiados, aos modos de identificação e à proporção de reserva de vagas (BRANDÃO, 2007; FERES JR; ZONINSEIN, 2005; BERNARDINO; GALDINO, 2004). O grau de interferência do Governo Federal e dos Governos Estaduais é um tema que mereceria uma análise cuidadosa, mas o que importa destacar é a atitude desfavorável em relação às iniciativas governamentais nessa área.

Argumentos semelhantes estavam presentes também no discurso de professores, como se pode comprovar em um artigo publicado em um periódico de circulação nacional, em que um professor do curso de Medicina desta universidade se posicionou contrariamente à reserva de vagas para negros alegando, entre outras coisas, que com a medida, estar-se-ia oferecendo um único caminho aos negros, seja na trajetória estudantil ou profissional: o fracasso (RAW, 2001). O autor começou por assumir a sua condição de judeu, reconhecendo que os negros continuavam ausentes do quadro de docentes da Faculdade de Medicina, ao passo que cerca de um quarto dos professores seriam semitas – árabes ou judeus. No entanto, ao desenvolver a sua argumentação, insistiu em que o mérito individual deveria ser o critério utilizado para a seleção dos estudantes, alegando que as características do ambiente familiar é que explicariam a exclusão das “minorias”.

As vagas de uma universidade paga pela sociedade deviam ser reservadas aos que têm maior potencial para se tornar os profissionais que ela demanda... O problema com as “minorias” de Nova York

ou de São Paulo é terem vivido num ambiente familiar que não estimula a capacidade de aprender e de crítica para julgar o que as escolas lhes transmitem. Sem aprender a aprender, sem capacidade de analisar informações, não terão capacidade, mesmo admitidas nas universidades num sistema de cotas, de acompanhar os cursos e se tornar, pela auto-educação continuada, profissionais competentes... Existem outras soluções mais eficazes (e democráticas, pois uma vaga concedida pela cor da pele é a negação dos direitos de outros) (RAW, 2001).

A associação entre o “potencial” e o “ambiente familiar” que se estabeleceu aqui foi crucial para explicar porque alguns teriam “capacidade” de acompanhar os cursos, enquanto as “minorias” beneficiadas por reservas de vagas não teriam. O termo “minorias” foi usado entre aspas evitando que fosse feita referência aos “negros”, que são as minorias em questão, tanto em São Paulo, quanto em Nova York, quando se trata da discussão sobre reserva de vagas nas universidades. A expressão não se aplicaria aos judeus, por exemplo, que não teriam o “problema” do ambiente familiar a que o autor se referiu, o que se conclui pela evidência anteriormente apresentada no texto de que era elevada a proporção de semitas - árabes ou judeus - entre os docentes da Faculdade de Medicina, contrastada com a ausência de negros. O termo “insucesso” foi usado para dar um sentido mais neutro à mensagem transmitida ao leitor: os negros fracassarão mesmo se a eles forem oferecidas vagas na universidade. A afirmação de que a medida não seria democrática, porque implicaria em negação do direito dos outros, apareceu apenas em segundo plano na argumentação, o que se evidenciou pela posição no final do parágrafo, entre parênteses, como um adendo à parte principal.

Como desdobramento dessa linha de argumentação, estava a idéia de que a reserva de vagas provocaria a perda de qualidade do ensino superior público, por admitir estudantes que estariam, por princípio, menos preparados que os demais. Esta associação entre mais estudantes negros e menor qualidade de ensino suscita a reflexão sobre esse discurso que antecipa o fracasso dos negros. Vale lembrar que a expectativa negativa,

baixa, em relação ao rendimento acadêmico e intelectual dos negros, foi citada apenas por estudantes negros como evidência de racismo. Esse tema exemplifica que o racismo e o anti-racismo estão misturados no discurso, imbricados de maneira complexa.

É... é que eu acho assim, eu acho que o pessoal da raça negra é um pessoal que já tem, no geral, uma situação econômico-financeira inferior à média da população; eu não tenho esse conhecimento preciso, mas é o que eu acho que acontece. Então a situação do ensino público hoje está precaríssima, é um pessoal que não tem esse acesso à formação no colégio para estar entrando na universidade. Eu acho que o empecilho para o pessoal entrar é justamente este: é um vestibular, porque o vestibular não te seleciona porque você é bonitinho, porque você é alegre, porque você é negro, porque você não é; a seleção do vestibular não é essa, eles querem rendimento nas provas e aí, eu acho que esse pessoal fica um pouco mais prejudicado... um pouco não, bastante mais prejudicado. Aí vem com uma idéia de reservar 50% das vagas da universidade pública para o pessoal de colégios públicos, de escola pública... eu acho isso terrível, é uma idéia de quem não pensa na situação da educação no País. Eles querem igualar por baixo. O ensino público está ruim, então, vamos igualar o ensino superior público também, por baixo. Eu acho que eles tinham que vir melhorando as bases, para trazer o pessoal que está na escola pública no mesmo nível do pessoal que está na escola particular. Senão uma pessoa que, de repente, estudou num colégio, no ensino médio em colégio público, entra num vestibular com um cara que estuda numa escola particular... que teve um aprendizado muito melhor, e aí, como é que a faculdade vai avaliar esses dois alunos? Às vezes, o aluno da... pode acontecer que não, mas o aluno da escola pública não vai acompanhar e vem até a história de que... Vamos reduzir o número de reprovação e tal. Então, a avaliação da escola pública, ainda está pior ainda porque aí eles diminuem a reprovação: estão passando alunos que, na realidade, não passariam de ano. Então, às vezes, o cara se forma no ensino médio e não sabe fazer conta lá da 2ª série (Roque, da Faculdade de Medicina).

Essa preocupação com a perda de qualidade do ensino nas instituições de ensino superior públicas tem como pano de fundo a situação considerada caótica, principalmente, em termos de qualidade, do sistema público de ensino fundamental e médio, e revela, por contraste, o quanto estas instituições são valorizadas. No trecho acima da entrevista de Roque, da Faculdade de Medicina (FAMED), o argumento partiu da constatação de que a situação econômico-financeira dos negros é inferior à média da população, para, a partir daí, apontar a formação ruim obtida por esses estudantes no sistema público de educação como a razão para a menor aprovação no processo seletivo para a universidade, que foi considerado neutro. Foi com base nesse raciocínio que o estudante se posicionou contrariamente à proposta de reserva de vagas (50%) para estudantes oriundos de escolas públicas, que é outra medida que tem sido objeto de discussão como forma de promover o maior acesso de estudantes negros, já que há um amplo reconhecimento de que esse segmento da população está mais concentrado entre os pobres que, por sua vez, dependem mais do sistema público de educação. Diante dessa proposta, o tom foi alarmante quando se considerou o resultado “terrível” que seria “igualar por baixo”, ou seja, rebaixar a qualidade de ensino das universidades para que houvesse uma aproximação com a situação das escolas e colégios públicos. Ao se referir a quem defende tal proposta, o estudante se referiu a “eles”, não explicitando se seriam os dirigentes das instituições, os representantes dos governos, ou das organizações anti-racistas, mas isso revela que o raciocínio é voluntarista, ou seja, que se acredita há “alguém” que planeja adotar a estratégia que vai “igualar por baixo”.

Como desdobramento dessa interpretação foi feita referência à questão da avaliação, se colocando de maneira retórica a pergunta sobre como a faculdade iria avaliar alunos com uma formação completamente distinta, uma obtida numa escola particular, à qual se associa um “aprendizado muito melhor”, e outra obtida no ensino médio de uma escola pública, que seria muito pior. Em seguida, veio a afirmação de que “o aluno da escola pública não vai acompanhar”, e como solução para tal problema os padrões de avaliação seriam alterados para permitir a

diminuição da proporção de estudantes reprovados. Vale ressaltar que esse cenário desastroso não foi construído de maneira totalmente arbitrária, mas tomando como referência aquilo que se imagina que tem acontecido no ensino fundamental e, principalmente, médio, a partir do momento que medidas foram adotadas pelo Ministério da Educação visando diminuir a repetência e que tiveram como consequência a aprovação de estudantes sem que os mesmos tivessem a formação compatível com a série ou o nível cursado.

Vale destacar que os estudantes não questionaram o processo seletivo, ou sugeriram que fossem adotados outros critérios para a seleção de todos os candidatos, como já vem sendo feito em várias universidades, que estão considerando a nota no ENADE (antigo ENEM), a partir das modificações existentes na Lei de Diretrizes e Bases, de 1996. Eles não consideraram, também, a possibilidade de conciliar o investimento no ensino público, nos níveis fundamental e médio, com a implementação de outras medidas voltadas para o ensino superior, sejam elas específicas para estudantes negros, ou para estudantes com renda familiar baixa.

O deslocamento entre afirmações genéricas que dão como certo o fracasso dos estudantes oriundos de escolas públicas e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que não existem bases sólidas para fazer tais afirmações, evidencia, mais uma vez, o caráter contraditório e ambíguo dessas falas que, sem estarem apoiadas em quaisquer evidências empíricas, são parte de um processo mais amplo de produção de discursos de estereotipação (RATTANSI, 1996).¹¹ Afinal, é o sistema de ensino público que absorve a maioria esmagadora do público estudantil e, no mínimo, por conta da magnitude desse sistema, seria necessário reconhecer a existência de diferenças internas, admitindo a possibilidade de que existam também boas escolas e bons alunos. Do mesmo modo, caberia admitir que também há escolas particulares de qualidade duvidosa.

¹¹ Em sua análise das falas sobre o crime, Caldeira (2000) apontou a existência de estratégias discursivas semelhantes quando atribuições negativas sobre os indivíduos pertencentes a grupos supostamente mais envolvidos com a criminalidade eram, ao mesmo tempo, afirmadas e negadas.

Esta associação entre negritude e inferioridade intelectual é uma forma de estigmatização que tem uma abrangência muito maior e, de certa forma, organiza a hierarquia interna das instituições, distinguindo áreas do conhecimento, cursos, instituições de ensino superior, e intelectuais que são considerados de maior, ou menor prestígio. Os negros foram construídos nestas narrativas como inferiores, não em termos biológicos, mas em termos intelectuais, e os argumentos que deram sustentação a estas narrativas recorreram e se apoiaram no individualismo e no universalismo. Essa crença difusa foi aceita tacitamente e, por contraste, encontrou evidências na suposta superioridade intelectual dos japoneses e judeus. A justificativa “social” - a pobreza e, por sua vez, a falta de acesso a uma boa formação educacional, associada ao sistema privado de ensino - substituiu a justificativa biológica para a inferioridade intelectual dos negros e dos pobres.

Nestas falas, a defesa da igualdade revela, ao mesmo tempo, estigmas. Considerando que a expectativa negativa foi citada como evidência de racismo nas entrevistas de estudantes negros, isso convida a pensar sobre a contradição e ambigüidade do discurso que pode ser interpretado como anti-racista e, ao mesmo tempo, racista.

Estratégias de reversão: acusações de racismo contra políticas anti-racistas

Eu acho que a idéia não é essa, eu acho que se tem que dar uma estrutura igual para todo mundo, para que todo mundo tenha a mesma capacidade de entrar no mesmo vestibular. Você não pode diferenciar as pessoas porque... igual eu te falei: porque ela é negra, porque ela é bonitinha, porque ela é oriental. Não. Você tem que botar as pessoas no mesmo nível de concorrência para poder disputar a mesma vaga... no mesmo nível de capacidade... que eles tenham tido a mesma formação no colégio, para eles estarem concorrendo pela mesma vaga e tal, e não diferenciar os alunos por classe social, por não sei o quê... é, porque isso é muito ideológico. [Sobre a possibilidade desse equilíbrio se tornar realidade] A esperança é a última que morre... a esperança é a última que morre, não é? Então, nunca vai ser rápido, eu acho que isso aí, se acontecer, vai ser

uma coisa muito demorada... não é uma coisa que vai se resolver de uma hora para outra. Mas é igual eles falam: Que pobre não pode deixar de ter esperança... que é a última que morre. Então... a gente não perde a esperança de um dia ficar tudo melhor, mas aí eu acho difícil... Eu acho importante todo mundo lutar por direitos iguais, mas é que também eu acho que, às vezes, tem grupos que começam a lutar por um dos objetivos, e eles mesmos estão se definindo racistas. Porque aí eles não estão lutando por igualdade. Às vezes, eles estão querendo direitos, por exemplo, igual esse de reservar vaga em universidade para a classe social, para raça... e isso eu não concordo. Eu acho que o problema não está aí. [Seria injusto com quem se preparou?] Não, não, eu não acho que é injusto com esse pessoal, eu acho que é injusto o pessoal não ter condição de estudar igual a esse outro pessoal... Eu acho que tem que reservar um lugar para eles num ensino de qualidade, para que eles possam estar concorrendo num mesmo nível que o pessoal que teve uma formação diferente da deles. Então, com isso eu não concordo, eu acho que os grupos têm que se reunir, se mobilizar e fazer as coisas para estarem lutando por direitos iguais, mas não que seja diferenciado o tratamento” (Roque, da Faculdade de Medicina).

Em falas como a de Roque, da Faculdade de Medicina (FAMED), a posição contrária à reserva de vagas para negros foi justificada recorrendo ao argumento contundente de que os grupos que estão defendendo tal proposta seriam eles mesmos racistas. Levando em conta que, por um lado, socialmente há uma ampla reprovação do racismo, e que, por outro lado, a reserva de vagas é uma proposta que resulta justamente das denúncias de racismo contra os negros e do debate sobre como combatê-lo, a afirmação de que os grupos que se colocam a favor de tal medida seriam racistas é uma acusação duplamente grave e de forte impacto no discurso. No contexto em que tal acusação foi feita se destacou que havia uma defesa enfática da igualdade de oportunidades que consistia em assegurar que todos os indivíduos – “todo mundo” – pudessem competir tendo acesso às mesmas condições. Nessa perspectiva, o tratamento diferencial das políticas focalizadas que consideram a raça, ou mesmo a classe social, foi rejeitado como uma proposta ilegítima para

aqueles que estão “lutando por igualdade”. Ao afirmar que seria injusto para com os próprios negros, e pobres, que eles não tivessem acesso à mesma formação educacional, que permitisse a competição nas mesmas condições, se explicitou que estas propostas de caráter universalista eram consideradas antagônicas e irreconciliáveis com propostas de caráter particularista, visando à igualdade de resultados, como a reserva de vagas.

É digno de nota que termos mais neutros e genéricos, como “todo mundo” e “pessoal”, foram usados, enquanto que não se fazia referência a “brancos”, “negros”, ou mesmo “pobres”. Além disso, o uso da expressão “reservar um lugar para eles num ensino de qualidade”, assim como no trecho citado anteriormente “as vagas de uma universidade pública deveriam ser reservadas aos que têm maior potencial...”, chamam a atenção para a estratégia retórica que consiste em usar as palavras chave da proposta que está sendo contestada com um sentido inverso. O resultado é que se torna mais difícil estabelecer uma relação direta entre a reivindicação por reserva de vagas e um determinado movimento, ou posicionamento político, o que dilui a força mobilizatória desta reivindicação no discurso.

O debate cotas na universidade, profundamente ele não é feito, de fato. Você tem o (Nome da organização anti-racista) que faz e, na minha opinião também muito superficialmente. Agora, a princípio, eu sou contra, mas também o meu acesso a informação, argumentações outras é muito limitado. Eu acho que se vai estar “privilegiando” não sei se é a palavra ideal. Agora, você vai estar discriminando mesmo, essa idéia, ela já é racista na essência, você já está dando um tratamento diferencial devido à cor da pele da pessoa, à raça da pessoa. Eu sou contra isso, eu acho que a questão, ela é muito anterior. Tem toda a desigualdade social e econômica no país e não adianta encher... ter um tratamento racista, porque na minha opinião isso vai trazer a discriminação para dentro da universidade. Não que isso seja ruim porque geraria um debate, coisa que não existe pelos negros terem pouco espaço. O debate é mal feito na universidade, a questão racial ela é pouco discutida. [Sobre o investimento duplo do governo – em melhoria da qualidade

do ensino fundamental e médio, e, em paralelo, desenvolvimento de programas específicos para jovens negros] O problema não é só o negro. É também o negro. Então, a questão é mesmo a distribuição de renda, a política tem que ser nessa direção e é ilusão achar que é só o negro, não é... mas tem grande parcela da população não-negra também, que está nesse bolo aí, de excluídos de educação, de saúde, de cultura. Eu acho que o governo devia estar preocupado com melhor distribuir a renda no país. Eu acho que o empenho devia ser aí e não com as questões específicas desses excluídos” (Augusto, da Escola Politécnica).

No trecho da entrevista acima, Augusto, da Escola Politécnica (POLI), repetiu a concepção segundo a qual o tratamento diferencial segundo critérios de cor, ou raça, seria evidência de discriminação, sendo “racista na essência”. Insistindo que a distribuição de renda deveria ser a principal preocupação do governo, em lugar de reservar vagas para negros, medida que foi associada à concessão de privilégios. Em resposta à pergunta sobre a possibilidade de o governo fazer investimentos tanto em políticas universalistas, quanto em políticas focalizadas para os negros, o estudante discordou argumentando que existia uma parcela da “população não-negra” que também não teria acesso à educação, saúde e cultura. Novamente, o termo “branca” não foi usado, sendo preferido o termo “não-negra”. Mesmo admitindo que seria necessário mais debate sobre a questão das cotas e do racismo, o estudante expressou o temor de que a reserva de vagas fosse “trazer a discriminação para dentro da universidade”.

Olha, a respeito de qualquer cota, eu sou contrário... Eu acho que a solução mesmo, definitiva para isso, estaria no ensino médio, fundamentalmente, a qualidade do ensino médio público, uma equiparação à rede privada, que se possibilitasse o acesso, ou então, uma forma diferente de acesso à universidade, que eu não consigo imaginar outra... Lógico, eu acho que a universidade se beneficiaria muito de uma diversidade representativa mesmo do país. Eu acho que quanto mais a gente tivesse representatividade racial aqui dentro da universidade, isso também é democracia do acesso, mas que tem

formas e formas de se fazer isso. Uma das formas é você colocar todo cidadão em condição equivalente de acesso e outra é você impor e, a partir disso, vamos criar os decretos, uma... equidade, de repente, falsa. Às vezes, me preocupa a organização de grupos sociais assim... em busca de cotas para tudo. É, quer dizer, os negros conseguiram as cotas deles, então: Vamos lá, nós, orientais, vamos atrás... Vamos nós, vamos atrás da nossa cota. Quer dizer, o processo que traz as cotas parece que é a organização social mesmo, quer dizer, é a pressão dos negros em cima do Estado e isso me traz que outros movimentos sociais venham a pressionar e a reivindicar igualdade de direitos, seja a justificativa de cada grupo social equivalente, ou não, à justificativa negra... Esse grupo vai circular dentro da universidade ou vai se fechar enquanto grupo? Porque para conseguir o direito, eles se organizaram em grupo. Aqui dentro eles vão se fechar num grupo? Vai ser um grupo que vai se comunicar com o restante da universidade? Não vai haver mais grupo e fazer a universidade? Você que teve o direito de entrar aqui sem o mesmo esforço que eu tive para concorrer com os brancos, por exemplo, será que isso não gera, não pode aumentar a segregação e evidenciar o preconceito racial? Ou pelo outro lado não. Quer dizer, se a gente vive numa universidade que, predominantemente, é branca, de repente é o contato com... uma proporção negra equivalente ao que a gente vê lá fora que... venha derrubar esse preconceito, não é? Que abre espaço para o negro mostrar a sua igual capacidade de se manter aqui dentro, de crescer aqui dentro, ou profissionalmente lá fora depois... [A solução para o problema do racismo] Eu acho que só a distribuição de renda e, a partir, daí a educação mesmo, como um instrumento para igualar essa situação (Roque, da Faculdade de Medicina).

No trecho acima Roque, da Faculdade de Medicina (FAMED), abordou com mais detalhes a questão do impacto que a reserva de vagas para negros teria sobre as relações dentro da universidade. A pergunta que se colocou é se as ações de grupos organizados que se mobilizaram e exerceram pressão fora da universidade a favor da proposta teriam continuidade dentro da instituição depois que, hipoteticamente, a medida fosse adotada. Isso deslocou a discussão para o tema crucial da politização

– ou racialização – das relações no cotidiano das instituições de ensino superior públicas. Certamente, as respostas a tal questão são variadas, não existindo consenso sobre qual seria o formato ideal em um cenário posterior à adoção de programas de ação afirmativa. Na perspectiva de algumas lideranças de organizações anti-racistas, certamente, há expectativa de que a criação de reserva de vagas para negros seja uma ferramenta a mais a ser usada a serviço da formação de militantes e, portanto, do fortalecimento das organizações. Existem iniciativas de articulação da juventude negra que focalizam as universidades, entendidas como espaços cada vez mais privilegiados para a formação política de lideranças negras. Por outro lado, existem posições reticentes e até mesmo contrárias a essa politização, como a que foi expressa na entrevista acima, e que ecoa uma preocupação que tem sido divulgada de maneira mais contundente nos argumentos que reprovam a criação de reserva de vagas para negros por associá-la ao fortalecimento da crença na existência de raças e à criação de divisões perigosas na sociedade brasileira (FRY et al., 2007; FRY, 2005; FRY; MAGGIE, 2004).

Esse trecho revelou ainda a preocupação de que houvesse reações por parte dos brancos, diante do fato de que outros tiveram “o direito de entrar aqui sem o mesmo esforço”, o que poderia “aumentar a segregação e evidenciar o preconceito racial”. Mas, ao mesmo tempo, se reconheceu que o resultado poderia ser o oposto, já que a medida iria promover a diversidade dentro de uma universidade que é predominantemente branca. Diante de tal complexidade, a solução apresentada obrigou o argumento a retornar à defesa da distribuição de renda e das políticas educacionais de caráter universalista.¹²

É importante destacar que na linha de argumentação que rejeita a igualdade de resultados em favor de uma concepção bastante conservadora até mesmo da igualdade de oportunidades, está presente

¹² Esse tema suscita a discussão sobre quais seriam as fronteiras entre o “dentro” e o “fora” de instituições como as universidades, convidando ao maior aprofundamento da reflexão sobre o conceito de racismo institucional (MURJI, 2007).

de maneira implícita a defesa da desigualdade constituída em bases individuais. Ou seja, as políticas universalistas devem oferecer condições de igualdade para todos, independentemente de características como cor, gênero e, até mesmo, classe, e se, a partir daí, o acesso dos indivíduos às oportunidades não for igualitário, isso se considera justificável, pois resultaria das diferenças em termos de mérito e competência - a “capacidade de cada um”. Nesse ponto, evidencia-se que, embora as explanações estruturalistas para a desigualdade racial sejam ressaltadas, os princípios e a lógica individualista não deixam de se insinuarem nas entrelinhas dos discursos.

A expressão “racismo às avessas” foi usada, com freqüência, para expressar a reprovação diante de qualquer iniciativa dos negros no sentido de reivindicar direitos ou a reversão de desvantagens, o que foi visto como desejo de ter privilégios. Nessa linha de argumentação, o racismo voltou a ser considerado – apenas – como sinônimo de segregação, e, com base nessa definição, qualquer política visando a beneficiar exclusivamente os negros foi considerada discriminatória ou segregacionista.

Nessa perspectiva anti-racista, universalista, o tratamento diferencial é considerado discriminatório, o que chama a atenção para o fato de que o racismo é uma categoria fortemente contestada e que no discurso público o termo é usado em tom acusatório e como arma nas disputas políticas. Isso é evidente nas declarações que afirmam que as políticas de ação afirmativa e, em especial, a criação de reserva de vagas para negros, constitui racismo, como as que foram feitas por uma entrevistada no documentário *Brazil in Black and White* (2007), que relata as experiências de jovens que participaram do processo seletivo da Universidade de Brasília.

É digno de nota que, apesar de reiterarem a preferência por políticas educacionais que investissem no ensino público nos níveis fundamental e médio e por políticas econômicas que promovessem a distribuição de renda, em nenhuma das falas houve detalhamento sobre como e quando seria possível concretizar tais objetivos. Como afirma Chauí (1999), nestes argumentos não se discute como a qualidade do ensino público seria elevada e a renda seria distribuída sem que fosse necessário recorrer

a medidas artificiais que promovessem a redistribuição das oportunidades de poder. Quando confrontados com o fato de que, na prática, seria improvável ou demandaria muito tempo para que se conseguisse resolver os problemas do ensino público para, a partir daí, começar a observar mudanças no quadro de exclusão dos negros, e pobres, do ensino superior, as respostas vieram na forma da ironia: “pobre não pode deixar de ter esperança... que é a última que morre”.

Reserva de vagas para negros como meio de combate à pobreza

Já que a maioria dos pobres são negros, a pobreza vai estar comprometida, num bom sentido, se tiver mais negros nesse meio que pode mover as coisas (Kátia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Foi desse modo que Kátia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), justificou o seu apoio à proposta de reserva de vagas para negros, argumentando que a medida seria oportuna porque beneficiaria a população de menor poder aquisitivo, e que hoje tem dificuldades para ingressar, principalmente, nas universidades públicas. Ou seja, o apoio se justificaria pelo caráter “social” da proposta, e não, exatamente, pelo seu caráter racial, invertendo o raciocínio da maioria que se posicionou de modo contrário à reserva de vagas para negros justamente por preferir a implementação de políticas universalistas de combate à pobreza que, indiretamente, acabariam por beneficiar os negros. Em outra entrevista, Pedro, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), sugeriu que, para evitar o problema da acentuação do racismo no mercado de trabalho, que seria decorrente da criação de reserva de vagas para negros, os estudantes oriundos de escolas públicas fossem os beneficiários.

É interessante destacar que, apesar de terem sido mencionadas em apenas duas entrevistas, propostas desse tipo se aproximam do formato dos programas de ação afirmativa que têm sido criados em dezenas de

universidades públicas em diferentes regiões do Brasil, que, em sua grande maioria, beneficiam conjuntamente estudantes oriundos do sistema público de ensino fundamental e médio, e estudantes negros e indígenas (BARRETO, 2007).

Reserva de vagas para negros como reparações

Acho que a questão racial tem a questão histórica também, é um reconhecimento histórico nosso. Então, é complicado porque também gera reações, e as pessoas ficam com raiva porque o cara só está entrando porque é negro, mas não é capaz. Eu acho que gera toda uma série de coisas complicadas, assim, que são difíceis de mudar, mas é justo. O fato é que é justo. Eu vejo como uma coisa justa, só isso assim, sabe! Se vai despertar reações negativas, o que vai acontecer por causa disto, paciência, o mundo é assim. O mundo é cheio de conflitos e contradições. Então, vai ter que lidar com essas emoções aí (Luís, do IB).

Apenas Luís, do IB, defendeu uma posição favorável à criação de reserva de vagas para negros usando como justificativa o argumento de que essa seria uma forma de combater as desigualdades raciais e fruto do reconhecimento da dívida histórica que a sociedade brasileira tem com os negros (reparações). A existência de exceções como esta dentro da posição majoritária entre os brancos e japoneses, contrária às políticas de ação afirmativa para negros, chama a atenção para o fato que, mesmo sem ser maioria, existem estudantes – assim como professores universitários – brancos que defendem tais políticas, alguns com participação ativa na discussão sobre o tema.

As evidências analisadas nessa segunda parte mostram que os estudantes brancos e o estudante japonês demonstraram uma nítida percepção da existência de racismo Brasil, citando exemplos relacionados às próprias famílias e à sociedade em geral. Eles sustentaram através de vários argumentos a posição de defesa da igualdade entre brancos e negros, e não afirmaram diretamente que os negros eram inferiores,

ou responsáveis pela pobreza, ou pela falta de acesso às universidades, preferindo usar explicações estruturais (socioeconômicas). No entanto, eles rejeitaram amplamente as políticas de ação afirmativa no ensino superior, usando vários argumentos para justificar essa posição, com apenas duas exceções. Tal resultado evidencia que a racialização das instituições de ensino superior públicas foi fortemente contestada.

Capítulo III

Os significados do racismo e do anti-racismo para os negros e indígenas

Nessa parte veremos que nas falas dos estudantes negros e do estudante indígena sobre o racismo muitos dos temas mencionados no capítulo anterior reapareceram, do mesmo modo que surgiram outros, como a expectativa negativa, que somente foi citado nessas entrevistas. As situações relacionadas à discriminação, por exemplo, no mercado de trabalho, na escola e nos espaços de lazer foram descritas com maior detalhamento, assim como aquelas relacionadas à interiorização dos estigmas raciais em famílias negras e mestiças. Nas falas sobre o anti-racismo, o resultado foi diversificado, com várias referências às estratégias anti-racistas individuais e coletivas, e a existência de duas perspectivas distintas, uma universalista, similar àquela defendida pelos estudantes brancos e pelo estudante japonês que se posicionaram contra a ação afirmativa para os negros, e outra particularista que se aproxima da que é defendida pelas organizações do movimento negro que apóiam as políticas de ação afirmativa, inclusive, a reserva de vagas para negros nas instituições de ensino superior.

As experiências com o racismo

No cursinho era uma coisa muito engraçada, porque dos 600 estudantes que tinham na parte da manhã nós não chegávamos a dez. E lá a coisa era pesada. Lá rola uma discriminação mesmo. O cursinho que eu fiz foi o Etapa. Coisa assim, tipo: “Esse seu cabelo de bombрил”. Coisa que você ouve quando era criança, porque com a criança não tem essa. Ela não tem a noção, o pé no chão para

discernir o que é e o que não é... No colégio, principalmente, no ensino fundamental, tipo na oitava, foi bem forte. Eu era o único inclusive. Então, foi bem forte assim. Eu estudei no mesmo colégio da primeira série até a oitava. Então sentia bastante, bastante mesmo. Algumas vezes eu soube lidar com isso e algumas vezes não. Fui me queixar à minha mãe, essas coisas – quando eu era mais criança – porque as pessoas não gostam do meu cabelo, porque as pessoas não gostam da minha pele, porque as pessoas não gostam – sei lá – porque eu falo que a minha vó tem um santo na casa dela e as pessoas não gostam disso. Foi meio complicado no ensino fundamental, mas eu sempre tive também, a maior parte da minha orientação foi a minha mãe mesmo e esses meus dois primos. Sempre souberam me orientar em relação a isso. (Os comentários, a reação das pessoas, eram mais em função do cabelo?) Eu acho. Talvez o cabelo levasse à cor. E eu sempre me achei de cor mesmo. Assim por causa disso, por causa que desde criança como eu era – eu não sou tão escuro de pele mesmo –, mas como eu era, eu tinha um cabelo diferente, por exemplo, já era um estereótipo que as outras crianças precisavam pra me... pra fazer brincadeiras desse tipo assim: “Ah, neguinho”, “Buiú”, “Cabelo...”, sei lá, vários apelidinhos assim. Talvez por isso eu tenha me identificado mesmo e falava: Ah, o meu cabelo é assim mesmo, a minha cor é essa mesmo. E às vezes eu penso que eu realmente sou e eu sou o que eu penso (Orlando, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

A escola - colégio ou cursinho pré-vestibular - foi um dos espaços mais lembrados nas narrativas dos estudantes negros que tratam da estigmatização racial sofrida na infância, adolescência e juventude. Nesse trecho da sua entrevista, Orlando, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), descreveu as experiências que marcaram a sua trajetória escolar, destacando que o fato de os negros serem poucos, e, portanto, percebidos como diferentes da maioria dos estudantes, contribuiu para que estes fossem alvo de estigmatização por parte dos colegas.¹ Os estabelecimentos de ensino em que ele estudou eram privados, e nestes

¹ O estudante é de classe média e descreveu a família como sendo composta por imigrantes árabes e negros.

os estudantes negros eram minoria. Nesse caso, assim como em outros, as referências depreciativas à cor da pele, ou ao cabelo, aconteceram não apenas em situações de conflito, em que os termos descritivos da cor eram usados com agressividade (como xingamento), mas também nas ocasiões em que, aparentemente, os conflitos estavam ausentes. Em relatos como o de Orlando, a estigmatização racial ocorreu na forma de linguagem jocosa – as “brincadeiras”, as “piadas de preto” – incluindo o uso de apelidos e a ridicularização de certas características físicas. Chama a atenção que o estudante destacou que o alvo desses apelidos e da ridicularização não foi a cor da pele, que, segundo ele, não é tão escura, mas sim o cabelo, que é crespo, e associou estas experiências à auto definição como negro. A afirmação que “às vezes eu penso que eu realmente sou, e eu sou o que eu penso”, reforça a interpretação que, mesmo podendo não se considerar negro, já que a cor da pele é clara, a estigmatização sofrida o conduziu a tal escolha.

Porque eu comecei a assumir isso, eu acho que foi no segundo ou terceiro colegial. Não, não é nem assumir, é pensar como eu estava agindo errado, porque... Começa com aquelas brincadeiras e tudo, entendeu? Daí... que se fazia comigo, porque eu estudava num colégio que só tinha branco... Faziam brincadeira: ‘negão’, não sei o quê, e começavam. Inclusive tinha até professores... quando os professores ouviam... mas, era de brincadeira mesmo, sempre considerava brincadeira, mas isso não é sadio. E você vê pessoas que não tinham o que falar mesmo, assim... quando eu falava alguma resposta, alguma coisa: “Ah, você é bobo, não sei o quê...”, fica naquelas brincadeiras e quando ela não tinha mais saída partia para esse lado. Eu nunca gostei disso, já tive brigas e tudo por causa disso e até hoje não aceito, não assumo, não aceitaria que alguém fizesse uma brincadeira. Se é algum conhecido, eu falo: “Pára!” e [se for] algum desconhecido, é muito provável que eu vá brigar, brigar mesmo (Reinaldo, da Escola Politécnica).

As reações à estigmatização racial relatadas nas entrevistas incluíram desde a resposta verbal e a agressão física, como citado acima por Reinaldo,

um estudante da Escola Politécnica (POLI), também de classe média, até o diálogo com os pais e familiares, como no caso anterior de Orlando.

É... Minha irmã é branca, ela puxou mais a minha mãe. Eu sofri muito assim... Na escola, sabe? Por ser a pequena, tinham as brincadeiras: “Ah, sua preta!”. Foi uma coisa que eu fui aprendendo a lidar sozinha mesmo, não tinha ninguém assim para eu falar, a quem perguntar. Nem na minha casa eu chegava e falava. Eu fui aprendendo a lidar sozinha mesmo... [Eu era]... uma exceção ainda. A maioria era branca, com certeza a maioria era branca. Aí, os negros que têm sofrem muito com as brincadeiras e tal. Vai crescendo e vai superando e as pessoas também vão parando com isso, mas quando você é criança isso afeta muito (Renata, da POLI).

Para Renata, da POLI, tais experiências foram marcadas pela solidão, pois não compartilhava com ninguém, nem sequer na família, o que ocorria. Ao lembrar esses episódios, a estudante ressaltou o sofrimento e a revolta que sentiu, que foi agravada pelo fato de que não podia contar com o apoio da família, ou de representantes da própria escola, em um contexto em que não se falava sobre o assunto.²

Tais situações foram mais comuns nos relatos dos estudantes negros, de classe média, que freqüentaram estabelecimentos da rede privada de ensino, seja no ensino fundamental ou médio, onde a maioria esmagadora dos estudantes não era negra. Como exceções à regra, esses estudantes relataram que essas experiências foram reconhecidas, em alguns casos, como aquelas que marcaram o início da percepção da existência das distinções de cor e de si mesmos como negros.

É, sempre foi uma coisa meio que enrustida... Acho que a minha primeira questão, realmente, sobre raça, foi, mais ou menos, com quatorze, quinze anos, e quando eu mudei para Artur Alvim. Isso já faz uns dez anos... Eu tinha muitos amigos negros, só que em Artur Alvim, principalmente, a maioria dos meus amigos era de brancos.

² A estudante descreveu a família como sendo de classe média, e residindo em um condomínio fechado muito conhecido na cidade de São Paulo.

Onde eu estudava a maioria era de brancos... No colegial mesmo, e colegial, mesmo sendo em escola pública, geralmente tem quantidade mais de negros do que de brancos... É, na anterior, a maioria era da raça negra. Nesta agora, não, a minoria era negros. E tinha eu e mais um menino. Numa turma de amigos só tinha eu e mais um outro colega que éramos negros. Aí, mais ou menos, nessa idade – dez anos – eu lembro que tinha muita piadinha... Tinha um colega meu, que era negro, e ele contava piada sobre negro. Aí ele falava: “Não, eu sei que eu sou negro, mas a piada é engraçada.” E ele não deixava de contar porque a piada era engraçada e eu sempre me senti incomodado com aquilo (Jorge, da Escola de Comunicação e Artes).

No entanto, até mesmo estudantes oriundos de famílias de baixa renda, que frequentaram estabelecimentos públicos de ensino, apontaram o uso de linguagem jocosa – as “piadas de preto” – como uma prática comum nas escolas. Tal fato se evidenciou, por exemplo, no relato acima de Jorge, da Escola de Comunicação e Artes (ECA), que se referiu ao desconforto que sentia diante do fato de que um colega negro contava piadas que considerava engraçadas, mesmo sendo negro.³ Isso é muito revelador de que a estigmatização racial é algo que continua fazendo parte do cotidiano da população brasileira em geral, inclusive entre as crianças e adolescentes, embora nem sempre assuma a forma de violência declarada, ou esteja associada a situações de conflito aberto que constituem apenas uma parte das microrrelações de poder que se estabelecem em todos os espaços da sociedade.

Em outra entrevista, uma estudante afirmou que a sua primeira experiência com a discriminação racial ocorrera quando a professora da irmã que estava na segunda série disse que ela “tinha de ser negra” ou tinha feito “serviço de negro” porque não fizera uma lição ou errara um exercício. Esse fato, segundo ela, marcou o início da percepção da existência de distinção de cor entre as pessoas. É interessante que a estudante destacou que a sua família é “misturada” e há pessoas com

³ O estudante descreveu a família como sendo de baixa renda. Ele tem ativa participação no movimento Hip-Hop.

tonalidades de cor da pele diferentes: o pai é negro e a mãe é branca. Novamente, nessa fala se evidencia que, para os estudantes, as diferenças de tonalidade da cor da pele estão associadas a formas de tratamento diferenciadas, e que faz sentido pensar que na mesma família alguns filhos são negros(as) e outros, não.

Expectativas Negativas

Na verdade, a discriminação, era uma espécie de isolamento que sempre foi sanado com essa questão de desempenho na escola. A partir de um melhor desempenho na escola você já conseguia se integrar e aconteceu o mesmo no cursinho, que foi em [outra cidade] também. Você só consegue se inserir no grupo através do desempenho escolar. (Havia outros colegas negros, ou não?). Não, onde eu estudava era só eu... Eu acho que no primeiro, segundo e terceiro era eu e mais uma. Isso que é a questão interessante, porque sempre quando chegava... Sempre esse negócio do desempenho supre a questão do... Só que você tem que ser sempre bom. Então, sempre tinha que ser o meio que... Tirar sempre bem mais pra você conseguir se integrar no espaço legal. Aí quando você tirava... tinha um desempenho bom tipo diminuía esse conflito assim. É interessante também que poucas vezes transcendia o espaço escolar. Essa questão de amizade e tudo, tipo foi sempre mais no bairro. Sempre mais lá onde eu moro e menos na escola. Era mais uma questão de... E sempre quando era na escola era com pessoas também da periferia. Não do mesmo lugar onde eu morava, mas de outro lugar da periferia. [Sobre os estudantes orientais] Ele sempre pressupõe que você não é igual assim a ele, você não tem a mesma... Eles se acham melhor realmente. E a questão é que a escola era preparada pra eles assim, os professores viam neles, tipo, a questão da... O resultado positivo estava neles. Eles tinham mais crédito. No cursinho foi bastante interessante porque tinha essa coisa do simulado, então o simulado tinha que ter o ranqueamento. Então, nossa, era a maior, não foi tão triste assim porque quando eu mudei, quando eu fui pro cursinho – fomos eu e mais dois ou três colegas do colégio - então a gente conversava e tal, tinha o círculo da gente, mas era bem... As pessoas nem percebiam você assim. Aí no simulado o pessoal: “Então, e aquela questão ali, como que é?” e tal, mas era

sempre pautado pelo desempenho escolar e nunca ultrapassa essa coisa da escola, do espaço, nunca ultrapassa (Carlos, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

No relato acima, Carlos, da FFLCH, mencionou uma forma de estigmatização através do isolamento dos estudantes negros e da indiferença com que eram tratados por colegas e professores, numa escola pública em que a maioria dos colegas era formada de descendentes de japoneses.⁴ Segundo o estudante, este isolamento e a indiferença somente eram quebrados pela demonstração de um rendimento excelente, o que, a seu ver, evidenciou que havia uma expectativa muito baixa em relação aos estudantes negros. Essa experiência levou o estudante à conclusão que havia uma pressuposição de superioridade por parte dos estudantes orientais, que seria reforçada pela escola, que estaria “preparada pra eles”. Segundo o estudante, “Eles tinham mais crédito”. É interessante notar que, no caso específico de Carlos, foi justamente o fato de frustrar as expectativas negativas, conseguindo obter boas notas, no ensino médio e no cursinho pré-vestibular, que fez com que tais expectativas fossem percebidas. Ele demonstrou na sua fala que percebeu com nitidez a mudança no tratamento que recebia, por parte dos professores e colegas, a partir do momento em que o seu bom desempenho como estudante era notado. Em outras palavras, foi através das manifestações de surpresa que, por sua vez, eram acompanhadas de mudanças de tratamento por parte de professores e colegas, que ele “descobriu” que se esperava dele um desempenho ruim como estudante. Mesmo assim, chama a atenção que, segundo o estudante, o bom rendimento não foi suficiente para criar canais de sociabilidade que extrapolassem o espaço do colégio e/ou curso pré-vestibular, permitindo uma maior aproximação com os estudantes orientais.⁵

⁴ O estudante descreveu a família como sendo totalmente negra, numerosa, e residindo na periferia de São Paulo.

⁵ No estudo realizado em São Paulo, na década de 1950, Bastide e Fernandes (1959) já haviam chamado a atenção para o fato de que as relações cordiais mantidas com os negros não extrapolavam espaços de relações mais formais, como o ambiente de trabalho, sendo mais difícil estabelecer relações pessoais e de amizade fora desses espaços.

Eu sou do [outro Estado]. Eu trabalhava como empregada doméstica desde muito jovencinha – com onze anos de idade – e prestei vestibular a primeira vez ainda no [outro Estado], numa faculdade paga e não passei. Aí, nessa mesma ocasião que eu estava trabalhando numa casa e eles vieram para São Paulo – essa família – e eles me convidaram para vir para São Paulo trabalhar com eles. Eu já tinha concluído o segundo grau, então eu vim. Prestei vestibular no mesmo ano que eu cheguei, não passei. Aí, fiz um cursinho, eu consegui passar. Então, assim, eu sempre tive um projeto de entrar na universidade, porque realmente eu achava que uma forma do negro se inserir – eu tinha consciência que era negra, que era discriminada por conta disso, teria dificuldades por conta disso – e que o acesso a uma vida melhor seria pelo ensino, pelo ensino superior ou ter um grau de escolaridade mais elevado, me daria mais possibilidades para eu conseguir o que eu... Uma inserção na sociedade... Acho que um pouco disso... Meu pai é analfabeto, minha mãe concluiu o primeiro grau completo, não tinha, minha mãe não sabia, não sabe nem até hoje, ela não entende que eu estou fazendo faculdade. Para meu pai, eu tinha que estar trabalhando. Toda vez que eu vou lá, ele acha que eu tinha que ficar lá e não tenho que estar aqui. Enfim, nunca tive nenhum incentivo da família, nem até para estudar o segundo grau, porque eles achavam que eu tinha que estar trabalhando, que eu estava perdendo muito tempo estudando e tal, mesmo trabalhando e estudando. Então, eu acho que a família, ela serviu como, esse estímulo foi no sentido de que eu não queria ser o que eles eram, eu queria ser... Eu não queria fazer parte daquele mundo. Eu queria ter um outro mundo para mim e eu achava que para eu conseguir isso, o caminho seria uma escolaridade (Lúcia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

O relato de Lúcia, da FFLCH, permite refletir sobre a relação dos pais com os projetos de ascensão social dos filhos através do acesso à educação superior.⁶ Nesse caso, a estudante destacou que não encontrou estímulo, ou incentivo, na família para a continuidade dos estudos, mas, pelo contrário, buscou se distanciar daquilo que para ela representava

⁶ A estudante descreveu a família como sendo de fora do Estado de São Paulo e de baixa renda.

o modelo familiar, isto é, a falta de escolaridade e a reprodução de uma posição social pouco valorizada socialmente. Em outras palavras, foi à revelia da família que a estudante buscou deixar para trás o passado de empregada doméstica, criando a possibilidade de construir outros projetos profissionais, e um passo decisivo nessa direção foi o ingresso na universidade. Vale salientar, ainda, que a estudante estabeleceu uma correlação entre a discriminação que ela própria, como negra, sofria e a superação das dificuldades que isso traz através do “projeto de entrar na universidade”, o que revela uma sensibilidade para a questão que antecedeu, portanto, o início da sua trajetória acadêmica.

A universidade foi também citada nas referências sobre a expectativa negativa dos professores em relação aos estudantes negros, o que estaria associado à maior dificuldade para o recebimento de Bolsas e outras oportunidades acadêmicas. O ambiente da universidade foi descrito como pouco acolhedor, no qual se criava a sensação de estranhamento e, até mesmo, de inferioridade, reforçada pela avaliação negativa que percebiam no “olhar” das outras pessoas. Como exemplo, foi dito que era comum que os alunos negros fossem alvo de confusões, ora tidos como estudantes africanos que freqüentavam a universidade através de um convênio internacional, ora como funcionários.⁷

Em geral, nas narrativas sobre as experiências vivenciadas nos espaços educacionais associadas ao racismo, o que emergiu com mais força foi a dimensão das relações interpessoais, vindo, em seguida, a expectativa negativa por parte de colegas e professores e a falta de incentivo dos pais. Não foram feitas referências ao livro didático, currículo e muito menos às desigualdades raciais, que são temas, freqüentemente, abordados na literatura sobre racismo e educação.

Mercado de Trabalho

Entre os estudantes negros entrevistados, foram diversos os relatos sobre o racismo relacionados ao mundo do trabalho. Sendo alguns

⁷ Carvalho (2002) encontrou resultados semelhantes numa pesquisa realizada na Universidade de Brasília.

deles de famílias pobres e da classe trabalhadora, já tinham experiências anteriores de trabalho, e enfrentaram situações de desemprego dos pais na década de 1990, tanto no setor privado – indústria de transformação – quanto no público – prestação de serviços.⁸ Estas experiências começaram bem mais cedo para esses estudantes, às vezes ainda na adolescência, quase sempre por necessidade de ajudar a família, prover o próprio sustento e criar condições para realizar o sonho de ingressar em uma faculdade pública. O fato de entrar no mercado de trabalho antes do acesso à universidade, associado à maior dificuldade de obter aprovação no vestibular, explica porque entre os estudantes negros a faixa etária era mais elevada, fato constatado em outros estudos sobre a composição da população que frequenta o ensino superior no Brasil (QUEIROZ, 2002; 2001; SAMPAIO; LIMONGI; TORRES, 2000).

Algumas das situações descritas nas entrevistas tratavam do acesso ao mercado de trabalho, enquanto outras envolviam as relações de trabalho. Referentemente ao acesso, todos os relatos descreveram circunstâncias vivenciadas por mulheres negras. Em dois deles, as estudantes afirmaram não terem sido selecionadas para funções que não exigiam nível universitário por causa da cor. Um estudante negro narrou um episódio acontecido com sua irmã, já formada em Nutrição, pela USP, em que ela alegava ter sido preterida em favor de concorrentes brancos e orientais - não ficando explícito se seriam outras mulheres, embora seja possível supor que sim, pois esta é uma área em que a presença feminina é majoritária.

Outros depoimentos descreveram situações vivenciadas no cotidiano de trabalho por estudantes negros, homens e mulheres, que não envolveram ofensas ou insultos raciais dirigidos diretamente à pessoa, ou impedimentos para a ascensão profissional, mas comentários que

⁸ É sabido que os anos de 1990 foram marcados, no Brasil em geral e, particularmente, na Região Metropolitana de São Paulo, pelo crescimento significativo dos índices de desemprego. Segundo um estudo realizado conforme a metodologia DIEESE/SEADE, em 1998, em São Paulo, foi alcançada a média historicamente recorde de 18,3% (GUIMARÃES, 1999). Em março de 2008, a taxa de desemprego havia regredido para 14,3% (DIEESE, 2008).

expressaram com maior ou menor nitidez as atribuições negativas e concepções estigmatizadoras em relação aos negros.

Eu falava: Imagina, isso nunca acontece. As pessoas não são assim. Minhas amigas não são assim. Aí, quando eu vim pra cá, o pai da minha amiga falou assim pra mim (sabiam que eu precisaria trabalhar para me manter aqui, mesmo com a Bolsa não estava dando): “Olha, fulano de tal tem uma casa em tal lugar assim, assim. Eu posso tentar falar com ele pra você ir trabalhar lá”. Então, eu pensei: “Mas, pô, já chega! Eu já trabalhei tanto tempo como doméstica, não preciso mais. Já passei na USP. Será que não é o suficiente para eu conseguir pelo menos outra coisa?”. E respondi a ele: Ah, não precisa, eu vou conseguir outra coisa. Aí voltou esse ano o mesmo assunto e esse mesmo pai, dessa mesma amiga, numa discussão na família virou e falou assim – a família de agricultores, não é bem agricultores, eles têm sítio, não têm escolaridade, mas têm renda; no interior tem muito isso, as pessoas são assim analfabetas, mas têm renda e tal e aí acham que por isso podem, que são melhores que os outros – e aí ele veio e falou logo assim, mas ele tem um pouquinho mais de escolaridade e ele estava na família, falou assim: “Ah, a Júlia, ela era uma coitadinha, e olha onde ela está hoje, o que ela está fazendo hoje”. Na época eu não achava que eles pensavam isso de mim, que eu era “coitadinha” por ser doméstica, entendeu? Eu não me sentia bem mesmo na situação. Eu odiava meu trabalho, eu queria sair o mais rápido possível, mas assim – da maneira que eles me tratavam – eu nunca percebi isso. Aí eu fiquei, até que ponto eu não percebia e eles agiam da mesma forma, ou se eu não queria ver mesmo. Aí aconteceu uma outra coisa, porque eu trabalhava como doméstica e trabalhava na imobiliária, recepcionista de imobiliária – ganhava menos do que trabalhando como doméstica, mas para a sociedade era uma situação muito melhor. Um cliente, não era bem cliente, mas amigo dos donos e sempre estava lá, fiquei sabendo depois que ele falou assim: “Ah, onde já se viu?” – falou pra minha chefe – “Onde já se viu colocar uma menina como ela aqui!” Aí falaram assim para mim: “Mas você pode interpretar de duas maneiras esse “como ela”: por você ser negra, mas pode ser também, sabe, da classe que você veio”. Eu falei: Mas, pô, o que eu precisava, eu já tinha escolaridade, o segundo grau completo. O que mais eles vão

querer de uma pessoa para trabalhar para atender telefone, falar alô e preencher recibo de aluguel? Então, quer dizer, ficou muito claro que era o fato de eu ser negra que estava levando ele a falar isso: “uma pessoa como eu”. Eu só fiquei sabendo disso muito depois, eu não consegui conversar sobre isso com minha ex-chefe, mas nesses dois momentos ficou muito claro como as pessoas me viam e eu não percebia que elas me viam desse jeito. Aí eu vim pra cá, eu fiquei um pouquinho mais espertinha. Eu era muito desligadinha, porque eu não acreditava que as pessoas pudessem falar isso das outras, pensar isso das outras. Eu falei: Pô, eu andava com a filha dele, a gente estudou junto, fazia trabalho igual, eu passei na USP, e ela não, o que mais ele quer?! Provar para ele que eu tenho capacidade? Que o fato de eu ser negra, o fato de eu ser doméstica, ter sido doméstica, o fato de minha mãe ainda ser doméstica não significa muita coisa? (Julia, da Faculdade de Educação).

Julia, da Faculdade de Educação (FE), abordou um contexto específico de trabalho – o serviço doméstico –, que absorve no Brasil, majoritariamente, mulheres negras. Com base nas informações do Mapa da população negra no mercado de trabalho (1999) sobre a distribuição dos ocupados por posição na ocupação, segundo raça e sexo na Região Metropolitana de São Paulo, em 1998, a proporção de mulheres negras empregadas domésticas era de 31,6%, enquanto que entre as mulheres brancas essa proporção era de 13,5%.

A estudante enfatizou que somente quando foi aprovada no vestibular – enquanto a filha do patrão não conseguiu o mesmo feito –, alcançando uma posição muito valorizada socialmente, é que ouviu comentários reveladores, para ela, do quanto a sua posição anterior era considerada de menor valor. Segundo a sua interpretação, isso se evidenciou no uso do termo “coitadinha”, isto é, alguém digno da comiseração que se reserva aos considerados “inferiores”. E mais do que isso: no momento em que o patrão – aparentemente, tentando se mostrar solidário e bem-intencionado – se ofereceu para conseguir uma vaga como empregada doméstica para alguém que havia acabado de ingressar na universidade de maior prestígio da América Latina, a estudante percebeu, por um lado,

a resistência em aceitar a sua nova posição e, por outro, a tentativa de humilhá-la ao lembrar que – apesar da grande vitória – ela não passava de uma empregada doméstica. O fato de também ter trabalhado como recepcionista, além de ser amiga pessoal da filha e da família, foi agravante para que nas situações descritas a estudante chegasse à conclusão de que, apesar do modo como havia sido tratada até então, atribuía-se a ela uma definição negativa que se devia não apenas à sua função, mas também ao fato de ser negra. Júlia demonstrou indignação diante do fato de que, apesar de sua comprovada capacidade intelectual, e mudança de status, continuava a receber um tratamento que parecia apenas se justificar pelo fato de ser negra, ter sido doméstica, e da mãe continuar a ser doméstica.

Agora, uma coisa, não sei se vai ser relevante eu falar isso, mas como eu vivi a maior parte do meu tempo em “casas de família” e menos na minha casa... A infância na minha casa, mas a adolescência na casa dos outros, trabalhando sempre. Então, havia mesmo esse discurso (sempre brancos, eu trabalhei em casas de famílias brancas), então, havia esse discurso quando eu falava que sou negra e eles faziam críticas: “Ah, o Pelé é feio, que negro feio”. Aquelas pessoas... parecia tudo com feio. E eu falava assim: Mas eu também sou negra! E eu chegava a falar e teve uma época que teve até uma coisa engraçada, que eu falei assim: Dona Maria... – que é a senhora que eu trabalhava, trabalhei muito tempo e vim para São Paulo – a senhora é racista e a senhora sabe que isso é crime? E aí era uma coisa assim, teve muito disso: Lúcia, você não é negra, você é uma mulatinha.... Lembro até que ela me chamava de crioula. Enfim, eram apelidos – digamos – suaves, não era negra, mas eu era crioula, mulatinha e eram jeitos de falar mais amenos, talvez... Não, nunca houve direto, nunca houve, sempre com terceiros mesmo, outras pessoas de televisão, pessoas que iam [em casa] e ela fazia críticas, pessoas nordestinas quando ela ficava internada. Ela ficou muito internada no hospital. Ela falava: “Aquelas mulheres com cabelo...”. Ela tinha uma crise com cabelo de negro, crespo. Ela tem uma coisa assim, comigo foi uma coisa horrorosa, o jeito do cabelo, de botar o cabelo, tinha que pentear o cabelo. Enfim, e ela achava – eu tinha um estranhamento de ver – que ela achava que as mulheres

que eram enfermeiras, principalmente, auxiliar de enfermeiras, eram nordestinas, então, ela tinha um choque com o jeito: “Aqueles cabelos feios”. Ela falava muito assim: “Todo bagunçado”. Quando eu vivia lá na favela com a minha mãe e tal, eu via que isso era muito mais aberto, isso era muito mais aberto. Na escola, era muito forte isso... Agora, por exemplo, quando eu trabalhava era um ambiente de classe média, então, eu percebia isso muito forte, por exemplo: um neto da Dona Lourdes se casou com uma menina negra. Então, isso era como se eu tivesse... eu percebia isso, como era a relação quando ela estava presente e quando ela estava ausente. Então, isso era muito forte, por quê? Era normal, ela era um membro da família como qualquer outro, mas quando ele saía: “Gente, porque que aquele menino tão bonito, inteligente, não sei o quê, foi casar com aquela mulher?”. Mas eram coisas assim, desse tipo, desse tipo, que ninguém acreditava: “Nossa, aquela negra!”. E eles falavam isso e como se eu não fosse negra – era engraçado – a menina era como eu e era como se eu não fosse negra. Então, assim, era muito engraçado isso que eu observava. Então, pra mim, eu não sei o que as pessoas falam por trás de mim, não sei, eu posso imaginar... mas, assim, essa relação junto com a pessoa, ela é diferente, eu sei que existe essa diferença, tanto é que... Como que ela lida na frente da pessoa e quando ela lida quando a pessoa não está presente. E era como se eu não tivesse cor. Eu nem sabia que cor que eu era para eles, como eles me viam... Eu sabia quem eu era, mas eu queria saber como eles me viam. Eles sabiam que “ela” não era branca, mas para eles também não era negra, a ponto de eles poderem falar comigo “daquela negra”, que tem um cabelo assim e eles descreviam os cabelos: “É um menino bonito e a menina com aquele cabelo crespo...” – como se meu cabelo fosse liso... Não era aceita. Não era aceita porque era negra. Isso para mim estava claro e em outras ocasiões era uma família extremamente racista. E, às vezes, eu fico pensando: Será que todas as famílias são assim? Será que era mais forte ali? A partir do momento que me tornei íntima é como se eu fosse perdendo a cor. Talvez se eu fosse uma pessoa de fora, eu seria “negra” para eles (mas), a partir do momento em que eu fui entrando, convivendo com eles, era como se eu... para eles realmente era como se fizesse parte da família. Eu não acho que isso era um discurso de dominação proposital e consciente, manipular... aquela coisa assim. Não! Eu achava que... é uma criação, é um

sentimento mesmo, que eles tinham, a ponto de – inconsciente – de me embranquecer. À medida que eu ficava mais íntima, quando eles falaram essas coisas para mim, assim... é como se fosse... mesmo eu protestando, às vezes, falando: Ah, mas, eu também sou, eu sou negra e tal – e aí, mas... é diferente... era diferente, tinha diferença (Lúcia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

O mesmo tema foi abordado por Lúcia, da FFLCH.⁹ No seu relato, ela contrastou e refletiu sobre os distintos modos como a estigmatização contra os negros se expressava entre os pobres, mais diretamente, e na classe média, de maneira velada e raramente na presença da pessoa. Essas constatações resultaram das suas experiências como moradora de uma “favela” que, ao mesmo tempo, residiu desde a adolescência nas casas das famílias onde trabalhava como empregada doméstica. Pelas próprias características desta atividade, cria-se uma relação de proximidade e até mesmo de intimidade entre a família dos patrões e a empregada doméstica, principalmente, quando esta dorme na casa onde trabalha, o que propicia o testemunho de situações que dificilmente seriam presenciadas em outros contextos de trabalho. Durante o seu primeiro ano de faculdade, Lúcia optou por freqüentar o turno noturno, e continuou trabalhando durante o dia na mesma casa da família onde residia e isso ocorreu não apenas por incerteza quanto ao seu futuro em termos profissionais, mas por não conseguir romper de imediato os vínculos afetivos e de gratidão que a mantinham ligada àquelas pessoas. No seu relato, a estudante descreveu com surpresa o “duplo padrão” de comportamento dos membros da família, que somente faziam comentários depreciativos a respeito de pessoas negras na ausência destas, mas nesse caso o faziam com freqüência, emitindo julgamentos extremamente negativos. O mais curioso é que assim como a intimidade permitiu que tais opiniões desabonadoras fossem manifestadas pela patroa na sua presença, a estudante também revelou que se permitiu contestar essas

⁹ A estudante descreveu a família como sendo de baixa renda e era empregada doméstica na época que ingressou na universidade.

opiniões, alegando explicitamente o seu caráter racista. É compreensível que tal contestação não tenha sido suficiente para inibir ou fazer cessar os comentários depreciativos, dada a posição subordinada da reclamante nas relações mantidas com a patroa e sua família. Esse relato exemplifica bem como é complexa a relação que envolve famílias brancas e pessoas negras que estão em posição subalterna – no caso, como empregadas domésticas – e que, para além das relações de trabalho, constituem laços afetivos e de amizade. No entanto, isso não impede que a depreciação, a desvalorização e a produção de imagens negativas, associadas tanto aos negros em geral, quanto a uma pessoa negra em particular, tenham lugar. Nesse caso, a inexistência da formalização de uma denúncia por crime de racismo, apesar da repetição dos fatos que a estudante diz ter presenciado, pode ser interpretada como um indicativo da descrença em relação à eficácia da legislação anti-racista em vigor e à competência das instituições jurídicas e policiais no sentido de proteger os direitos individuais da população em geral.

[Nessas suas experiências de trabalho houve discriminação?] Não, abertamente, não, nunca é abertamente. Teve uma vez que, aliás, é muito interessante também. Eu sempre desenhava pessoas brancas. No colégio em que eu estudava, tinha algumas pessoas negras e tal. E aí, eu vendo o desenho desse pessoal, comecei a ver que eles eram negros e tal, e desenhar pessoas negras. Aí, quando eu estava trabalhando nessa editora de livros infantis e didáticos, eu lembro que eu comecei a desenhar personagens negros e tal, porque tinha muito pouco. Aí, na primeira ilustração de um livro didático – você apresentava o livro e tal – eu coloquei um personagem negro apresentando a matéria. Aí, tudo bem. Aí, depois de um tempo o meu supervisor me chamou e falou: “Olha, Jorge quando você for fazer ilustração de livro, procura fazer nas ilustrações uma gente mais direitinha, mais bem arrumada, uma coisa mais pequenoburguês assim mesmo, sabe? Tenta fazer uma coisa no padrão de classe média...” É lógico que eu entendi logo de cara o que ele estava querendo dizer... Nesse mesmo emprego também, teve uma vez um episódio engraçado... Uma outra pessoa, uma outra colega de trabalho, ela trabalha até na Folha, ela é editora lá. Ela falava

que não existe racismo no Brasil. Uma vez ela falou que o Djavan, na época da ditadura militar, tinha sido preso. Aí ela falou: “Mas, o Djavan também, ele exagerou, né? Na época da ditadura militar você querer cantar vá lá, mas o Djavan daquele jeito, com aquele monte de cabelo, de rastafári andando por aí, é lógico que ele ia ser preso (Jorge, da Escola de Comunicação e Artes).

A partir das suas experiências de trabalho, Jorge, da ECA, reiterou que a discriminação racial não ocorria de maneira explícita e citou como exemplo o modo como o patrão solicitou que ele não desenhasse personagens negros, e sim brancos, sem dizer isso diretamente, mas solicitando que ele procurasse criar nas ilustrações “uma gente mais direitinha, mais bem arrumada, uma coisa mais pequeno-burguês assim mesmo”, “uma coisa no padrão de classe média”. Nesse caso, temos uma referência à exclusão da imagem dos negros de produtos voltados para a classe média, fato que tem sido discutido na literatura que trata da mídia, do mundo da imagem e das representações da classe média na publicidade e na TV como branca.¹⁰ A partir dos anos de 1990, o reconhecimento da existência de uma classe média negra expressiva no Brasil tem justificado o lançamento no mercado de produtos dirigidos, especificamente, para esse segmento da população¹¹.

Essas falas evidenciaram algo que já tem sido objeto de reflexão na literatura sobre o racismo no Brasil, ou seja, a existência de uma norma social que impede a manifestação direta e explícita das concepções negativas sobre os homens e mulheres negras que, apesar disso, não deixam de ser socialmente construídas e coletivamente compartilhadas (BASTIDE; FERNANDES, 1959). Outro aspecto também já referido na literatura é que o fato de estabelecerem relacionamentos próximos e,

¹⁰ Ver, a respeito, Silva e Rosemberg (2008), D’adesky (2001) e Araújo (2000).

¹¹ Com base nos resultados da pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, constatou-se que, em 1995, existiam 5,4 milhões de afro-brasileiros com renda familiar acima de vinte salários-mínimos. Essa informação foi utilizada pelo vice-presidente editorial da Editora Símbolo como base para definir a tiragem inicial da revista *Raça Brasil* (ARAÚJO, 2000).

até mesmo, íntimos com determinadas pessoas negras não impede que os brasileiros continuem expressando visões negativas sobre os negros em geral. Fernandes (1978) apontou evidências nessa direção no estudo realizado em São Paulo, nos anos de 1950, chamando a atenção para o fato de que entre os brancos a posição de classe provocava variações: os brancos de classe alta podiam se associar intimamente com os negros sem problemas porque isso não fazia com que eles perdessem *status*, enquanto na classe média havia mais resistência a essa associação, sendo maior o preconceito, porque tal proximidade podia ser ameaçadora para o *status* social desse grupo, não tão elevado e consolidado como o da classe alta.

Para Fernandes (1978), o que ele definia como disjunção entre o âmbito individual e o âmbito coletivo teria vários desdobramentos importantes:

- a independência entre preconceito e discriminação: dentro dessa lógica, uma pessoa branca podia ter preconceito racial contra os negros sem que os discriminassem, pelo menos, sistematicamente;
- ambigüidade das atitudes raciais dos brancos: isso tornava difícil a reação dos negros, porque eles tratavam bem e com intimidade uma pessoa negra e discriminavam outras, assim como tratavam bem uma pessoa negra em uma determinada situação (por exemplo, no local de trabalho), mas discriminavam a mesma pessoa em outra situação (no baile ou no clube); omitiam e negavam na maioria das vezes, mas podiam expressar diretamente para uma pessoa negra suas idéias preconceituosas, seja com naturalidade, seja numa situação de conflito;
- diminuição da tensão e do conflito racial: a oposição entre brancos e negros era menos visível, já que eram aceitas as relações de todos os tipos com alguns deles;
- dificuldade para a eliminação do preconceito e da discriminação: isso ocorria porque as experiências concretas vividas por cada pessoa branca não eram evidências suficientes para atingir os

estereótipos e alterar o tratamento diferencial reservado para os negros como um conjunto;

- acusação de racismo para quem denunciava o racismo.

As situações descritas também reforçam a idéia de que é justamente quando os negros ascendem socialmente, ou seja, quando saem do lugar subordinado e mais desvalorizado que a eles é atribuído socialmente, que se torna mais evidente para eles a existência das várias formas de estigmatização racial.

Consumo de bens e serviços

Meu pai é negro. Na verdade, a mãe dele era branca e o pai era negro. Minha mãe é branca e você vê, a gente não tem... Eu nem sou negra assim mesmo, mas a gente sofre preconceito. Já sofri para entrar em danceteria, por exemplo, e foi super-humilhante... Eu estava com uma prima, negra também, e nós chegamos e pegamos uma fila de quarenta minutos para entrar. Chegamos na porta e o segurança falou: “É, só que agora só camarote, que é 70 reais para entrar”. Aí a gente falou: “Como só camarote, nem entrou tanta gente assim?” Era supercedo. E ele: “Ah, só camarote, só camarote”. A gente: “Ah, então, a gente não vai pagar 70 reais para entrar”. Saímos e o resto do pessoal foi entrando normal, assim... Não era mais, de repente, não era mais! Aí eu fiquei revoltada, só que segurança de danceteria é aquela arrogância. Eu falei: “Eu não vou discutir com esse cara, só vai me deixar mais revoltada ainda e não é ele que está decidindo isso assim...” Aí o que eu fiz foi chegar em casa e mandar e-mail para todas as pessoas que eu conheço, mandei e-mail para o Guia SP, para um monte de gente, falando o que aconteceu. Eu acho que, de repente, saía alguma crítica no jornal, a esperança é que aconteça isso, né? Porque ficar discutindo na hora, eu acho que não resolve mesmo, discutir com uma pessoa que tem uma cabeça assim não resolve. Eu não imaginava, nunca pensei que eles pudessem selecionar quem está entrando no lugar por causa da cor. Eu fiquei muito decepcionada, eu saí daquele lugar para nunca mais passar nem em frente... Eu acho horrível. Eu acho que discutir na hora não adianta... Eu acho que não adianta, não vai resolver, você vai ficar mais nervosa, não adianta discutir com pessoas assim... Não

sei. A solução que eu usei foi essa de divulgar e mostrar que aquele lugar não é digno de ter pessoas que eu conheço, meus amigos. Eu não gostaria que fossem lá e eu tentei divulgar para os pais, para os negros, a informação e tal, para ver se eles também divulgavam alguma coisa (Renata, da Escola Politécnica).

Ao descrever uma situação em que houve impedimento do acesso a uma danceteria localizada em um bairro de classe média de São Paulo, a estudante Renata, da Escola Politécnica, destacou que a proibição do acesso pelo segurança lhe causou espanto maior porque havia freqüentado o local anteriormente, sem que tivesse ocorrido qualquer problema semelhante. O interessante é que ela própria considerou a possibilidade de que o fato de estar acompanhada por outra jovem negra, de pele mais escura, pudesse explicar porque naquela noite fora impedida de entrar na danceteria, deixando implícito que, anteriormente, ela estava apenas acompanhada de amigos(as) brancos(as). Chama a atenção ainda que, assim como já referido por outros autores (GUIMARÃES, 1998), tal impedimento não se deu por motivo de segurança ou uso de vestimenta inadequada. Apesar de afirmar não ter dúvida de que houve motivação racial no caso, a estudante não fez uma denúncia formal em delegacia especializada ou procurou as organizações anti-racistas que atuam nessa área, recorrendo a outra estratégia – informal – de denúncia através da internet e no círculo de amigos. Provavelmente, o fato de o segurança ter usado como estratégia a exigência do pagamento de um valor considerado absurdo e, por isso, recusado pela estudante, fez com que esta anteviesse as dificuldades que teria para provar na Justiça que houve motivação racial no caso. Aliados a isso, o constrangimento e a humilhação públicos que uma situação como essa cria para as pessoas alvo de tratamento discriminatório, em um local freqüentado por um público de maioria branca, ajudam a entender porque a denúncia formal não foi feita.

Interiorização e contestação dos estigmas raciais

O episódio descrito por Renata na citação acima permite tratar de outro tópico que emergiu nas falas sobre o racismo: a interiorização de

imagens negativas de si, e a recusa da auto-identificação como negro. Esse tema foi recorrente nas falas dos universitários entrevistados ao descreverem situações por eles consideradas como evidências de racismo. A questão emergiu, principalmente, nos discursos sobre as famílias formadas a partir de casamentos inter-raciais, quando foram lembradas situações dramáticas e, até mesmo, trágicas, que marcaram a trajetória dos pais e que, segundo a interpretação deles, explicavam a auto-rejeição e o fato de eles compartilharem visões tão negativas sobre os negros em geral.

Meu pai é uma pessoa supertraumatizada com isso. Eu acho que eu tenho a cabeça feita. Sinceramente, eu não me afeto muito com essas coisas. Eu estou bem, estou superbem comigo, mas meu pai não. É aquela luta de negro que não admite que é negro, sabe? Você chega e pergunta alguma coisa para ele, ele se sente ofendido, sendo que é uma pergunta normal. É um assunto muito delicado para ele. Eu não sei se ele já sofreu muito com isso na vida, [mas] eu tenho certeza que ele nunca vai contar para a gente, por causa desse orgulho dele... Não, não fala. Ele conheceu muito pouco o pai dele, o pai dele [o abandonou] com catorze anos. Então, isso é um trauma dele, também. É um assunto muito delicado para ele, ele tem um trauma, tanto que esse episódio da danceteria, eu nem contei para ele, senão ele ia ficar supertranstornado... É uma pessoa muito traumatizada. Eu acho que ele não se olha no espelho para [dizer] sabe?: “Eu sou negro...”. Ele tem a pele da cor da minha, só que os traços dele são um pouco mais de negro mesmo e é muito difícil para ele mesmo. Eu acho que, na cabeça dele, junta um monte de coisa: o fato do pai dele ter saído de casa, ele era muito novo. Meu pai sofreu muito já na vida dele, então, deu uma calejada e ele ficou assim agora... bem traumatizado (Renata, da Escola Politécnica).

No trecho acima, a descrição que Renata, da POLI, fez do pai como uma pessoa “supertraumatizada” e que vive os conflitos do “negro que não admite que é negro” foi contrastada com a situação dela própria, que tem “a cabeça feita”, e está “superbem” consigo mesma. Ao tentar fornecer explicações para o fato do pai não se aceitar como negro, a estudante mencionou dramas familiares como o abandono do pai e outras

experiências que ocasionaram muito sofrimento, mas sobre as quais o pai nunca comentou. Foi esse o motivo alegado pela estudante para não ter revelado o episódio em que teve o acesso barrado na danceteria, mas apenas para a irmã, de modo a evitar o constrangimento que isso criaria, principalmente, para o pai.

Uma situação similar pela dramaticidade foi descrita por Selma, da FFLCH, com a diferença de que, em lugar de se tratar de uma família de classe média alta, dizia respeito a uma família pobre, residente na periferia de São Paulo. Essa estudante descreveu a família dizendo que a mãe era negra e o pai mulato e que este tinha sérios problemas de identidade, não aceitando bem a sua cor. Como evidências, ela afirmou que o pai procurava alisar o cabelo e não gostava de freqüentar lugares públicos com a mãe, deixando implícito que isso o constrangeria pelo fato de ela ser negra. Ao falar disso, ela acrescentou algumas informações sobre a trajetória familiar do pai que, segundo a minha interpretação, ajudariam a entender tal comportamento: ele era filho de uma mulher negra com um homem branco, fazendeiro, racista, que a trocou por uma mulher branca e a matou.

A meu ver, esses dois casos são emblemáticos por retratar os conflitos vivenciados nas famílias negras, pobres ou de classe média, que associam em suas histórias a miscigenação e a construção de auto-imagens negativas. Embora sem apresentarem situações tão extremas, em diversas outras falas estudantes negros afirmaram que os pais costumavam expressar visões bastante negativas sobre os negros em geral, das quais eles discordavam. Ao explicitarem essa discrepância com relação às atitudes dos pais, as referências ao modo como eles mesmos lidavam com o fato de serem negros, de forma positiva, afirmativa, foram destacadas. Desse modo, as narrativas sobre a estigmatização dos negros em geral, sobre a auto-rejeição na família e sobre as divergências entre posições que afirmavam ou contestavam as identidades raciais apareceram entrelaçadas nos discursos.

Então, lá em casa tinha dois tipos de discurso, podemos dizer assim: o do meu pai, que era mais fácil dele dizer por conta dele ser... Por ele ser mestiço, ele tinha mais facilidade de negar o negro, enquanto

que a minha mãe não, por conta dela ter mais características, mais evidências, não tem como esconder. (Seu pai tem a pele muito clara?) É, tem traços: o cabelo, o cabelo mais liso, era liso. A minha mãe é bem... minha mãe tem quase todas as características bem próximas de mim: o cabelo crespo. Aí, ele, o meu pai, negava o negro, engraçado. Como eu posso dizer... As pessoas: “Ah, aquele negro sem-vergonha”. Isso era muito comum. A minha mãe, ela tinha... Eu posso dizer que ela tinha um discurso mais racista, racializado, do que o meu pai, porque ela tinha consciência de que ela era discriminada porque era negra. Por exemplo: ela é filha de mãe negra com pai branco e ela sofreu muita discriminação racial, ao contrário do meu pai, por conta dessa... E ela tinha um namorado branco, a família não aceitou que eles se casassem, rejeitou. Isso marcou muito a vida da minha mãe. Então, ela carregava isso com o passar dos anos: “Olha, é porque eu sou negra!” Então, ela tinha essa consciência não só de que “eu sou pobre”. Meu pai tinha o discurso do pobre, minha mãe tinha o discurso racial. Ela nunca... Como eu posso dizer, ela trabalhava bem esse discurso da raça, isso ficava muito claro... Embora estivessem presentes todos os preconceitos. Era paradoxal. Ela tinha consciência e, ao mesmo tempo, também fazia críticas ao negro. Enfim, aquelas coisas assim que é até inconsciente na forma de falar. A minha família por parte, principalmente, do meu pai nega o negro. Por exemplo: se eu vou na... Se eu falo que arranjei um namorado, eles falam: “Não é um negão?” Eles falam todos os estereótipos: negro, bêbado, feio, essas características. A minha família, por parte do meu pai, todos casaram com pessoas cada vez com a pele mais clara, senão brancos. Nenhum deles casou com aquilo que eles chamam de negros – digamos assim – mas o que é moreno, o que é pardo ou mestiço. E por parte da minha mãe também. Mesmo os que são negros, eles também têm esse discurso de negação do negro, discurso de negação... O meu pai me chamava de “pretinha”. Esse era o apelido carinhoso: “pretinha”. Porque a minha irmã tem pele mais clara, cabelo diferente. Enfim, ele me chamava de “pretinha”, ao mesmo tempo que se eu falar que eu sou negra... É que é diferente para ele ser “pretinha” e ser “negra”. Ele não aceita, claro, acha que eu sou morena, que eu sou mais clara. Minha avó também não me aceita falar: “Eu sou negra”. A minha mãe não. A minha mãe não tem nenhuma resistência a esse discurso: “Eu sou negra”. Ela não tem (Lúcia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Nesse trecho da sua entrevista, Lúcia, da FFLCH, chamou a atenção para a existência de diferenças entre o pai e a mãe no que diz respeito às atitudes e comportamentos em relação a outras pessoas negras. Segundo ela, havia “dois tipos de discurso”: o do pai, de negação do ser negro, o que seria facilitado pelo fato dele ser mestiço; o da mãe, de aceitação do ser negra, que estaria relacionado com o fato de que por suas características físicas ela não teria “como esconder”. Lúcia descreveu o pai como tendo o cabelo liso e a pele clara, e como uma pessoa que costumava usar expressões depreciativas sobre os negros em geral. A mãe foi descrita como tendo o cabelo crespo e características físicas próximas a ela própria, e como uma pessoa que tinha consciência de que era discriminada porque era negra. Tal consciência da discriminação foi associada aos episódios marcantes vivenciados pela mãe, como a proibição do casamento com um homem branco. O contraste entre o perfil do pai e da mãe permitiu que as diferenças existentes entre eles fossem melhor visibilizadas, levando à conclusão que o pai enfatizava o fato de ser pobre, enquanto a mãe destacava o fato de ser negra. No entanto, mesmo no caso da mãe um modo depreciativo de se referir aos negros também era utilizado, o que foi considerado paradoxal. Na sua descrição da relação da família com essas questões, Lúcia evidenciou que os estereótipos negativos estavam presentes no vocabulário utilizado no cotidiano para se referir aos negros. Além disso, a estudante também destacou que existia a preferência por uniões com pessoas de pele mais clara, ou mesmo brancas, afirmando que em todos os casamentos o moreno, pardo, ou mestiço era preferido ao negro, insistindo que tal fato se aplicava também aos familiares negros. O que ela definiu como “discurso de negação do negro” prevalecia, portanto, na família. Coerente com esse discurso, ela mencionou o fato de que, por exemplo, o pai não aceitava se referir a ela como negra, preferindo o termo pretinha, porque ela tinha a pele mais escura do que a irmã, mas não porque a considerasse negra. Todas estas observações chamam a atenção para o sentido negativo que o termo negro tinha nesse contexto, reforçando as observações anteriores que levavam a crer que as representações negativas sobre os negros em geral eram amplamente

compartilhadas entre as famílias negras e mestiças pobres. Além disso, assim como em outros casos, a descrição feita pela estudante permitiu destacar o quanto a sua própria posição se distanciava e, até mesmo, divergia daquela do restante da família.

Meu pai é totalmente branco e minha mãe é mulata, da minha cor, mais ou menos. E a minha mãe, assim... Isso é uma coisa de sociedade, entendeu? Acho que... até que meu pai um pouco, meu pai também, na verdade. Ela tinha muito preconceito, porque você associa... É como eu já te falei, isso é uma coisa da sociedade, se você não parar para pensar e tentar mudar, você não vai conseguir mudar. A minha mãe, por exemplo, ela falou: “Nossa, filho...” – porque quando eu levei meus amigos da Guiné e tudo: “Tenho muito orgulho de você, você não tem preconceito racial...” Eu falei: Mãe!... Eu não entendi, né? Porque eu levei eles um dia para almoçarem lá: “É, você não se importa se é branco, se é negro, você traz aqui para dentro da sua casa. Parabéns!” E eu: Nossa! Nada a ver, né, meu? Eu sou negro e como é que ela está falando isso? E outros exemplos, outras coisas que ela fala, que ela falou e... porque, assim, a gente nunca tinha tido muitos amigos negros, entendeu? Era mais... assim, não negros como, negros... no próprio sentido da palavra, entendeu? Quando eu tive esses amigos da Guiné, eu levei eles em casa e tudo e daí minha mãe falava: “Ah, não sei o que... em tal lugar só tem esses preto ladrão”. E eu falei, cheguei para ela e falei algumas vezes: Mãe, não é assim... Você não pode associar à raça... Hoje em dia ela é totalmente diferente, ela sabe que ela estava errada e tudo e inclusive hoje em dia ela pode se considerar... ela...ela é uma negra inteira. Ela luta pelos direitos, faz tudo, fica possessa com a desigualdade. Ela já sofreu... Ela sofreu muito preconceito na vida dela, entendeu? E lutou para isso e ainda luta hoje em dia e hoje ela sabe essas coisas, entendeu? Que são coisas da sociedade e se a gente não parar para pensar, não muda. Mas, então, quando eu levei meus amigos e tudo, lá... essa população negra, ela falou essas coisas, mas hoje em dia é como se fossem filhos delas, entendeu? Meus amigos todos da Guiné é como se fossem filhos e hoje em dia ela não fala mais isso, entendeu? Foi uma fase que passou, foi de aprendizado para ela, tanto para ela como para nós todos, entendeu? E isso hoje

em dia já está superado: minha família, ela tem uma condição... ela se assume (Reinaldo, da Escola Politécnica).

Os comentários de Reinaldo, da POLI, abordaram, simultaneamente, o modo sutil como foram expressas pela mãe representações negativas sobre os negros em geral, e o papel ativo que ele teve no sentido de criticar e incentivar mudanças nesse comportamento, algo que repercutiu na maneira como a família passou a lidar com o fato de ser negra.¹² Além de demonstrar sua rejeição ao uso de expressões como “preto ladrão”, Reinaldo reagiu ao perceber que a mãe não se considerava negra, pelos comentários elogiosos feitos ao interpretar como demonstração de ausência de preconceito racial o fato dele ter convidado amigos africanos para freqüentar a casa. Portanto, as intervenções dele se deram tanto condenando manifestações abertamente negativas sobre os negros, quanto criticando formas indiretas e mais sutis de expressão de tais representações negativas. Assim como ocorreu com Reinaldo, em outros casos os estudantes demonstraram compreensão em relação à posição dos pais, mesmo sem aceitá-la, buscando justificativas, seja através da referência às experiências traumáticas de violência racial vivenciadas no passado, seja simplesmente reconhecendo a existência de diferentes visões do mundo.

Os resultados da estratégia anti-racista colocada em prática no cotidiano da família de Reinaldo foram ressaltados pelo estudante ao enfatizar que a mãe mudou completamente as suas atitudes e comportamentos, o que teve repercussões na construção da identidade negra, pois ela se tornou “uma negra inteira”, que “fica possessa com a desigualdade” e que “luta pelos direitos”. No centro dessa estratégia está a reflexão sobre as práticas e discurso que inferiorizam e estigmatizam os negros, que já fazem parte do vocabulário utilizado no cotidiano e que, na ausência de tal reflexão, se reproduzem continuamente.

¹² O estudante descreveu a família como sendo de classe média, e o pai como branco e a mãe mulata.

Os amigos brancos que eu tinha... Até os meus colegas negros. Onde a gente estudava geralmente tinha poucos negros e tal, tinha uma menina negra que passava na rua sempre – e ela era negra mesmo, retinta – e ela era bem pobre. Ela morava num estado bem desfavorecido. Ela passava na rua e os meus colegas tiravam sarro dela e era como se tivesse uma oposição mesmo... [Mas falavam alguma coisa relacionada diretamente com a cor, ou não?] Não, eu acho que diretamente em relação à cor não, mas eles falavam e tratavam ela como feia, ela era feia. E ela não era feia, ela era negra. Aí, eu lembro muito disso. Isso marcou muito, porque assim: todo mundo estar ridicularizando... Não só eles viam ela como uma coisa negativa, como eu também via... Eu via uma menina negra e achava que era horrível, sabe? Eu também achava ela feia e aí depois de um tempo, até por haver esse discurso do hip-hop e tal, 15 anos, mais tarde, quando eu comecei a questionar isso... Uns anos mais tarde eu comecei a me pressionar, aí eu comecei a pensar: Por que eu tenho que achar bonito uma garota branca? Eu sou negro e olho uma menina negra e eu não acho ela bonita... Aí eu comecei a prestar a atenção nisso, eu comecei a me defrontar com isso. Aí, eu comecei a ver: Por que isso acontece?. Aí eu comecei a lembrar de todo o universo que eu vivia e como eram tratadas as garotas negras, especificamente. Eu acho que foi uma das minhas primeiras questões com raça, foi uma coisa que eu precisava mudar, essa coisa negativa que me foi passada desde criança... Deve ser até por causa de garota mesmo... Eu estudava lá e tal, aí eu lembro que tinha uma menina que era negra e ela queria me conhecer e eu não tive vontade de conhecer ela. Aí, depois de um tempo eu comecei a pensar: A menina é muito bonita. Se a menina é muito bonita, por que eu não estou interessado por ela? Aí, não era nem questão de atração, mas era pelo que os outros iam achar... Eu não me relacionei com ela e nem nada. Porque eu ficava com essa coisa: O que os outros vão achar se eu ficar com uma menina negra? (Jorge, da Escola de Comunicação e Artes).

Um tema semelhante foi abordado por um ângulo diferente na entrevista de Jorge, da ECA, ao comentar sobre as representações negativas acerca das mulheres negras em geral, e refletir sobre as mudanças que ocorreram em suas atitudes e comportamentos. Relembrar a participação

que teve em episódios que envolveram a estigmatização de uma garota negra, retinta, e pobre, que era ridicularizada publicamente por ser considerada “feia” e “horrível”, foi parte importante do processo que o levou a questionar o fato de que ele mesmo também concordava que a garota era “horrível”, quando na verdade se tratava, simplesmente, de uma garota negra. O questionamento que ocorreu posteriormente sobre porque, apesar de ser negro, o seu modelo de beleza feminina era o da mulher branca foi associado à sua participação no movimento hip-hop. Se perguntar sobre “porque isso acontece”, constatar que no seu meio as garotas negras, em geral, eram tratadas de um modo depreciativo, foi considerado pelo estudante como decisivo nas suas reflexões sobre as “questões de raça”, e na sua escolha por mudar a si mesmo, afastando de si tais concepções negativas que lhe foram passadas desde a infância. Foi a partir dessa nova perspectiva, que o estudante reinterpretou episódios do passado, como, por exemplo, a recusa dele em conhecer uma garota negra, apesar desta ser bonita, o que, segundo ele, ocorreu pelo temor das opiniões dos outros. Nesse caso, mesmo admitindo que sentia atração pela garota, ele reconheceu que a pressão exercida pelos outros, provavelmente, colegas, foi suficiente para impedir que ele mantivesse o relacionamento. Ao mesmo tempo em que mostrou como a estigmatização das mulheres negras ocorria no seu meio, esse relato de Jorge forneceu evidências sobre o processo de construção de uma pessoa negra diferente, através do esforço e do trabalho sobre si, forjando mudanças nas suas próprias atitudes e comportamentos, com repercussão nas relações afetivas, sexuais, e nos padrões adotados em termos estéticos.

Eu sou um pouco mais claro que os negros normais, então, o pessoal e você vêem isso, não é só... Nem só da universidade, mas, assim, foi até um trabalho que eu tive com a minha mãe, de falar para ela que não era assim e tudo, entendeu? Você vê que é um problema, tem muitas pessoas – isso é preconceito mesmo – que acham que se falar que você é negro, essas coisas, ela está te ofendendo. E eu também já pensei assim, eu concordo, entendeu? É da sociedade. Isso vem da sociedade falar: “negro”! Você associa às coisas ruins e tudo. Então, quando alguém vai falar de mim, diz: “Ah, você não é negro, você

é moreninho...” Essas coisas. Nossa, eu acho ridículo isso, eu fico muito, muito possesso, mas é assim, se fala isso, é comum, entendeu? Pessoas associam a cor negra a algo depreciativo, entendeu? Então, você vê muitos exemplos que você vê, você fala: “Ah, quem é?” “É aquele moreninho lá...” Não sei o quê, essas coisas, entendeu? Parece que tem medo de falar “negro”. Por exemplo, vamos dar um exemplo parecido: Celso Pitta, ele não era negro, assim... não se pode falar que ele era negro. Por quê? Ele não fez nada para a população negra, ele era um... Foi e ainda é um ativista político, foi um líder político de São Paulo, mas você não pode falar que ele é negro, porque ele não fez nada, ele era um político. Que nem Pelé. Pelé não é negro, não tem cor. E eu acho que, eu vejo que hoje eu tento até mudar isso, mas hoje eu sou visto como um aluno, entendeu? Não sou visto como um negro e tanto que... Assim, historicamente, os brancos também não são vistos como brancos, eles passaram a ser alunos entre o meu grupo de amigos, entendeu? O que eu procuro fazer é: eu estar... eu estar buscando isso, eu estar tentando buscar essa identidade, fazendo coisas para a própria população, tanto que eu já fiz, tive um tempo de monitoria no cursinho [curso pré-vestibular coordenado por uma organização anti-racista, que prioriza a participação de estudantes “negros” e funciona dentro do espaço da Universidade], sempre que eu posso, esses amigos da Guiné e tudo, eu conheci através... Eu comecei a conversar e tudo, sempre procurei me identificar, entendeu? (Reinaldo, da Escola Politécnica).

Ao afirmar que se ressentia com o fato de que outras pessoas preferiam se referir a ele como moreninho, resistindo a usar o termo negro, Reinaldo forneceu mais um exemplo do quanto a definição abrangente do termo negro, que tem sido usada pelas organizações anti-racistas recentes e que inclui indivíduos de pele mais clara, é contestada. No cotidiano, estes indivíduos continuam sendo referidos como mulatos/as e morenos/as, e não como negros/as. Assim como ocorreu em outras entrevistas, as tensões em torno do uso do termo negro nesse sentido abrangente, principalmente, no caso de indivíduos de pele clara, ficaram evidentes até mesmo na expressão utilizada por Reinaldo quando afirmou que era “um pouco mais claro que os negros normais”. No entanto, é interessante

destacar que o desconforto em usar o termo negro para descrever, ou se referir a uma pessoa, por considerar que seria uma ofensa, foi apontado como uma evidência de preconceito, pois comprovaria que as “pessoas associam a cor negra a algo depreciativo”. Ao refletir sobre isso, o estudante admitiu que ele mesmo já havia pensado assim, o que é relevante por permitir destacar, novamente, o quanto estas trajetórias individuais estão marcadas por processos de mudança em termos do posicionamento em relação ao racismo e em relação à auto-definição como negro.

Mais adiante, Reinaldo mencionou outro aspecto importante na definição com a qual ele concordava, que é a atuação em favor da população negra, citando os exemplos de Celso Pitta¹³ e Pelé que, apesar de terem a pele escura, de acordo com esse critério, não poderiam ser considerados negros. O próprio exemplo de sua atuação em favor da população negra, através do trabalho de monitoria realizado em um curso pré-vestibular coordenado por uma organização anti-racista que realiza atividades na universidade, também foi citado para ilustrar que nessa definição de “negro” o posicionamento político de compromisso com a causa anti-racista era mais importante do que as características físicas.

Namoro e casamento inter-racial

A recusa ao casamento, ou namoro, com afrodescendentes, observada pelos estudantes através de manifestações verbais dos pais, das famílias em geral ou de pessoas desconhecidas, foi citada em vários depoimentos como evidência de racismo. Com base em tais declarações, é possível afirmar que a não-aceitação do casamento ou namoro com afro-brasileiros ocorre tanto em famílias de maior *status* socioeconômico quanto nas de menor, envolvendo igualmente homens e mulheres.

As reações contrárias das famílias foram apontadas pelos estudantes como razão para a interrupção do namoro com jovens que não eram negros.

¹³ Para uma discussão sobre a campanha eleitoral e a atuação política de Celso Pitta em São Paulo ver OLIVEIRA (2007).

Agora, com outras pessoas... Eu tenho uma amizade tranqüila com pessoas brancas, não tem nenhum problema. Agora, no caso de namoro, por exemplo, eu já tive problema, porque eu namorei um rapaz branco e a família dele não aceitou e a gente terminou. E o pai dele era... Ele é branco, o pai também. O pai dele é professor universitário e não aceitou. (Mas, esse namoro surgiu aqui dentro?) Dentro da universidade. Eles não aceitaram. A família dele não queria que ele namorasse uma pessoa negra. Para mim foi uma experiência que me fez pensar, porque eu nunca pensei que ia passar por isso. Engraçado, porque minha mãe passou por isso e eu nunca pensei... Pensei que fosse só história e que na prática não vai acontecer tão... Eu pensei assim: No máximo... Eu não estou dizendo que não existe racismo no Brasil, eu achava assim: que quando eu fosse na casa deles, o pai ia olhar torto, não ia falar nada comigo e talvez ele comentasse alguma coisa com o filho, mas não que ele fosse tão agressivo como foi. Ele queria que a gente terminasse o namoro de qualquer forma e até que ele terminou o namoro, porque, inclusive, chegou a expulsar ele de casa. Então, chegou num radicalismo que eu não pensei que chegaria... E eu pensei que fosse pouco comum isso, mas depois, quando aconteceu esse fato, aí muitos amigos, não só dele, como meus, falaram que aconteceu a mesma coisa. Alguns enfrentaram mais, ou alguns... teve um – digamos – desfecho diferente, mas o conflito existiu. Uma amiga minha disse que ligava para o namorado e a mãe dizia assim: “Ah, fulano, é aquela negra do pé... pé rachado...” Uma coisa assim. Então, quer dizer, o negócio era... Inclusive, o namorado teve que sair de casa, saiu porque... não foi expulso, mas saiu porque não queria. Também a namorada do amigo do meu ex-namorado contou a mesma história, o mesmo episódio (Lúcia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Ao descrever as reações contrárias da família de um ex-namorado e, em especial, do pai, descrito como branco, ao namoro dela com o filho, Lúcia, da FFLCH, enfatizou o quanto se surpreendeu com a agressividade da reação do pai, que impôs o término do relacionamento, recorrendo até mesmo à expulsão do filho de casa como forma de pressão. Não se tratou, portanto, da expressão indireta, sutil e cordial de representações negativas sobre os negros que, em geral, estão mais associadas à classe

média. A estudante também destacou que estaria se repetindo com ela um episódio similar ao que ocorrera com a mãe, algo que ela não esperava, demonstrando, portanto, um certo otimismo em relação à superação da atitude desfavorável dos brancos em relação às uniões com pessoas negras, algo que já vem sendo documentado na literatura há algumas décadas. A partir desse episódio, Lúcia afirmou que soube de outros semelhantes, sugerindo que não se tratava de um caso isolado, mas de algo que ocorria com muito mais frequência.

Na minha família, por parte de pai, todas as pessoas são negras. É engraçado que é onde eu me identifico mais e é onde as pessoas já morreram. Negros, negros, negros, negros. Daqui de São Paulo mesmo. Minha avó tem uma descendência baiana, minha avó tinha porque morreu, mas ela era negra mesmo, assim, negra do narizão. Eu achava lindo aquele narizão, a bocona. Por parte de mãe, armênios. Então, você vê a mistura que foi: negros com árabes. Minha mãe mesmo sofreu um preconceito muito grande na família dela, a mãe dela, o pai dela, por ter sido a filha mais velha de imigrantes árabes e que se casou com negro. Então eu acho que a maior “barra” da história da família foi minha mãe que enfrentou. Às vezes, eu sinto um pouco de rejeição da minha avó em relação a isso. Em relação a mim. Meu tio com certeza – irmão da minha mãe – tem um certo preconceito e eu moro com ele. Tem. A gente não se fala. E eu acho que é por causa disso. Mas é mais um motivo pra você ver como as coisas são maiores do que isso, como a vida é maior do que isso, como a vida é maior do que isso da cor (Orlando, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Sobre esse tema, Orlando, da FFLCH, comentou sobre as reações existentes na família da mãe, a filha mais velha de imigrantes árabes, contra o seu casamento com um homem negro. Destacando que tem pouco contato com o pai e outros familiares dele que são da Bahia, ele enfatizou o preconceito e as pressões sofridas pela mãe, estabelecendo uma relação entre esse fato e a rejeição que ele próprio sentia por parte de outros parentes da mãe, como a avó e o tio. Além da estigmatização sofrida na escola, sem dúvida que essas experiências no seio da família

tiveram influência sobre as opções do estudante em termos de construção de sua identidade como negro, como, por exemplo, a participação em um grupo de capoeira, e o uso do cabelo no estilo *Black Power*, ou rastafári.

Eu não sei se foi pelo fato de eu ser negro, mas eu acho que foi pelo fato de não ser oriental... É, então, a mãe da menina tentava: “Ah, não sei o quê, você não traz ele em casa... vai com ele?” “Vai...”. “Não vai...”, entendeu? A gente começou a namorar no cursinho, namorou um ano, depois no meio do primeiro ano da faculdade a gente terminou e... então, mas foi muito relacionado a isso... Teve uma pressão muito forte, muito forte, praticamente insustentável. É lógico que... briga, essas coisas, acontecem e tudo, mas também levaram ao término do namoro e tudo, mas, teve uma pressão muito forte da família que poderia ter sido, digamos, foi um fator importante para o término do namoro (Reinaldo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Reinaldo também se referiu à pressão muito forte exercida pela família da namorada, descrita como oriental, como fator decisivo no término do namoro. Nesse caso, ao destacar que o fato de não ser oriental, e não o fato de ser negro, foi a principal razão para a posição contrária da família ao seu relacionamento o estudante expressou que compartilha uma opinião bastante difundida segundo a qual as famílias de descendentes de japoneses não aceitam que ocorram uniões com pessoas de fora do grupo.

Vale destacar que a recusa ao casamento/namoro com negros não partiu das famílias dos jovens negros, nem deles mesmos. Eles foram alvo da proibição das famílias dos(as) parceiros(as). A comparação entre as diversas situações descritas nas entrevistas permite afirmar que, segundo a interpretação desses estudantes, a recusa à miscigenação foi considerada como prova da existência de preconceito, ficando implícito que eles mesmos aprovavam as uniões inter-raciais e, portanto, rejeitavam a atitude mixofóbica que observaram tanto nas famílias de descendentes de imigrantes europeus – portugueses, italianos e espanhóis – quanto nas de imigrantes não-europeus – árabes e japoneses.

Essa posição favorável à miscigenação tem sido encontrada em algumas pesquisas de opinião como, por exemplo, a realizada pelo Instituto Datafolha (2000), cujo resultado mostrou que 76% dos entrevistados concordavam que o Brasil é um exemplo de mistura de raças e culturas a ser seguido por outros países do mundo. Essa proporção se elevava entre os mais jovens (82% dos que faziam parte da geração 1990), os brasileiros que estudaram até o 2º grau (81%), ganhavam entre 10 e 20 salários mínimos e pertenciam à classe C (79% de cada segmento). Esse resultado confirma que, quando se trata de comportamento hipotético, os brasileiros em geral e, principalmente, os mais jovens e mais escolarizados, demonstram aceitar a proximidade com os negros, mesmo nas situações de mais intimidade como o casamento (BARRETO; OLIVEIRA, 2003). No entanto, o confronto desses resultados com aqueles encontrados nas pesquisas empíricas realizadas nas décadas de 1940 e 1950 permite afirmar que tal aceitação cresceu somente a partir da segunda metade do século XX. Como já foi visto essas pesquisas mostraram que a recusa à proximidade com os negros na esfera pública e nas relações impessoais (trabalho, residência) era menor, mas crescia nas esferas íntimas, chegando ao ponto máximo quando se tratava de casamento.

Associação com a criminalidade

Diversas situações referidas nos depoimentos dos estudantes, como evidências de racismo, trataram da associação da imagem do homem negro com a marginalidade. Em algumas falas, os próprios universitários negros afirmaram já terem sido alvo de abordagem policial - que eles chamaram de “tomar geral” ou ser “enquadrado”-, sem que, aparentemente, houvesse motivo para que tal fato ocorresse. Em alguns casos, isso aconteceu dentro do espaço da Universidade, ou nas redondezas, e, em outros, em áreas próximas a bares e centros de lazer freqüentados pelo público jovem. Nos relatos das estudantes negras, a abordagem policial também foi citada como evidência de racismo, com a diferença de que não se tratava de situações vivenciadas diretamente, mas com irmãos ou amigos que foram considerados “suspeitos”.

Minimização do racismo como problema

Nos relatos feitos pelos estudantes o racismo foi apontado em contextos diversos, incluindo situações em que a própria pessoa foi alvo dele. No entanto, em dois casos, foi dito que o racismo era um problema de menor importância, minimizando-se a sua influência na sociedade brasileira em geral e nas trajetórias pessoais. Diferentemente do que ocorreu com os demais, esses universitários não souberam dar exemplos que tivessem ocorrido com outras pessoas, ou com eles mesmos. Em suas falas, enfatizaram a dimensão econômica do problema dos negros – seja diretamente a baixa renda e/ou a falta de acesso à boa formação escolar básica. Para sustentar a sua argumentação, Gustavo, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, negou que a discriminação racial explicasse o pequeno número de negros nas ocupações de nível superior no mercado de trabalho, o que se justificaria porque o acesso dos negros às universidades é restrito.¹⁴ Segundo a sua interpretação, isso ocorreria porque os negros não frequentam boas escolas, são mais pobres e dependem do sistema público de ensino, que é de baixa qualidade.

Os resultados dos estudos que analisam a participação no mercado de trabalho segundo a cor revelam que, no segmento da população que tem nível superior, entre os negros – pretos e pardos - a proporção de desempregados é maior e a média salarial é menor.¹⁵ Em outras palavras, as desigualdades raciais entre negros e brancos não apenas permanecem, mas até mesmo aumentam à medida que se eleva a escolaridade dos trabalhadores. No entanto, é inegável que a falta de acesso a boas escolas

¹⁴ Segundo o estudante, os pais são pequenos empresários na periferia de São Paulo.

¹⁵ De acordo com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de São Paulo, para o período de janeiro a junho de 2000, apesar de as taxas de desemprego diminuírem com o aumento da escolaridade, as diferenças entre negros e brancos se mantinham: a proporção de desempregados com nível superior era de 8,0% entre os brancos e 10,4% entre os negros (DIEESE, 2000). Em 1998, o rendimento real médio dos trabalhadores negros com terceiro grau na RMSp era de 63,8% daquele recebido por trabalhadores brancos com a mesma escolaridade, enquanto que os trabalhadores negros com segundo grau completo recebiam 75,3% e os trabalhadores negros com primeiro grau completo recebiam 84,2% (MAPA ..., 1999).

e a pobreza têm um efeito sobre a dinâmica do mercado de trabalho, e como demonstra esta fala, são reconhecidos como as razões principais das desigualdades existentes.

Uma experiência grande, marcante, não. Você escuta: “Ah, pretinha! Ah, neguinha!”. Eu não considero. É racismo? É uma forma pejorativa? É, mas eu sinto como se eu fosse uma pessoa branca e eu fosse chamar outra pessoa de outro nome que fosse ofender do mesmo jeito. Não é um racismo propriamente dito. Seria ofender por ofender (Leila, da Faculdade de Educação).

Nesse trecho da entrevista Leila, da Faculdade de Educação (FE), afirmou que nunca havia recebido tratamento diferencial por causa da cor, também enfatizando que o fator econômico era mais importante como critério para a discriminação.¹⁶ Ao falar sobre suas experiências com o racismo, a universitária afirmou que já ouvira referências pejorativas à sua cor, mas procurou desqualificá-las como evidências de racismo. Em suas palavras, essas ofensas não poderiam ser consideradas racismo propriamente dito.

Apenas um estudante mencionou os povos indígenas como alvo de racismo, um fato que por si só reforça a idéia que na sociedade brasileira é menor a visibilidade da questão e o debate público sobre o tema, que é objeto de interesse das organizações indígenas e de organismos internacionais. Arani, estudante da ECA, mencionou, inicialmente, a visão muito negativa da família sobre o candomblé, pois, apesar da origem indígena, era muito católica.¹⁷ Como exemplo, ele descreveu o episódio em que ele e o irmão descobriram um candomblé e foram num ritual em Belém e quando relataram ao primo a reação dele foi se mostrar horrorizado. Assim como acontece com a cultura africana, ele argumentou

¹⁶ A estudante é de classe média.

¹⁷ Arani é descendente de indígenas do Pará por parte de mãe e de italianos de São Paulo por parte do pai. Segundo ele, em Belém não teve contatos com os povos indígenas e nem informação sobre a existência de aldeias. O seu interesse pelo assunto aumentou depois que veio para São Paulo e já adulto.

que as pessoas têm uma imagem muito negativa da cultura indígena, e ainda mantém sobre os índios aquela idéia do ‘bom selvagem’, que é puro, vive perto da natureza, e deve ser mantido lá. Em contraposição a essa idéia, ele citou o depoimento de um índio que afirmou que assim como os brancos têm curiosidade sobre os índios, estes também têm curiosidade sobre os brancos, o que justificaria a impossibilidade de se ter grupos isolados atualmente.

Diferentes perspectivas anti-racistas: entre o universalismo e o particularismo

A partir das evidências apresentadas como exemplos de racismo e das definições utilizadas nos relatos dos estudantes é que serão analisadas a seguir as diferentes explicações para as desigualdades, e as posições em relação às medidas consideradas mais adequadas para enfrentar o racismo.

Explicações para as desigualdades

Somente nas falas dos estudantes negros foram feitas referências ao fato de que existiam divergências entre eles e os pais quanto às atribuições para as desigualdades. Esse fato tem relação com as mudanças nos discursos sobre o racismo, anti-racismo e identidades raciais que ocorreram depois do ingresso na universidade e que foram reconhecidas por alguns estudantes em seus depoimentos.

Minha mãe mesmo é uma pessoa que acha que o problema maior é social. Ela não tem uma posição muito favorável a eu estar participando. Ela é favorável, só que ela acha que toma muito do meu tempo, e isso ela não gosta. Ah... Outro dia eu estava conversando com ela, e ela tem meio uma idéia que existe discriminação, existe racismo, só que é uma coisa também que depende muito do negro e ela entende como uma certa... porque a situação do negro está como está hoje... ele tem uma certa culpa... Porque ela acha que não estudam muito e tal... E ela acha que um dos principais motivos é este: as pessoas negras não estão levando as coisas a sério, de

estar estudando... para estar mudando. É a história de você estar criando as suas possibilidades. Na minha visão o problema é este: o problema do negro está na situação... é mais por uma situação... por fatores externos a ele... A minha mãe é negra, negra mesmo, retinta, meu pai é mulato, mas eles nunca levantaram a questão, meu irmão também não... (Jorge, da Escola de Comunicação e Artes).

Jorge, da ECA, participava ativamente de atividades ligadas ao movimento hip-hop e discutia o tema racismo nestas atividades. Neste trecho se evidencia que mãe e filho concordavam que havia racismo, mas discordavam sobre o quanto o racismo explicaria os problemas dos negros. Para a mãe, a responsabilidade dos próprios negros era um fator importante que precisaria ser considerado, enquanto que o filho se contrapunha a essa opinião destacando a influência dos fatores externos. A explicação da mãe que focalizava as disposições individuais foi criticada a partir da perspectiva situacional do filho. É interessante notar que esta referência à responsabilização dos negros por sua situação social, foi feita por uma mãe negra, “retinta” na descrição do filho, e talvez seja bem mais comum entre os segmentos da população com um menor grau de instrução, e expressa com mais frequência em um ambiente de conversas informais, entre os familiares, e, portanto, fora da situação de entrevista. No contexto brasileiro, é possível afirmar que opiniões desse tipo são cuidadosamente omitidas no discurso público, principalmente, entre os brancos, nos segmentos com maior grau de instrução e de classe média.

Eles vêem que há racismo assim, mas não com eles! Eles sabem que há assim, mas não é um negócio que decide a condição social deles, não aparece como um fator decisório na situação deles. É como se fosse uma coisa alheia assim, uma questão da polícia parar na rua, uma coisa mais explícita, não é um negócio implícito. Racismo só acontece... é a idéia dos Estados Unidos mesmo. É essa idéia do racismo nos Estados Unidos mesmo que chega lá. Era meio conflitante assim... porque era essencialmente negra, só que totalmente inserida nessa coisa de democracia racial. Porque, ao mesmo tempo, que tinham a identidade, eles negavam como luta assim. Ao mesmo tempo, que eu fui com o meu pai no show dos 100

anos da abolição, na Praça da Sé, ao mesmo tempo eles montaram um grupo de samba chamado “mistura de raças”. Então, quando eu cheguei aqui e vi esse discurso de questão racial, de luta racial, assim, aí ficou tipo “calma aí”. Tinha identidade negra – era muito evidente – mas não tinha essa perspectiva de luta da questão racial assim... Ainda não é evidente lá... A questão da meritocracia ainda que (gagueja), apesar de ser de classe baixa o que é vigente lá é essa questão do mérito assim: “Se você se esforçar você passa, você vai, você faz”. E, ao mesmo tempo, eu vejo as pessoas, a maioria, um trabalho tipo baixo assim, condições de vida baixas... Foi interessante, mas eu cheguei aqui a identidade racial já era bem evidente assim, não tinha como ser diferente assim, porque meu pai é negro, minha mãe é negra, meus avós são negros, a família inteira é negra, a gente morava – quando eu morava aqui em São Paulo – era como se fosse uma Vila, as duas avós moravam lá, as tias, os tios. Então, era bem gueto. A questão da família negra tradicional mesmo: tem uma casa e mora muita gente (Carlos, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Este trecho da entrevista de Carlos, da FFLCH, que se considerava parte de uma “família negra tradicional” de São Paulo, chama a atenção que o ingresso na universidade está, muitas vezes, associado a mudanças na percepção do racismo e na posição anti-racista, fazendo com que se crie um distanciamento em relação ao modo como o próprio estudante e a família se posicionam diante destes temas. Ao refletir sobre estas mudanças, é possível entender melhor a percepção do racismo e o anti-racismo compartilhado por pessoas negras da classe trabalhadora, que, em grande parte, reside na periferia de São Paulo.

A partir de uma definição de racismo que o associa à segregação e à discriminação explícita, que seria o modelo dos Estados Unidos, é que na família o racismo era entendido como algo que “não aparece como um fator decisório na situação deles” e que não explica a condição social. Ao se referir de tal modo à definição de racismo que prevalece na família, o estudante dela se distanciou, demonstrando que já não considerava essa definição adequada.

Mais adiante, foi feita referência a outras características da relação da família com a negritude, que destacam a complexidade da questão. O estudante estabeleceu distinções que permitem contrastar a negritude com a qual ele afirma ter entrado em contato na universidade, e a que foi descrita como “conflitante” porque a família “era essencialmente negra, só que totalmente inserida nessa coisa de democracia racial”. As evidências desses conflitos eram, por exemplo, ser levado pelo pai para o show dos 100 anos da abolição e, ao mesmo tempo, ter sido criado na família um grupo de samba chamado “Mistura de Raças”. Outro aspecto mencionado foi a defesa da meritocracia e a crença de que “se você se esforçar você passa, você vai, você faz”, reforçando a idéia de que entre as famílias negras da classe trabalhadora há adesão ao individualismo, em geral, mais associado à classe média.

Ao expressar uma posição favorável à mistura de raças e adesão ao individualismo, combinada à vivência de manifestações culturais de origem africana que se tornaram símbolos da cultura brasileira, como o samba, e à participação em eventos políticos marcantes, como as comemorações do Centenário da Abolição, essa família negra sintetizou os pontos mais importantes na caracterização do anti-racismo universalista compartilhado na classe trabalhadora, mas, ao mesmo tempo, repercutiu as mudanças capitaneadas pelos jovens negros que, ao ingressar na universidade, se aproximaram do anti-racismo particularista e de outra concepção de negritude.

Estratégias anti-racistas

No que diz respeito às estratégias anti-racistas utilizadas no cotidiano, houve tentativas de evitar o confronto, apostando na negociação, buscando dar visibilidade às qualidades individuais através de pequenos gestos, ou recorrendo à informalidade, como no caso da divulgação pela internet de um episódio de tratamento discriminatório em estabelecimento comercial. Houve, ainda, as interferências nas atitudes e comportamentos dos pais e familiares fazendo com estes deixassem de lado, por exemplo, o uso de linguagem depreciativa para se referir aos negros em geral.

Cabe destacar, também, as mudanças comportamentais e atitudinais dos próprios estudantes a partir da reflexão e autocrítica, e a participação em organizações do movimento negro, em especial, aquelas que atuam na universidade, ou no campo da cultura negra, como o hip-hop e a capoeira. Além disso, as reações dos estudantes foram marcadas pelo silêncio e pela ausência de iniciativas como, por exemplo, as denúncias através de organizações anti-racistas, delegacias especializadas, ou ações coletivas.

Arani, da ECA, ao falar sobre o casamento dos pais comentou que uma tia que, segundo ele, era muito preconceituosa em relação à mãe dele dizia em tom de reprovação se referindo ao pai dele: “Meu sobrinho namorando com essa baiana!”. Ele lembrou que em São Paulo o termo “baiano” é usado para se referir às pessoas que vêm do Norte e Nordeste do Brasil, em geral, de maneira pejorativa. Diante desses fatos, ele afirmou que a mãe nunca se deixou abater e que acabou conquistando toda a família, inclusive essa tia que hoje em dia é amiga da mãe e a admira bastante. O aspecto que me parece interessante destacar é que o estudante ressaltou que o modo como a mãe reagiu a esse “preconceito” – sem partir para o confronto – é que explicava porque a situação se resolveu:

Eu penso que se minha mãe tivesse uma postura de dureza em relação a ela, de ir para o confronto mais direto, talvez ela tivesse criado uma situação tão ruim dentro da família que a coisa não ia se desfazer nunca. Mas ela teve um “jogo de cintura” maior e até um termo que é muito dela assim: ela diz que costuma dar “tapa com luva de pelica” (Arani, da Escola de Comunicação e Artes).

Em outro momento, depois de afirmar que não acreditava que fosse possível o isolamento dos índios, Arani descreveu o episódio em que brincou com um amigo que é do (Nome da Organização Negra) dizendo que não iria nesta organização, mas que criaria outra voltada para a questão indígena, com um nome similar, já que esta não existia. Através desse comentário irônico, o estudante manifestou a sua posição crítica diante das iniciativas que afirmam a identidade indígena e negra, criando fronteiras bem definidas para separar cada uma delas, que são associadas a culturas específicas e também separadas:

Eu me coloco um pouco no meio dessas duas coisas porque eu não me vejo, por exemplo, disposto a me vincular a um gueto de... Olha, aqui a cultura, a gente defende só o negro e é o negro e pronto porque, ou é o índio e se não for índio... Eu também não me vejo nessa postura e acho uma coisa também errada, limitadora, errada nesse sentido... brasileiro. Então, eu acho que devia ser “brasileiro” (Arani, da Escola de Comunicação e Artes).

Em seguida, Arani acrescentou que sentia orgulho de ser descendente de indígenas, para enfatizar que com essa opinião não estava querendo negar tal origem. A sua discordância era com o que, segundo ele, era “radicalismo”, usando a expressão “jogar com a mesma moeda” para explicar que não concordava com uma posição separatista como resposta ao racismo¹⁸. E completou dizendo que nas Artes Plásticas ele teria que lidar com um lado da cultura que é européia, ressaltando que o pai é descendente de italianos (o bisavô era italiano), e que também não desejaria descartar essa influência. Ele assumiu, portanto, que era mestiço e que não gostaria de ter que fazer a opção por apenas uma das duas vertentes de sua formação – indígena ou européia.

Qualquer tentativa de se conscientizar o negro de que ele é negro, é válida, então eu acho que isso tende, deveria até se proliferar mais, entendeu? O que se faz, por exemplo: você associa hip-hop, geralmente associa rap, a uma coisa, para quem não conhece, para a população branca, com maior poder aquisitivo, é algo depreciativo. Eles pensam: “Não, só tem ladrão, é o que os ladrões cantam”. E aí fica esse estereótipo, mas eu acho que qualquer tentativa de se conscientizar a população negra de que ela é negra, de fazer com que ela tenha orgulho desse estado de ser negro, é uma coisa muito boa. (Reinaldo, da Escola Politécnica).

O trecho acima da entrevista com Reinaldo, da Escola Politécnica (POLI), é exemplar no sentido de revelar que as ações voltadas para a

¹⁸ Uma expressão muito semelhante e com o mesmo sentido foi utilizada em outra entrevista: “Talvez o negro esteja querendo devolver com a mesma moeda, e não sei se esse é o caminho” (Natália, da FFLCH).

elevação da auto-estima e afirmação da identidade negra promovidas por organizações culturais negras – como os grupos de capoeira e hip-hop – receberam um grande apoio dos estudantes negros.

O próprio movimento negro dá condição suficiente pra gente lidar com isso. Por exemplo, o [Nome do Grupo de Capoeira] me dá muita força pra isso. É um bom caminho você lidar com a cultura do teu povo, com a cultura africana, é um ótimo caminho. Disseminar inclusive dentro da universidade e fora também. É um ótimo caminho lidar com isso, porque te fortalece, você fica forte e você tira essa coisa de recusa... Você não tem que recusar ninguém. Assim como você não tem que ser recusado por ninguém. [Grupos só para negros] Não, fechado eu não gosto, não. Porque aí muitas vezes o próprio negro acaba criando preconceito com o branco... E a única pessoa que sai enfraquecida em relação a isso é o próprio negro. Eu não concordo com isso, não. Se a gente quer que o nosso espaço seja aberto, a gente não pode fechar o espaço de ninguém (Orlando, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

A importância da atuação das organizações que integram o movimento negro, no sentido de auxiliar os indivíduos a elevar a auto-estima e a reagir à construção de auto-imagens negativas, foi destacada, por exemplo, no trecho acima da entrevista de Orlando, da FFLCH. Na época da entrevista ele participava de um Grupo de Capoeira que utilizou durante algum tempo uma das salas de aula da Universidade para o desenvolvimento das suas atividades. Ao ressaltar esta contribuição, o estudante afirmou que “Você não tem que recusar ninguém. Assim como você não tem que ser recusado por ninguém”, explicitando a sua posição contrária à criação de grupos que aceitam apenas a participação de negros. Desse modo, emergiram as críticas ao discurso em defesa da exacerbação do conflito racial como tática política, e à formação de grupos, ou promoção de eventos, exclusivamente para negros.

Judite, estudante da FFLCH, cuja família é da classe trabalhadora, e o pai é envolvido com sindicalismo no setor metalúrgico, residindo na Zona Leste de São Paulo, expressou uma opinião similar ao comentar

que não lhe agradava participar de grupos formados exclusivamente por negros e se relacionar apenas com pessoas negras. Ao se referir à experiência das primas que freqüentavam bailes negros em São Paulo, a estudante afirmou que isso “era muito restrito para o que eu queria conhecer”.

Acho que, às vezes, ela é muito radical... Radical... Quer mudar tudo assim, não é fácil de mudar assim. Eu acho que tinha que igualar, mas não rebaixar o branco para subir o negro. Tinha que igualar, tinha que ter uma igualdade entre as pessoas, não esse radicalismo de ver o negro lá em cima, “estourando brancos”. Isso aí acho que não dá certo. Ela é atuante, atuante política, petista. Eu aprendi a ser petista com ela também, não posso dizer que não, mas é a verdade. Eu aprendi com ela. Então, é assim radical. [Sobre as organizações anti-racistas] Eu acho que é bom sim, para mobilizar esse grupo que é tratado como minoria, mas, na verdade não é uma minoria. Mais para conscientizar, para levar o pessoal pra frente, porque, às vezes, eles falam: “Ah, sou negro, pobre, não tem como resolver, como sair dessa tal...”. Aí tem que estar o grupo lá para falar: “Não, não é assim, você tem que se achar bonito, você tem que ir pra frente, estudar, trabalhar, que você consegue sair da miséria e tal...”. Então, para isso eu acho importante (Silvio, do Instituto de Física).

Uma posição semelhante foi defendida por Silvio, do Instituto de Física (IF) ao se referir a uma pessoa da família que é militante do Partido dos Trabalhadores, e de organizações anti-racistas e feministas. O termo “radicalismo” foi usado para se referir ao que ele entende como a defesa da superioridade racial dos negros em relação aos brancos, com a qual ele afirma não concordar. Ao mesmo tempo, o estudante enfatizou que apóia o trabalho de conscientização voltado para a elevação da auto-estima e para o incentivo à realização de projetos de estudo e trabalho entre os negros pobres.

O Movimento Negro tem medo dessas políticas de desigualdade social. Eu não entendo assim. Porque se o Estado, não só o Estado, se a sociedade aceita a política para combater a desigualdade social

e sendo que a população negra é em sua maioria pobre, eu não sei porque tanto medo assim de ter política, tanta crítica... Já que é essa política que é aceita, então vamos entrar nessa política primeiro, porque senão fica uma coisa meio de gueto – não seria bem gueto – uma coisa meio de isolamento assim... A maioria da população negra é pobre. Porque as pessoas não têm só uma identidade, têm várias identidades. Então, como pobre seria útil. Ela entra como pobre e aí seria interessante trabalhar a identidade negra. Apesar de tudo, eu acho que quem tem mais identidade negra é a classe média negra. Quem luta mesmo pela questão racial é a classe média negra. Porque eu acho que é ela que incomoda, é ela que não está no espaço dela, porque a comunidade pobre ninguém vai estar nem aí se está no lugar errado. Não, você está no lugar certo (Carlos, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

A recusa à formação de guetos e ao isolamento das organizações anti-racistas apareceu também nas referências críticas àquelas que resistem a utilizar como estratégia de combate ao racismo a inclusão das reivindicações de caráter social na agenda política. Na perspectiva de Carlos, da FFLCH, a maior aceitação por parte da opinião pública e do Estado das medidas voltadas para beneficiar os pobres justificaria que as organizações anti-racistas dirigissem suas ações para esse segmento como forma de, indiretamente, beneficiar os negros.

Eu não sei se eu entraria ainda, eu não sei, eu tenho muitas dúvidas ainda. É um discurso muito difícil de você colocar assim publicamente. É difícil colocar: “Eu luto contra o racismo”. A pessoa fala assim: “Como assim contra o racismo? Não há racismo no Brasil”. É um discurso difícil aqui no Brasil. Você precisa de muita preparação... E é um discurso sério, é um problema sério que se você for lutar, você tem que lutar com competência... Porque é muito fácil você militar aqui dentro, mas quando você chega na galera, assim, vai falar: “Mas pra quem você está falando isso? Pra mim? Eu sou negro e até hoje eu nunca sofri nada de...” E aí, o que você vai falar pro cara? Que ele sofre preconceito no serviço dele? Não. Ele vai falar que é porque ele não estudou. É mentira? Não, é verdade. Então,

acho que para entrar num movimento desse tem que sofisticar mais o discurso e tal, tem que ter bem claro o que você quer (Carlos, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Apesar de reconhecerem a importância da atuação das organizações anti-racistas, somente alguns dos estudantes entrevistados participavam diretamente delas, e nesses casos se tratava de grupos culturais, capoeira e movimento hip-hop, ou de uma organização que desenvolve atividades políticas e educacionais no espaço da Universidade. No entanto, muitos tinham contatos e proximidade com lideranças, principalmente, no caso daquelas com uma atuação mais destacada dentro da universidade. No trecho acima, Carlos, da FFLCH, comentou sobre as dificuldades que estão implicadas na adoção de uma posição publicamente comprometida com a luta contra o racismo no Brasil, que foram apontadas como razões para as incertezas quanto à participação mais ativa no movimento negro. Ao afirmar que “é muito fácil você militar aqui dentro”, o estudante ressalta que as dificuldades maiores existiriam no contato com a população negra pobre, de fora da universidade, que não seria facilmente persuadida da existência do racismo e da relação deste com os problemas enfrentados no cotidiano. Novamente, por contraste, se evidencia as tensões existentes entre perspectivas anti-racistas distintas, uma universalista e outra particularista, ambas com variações e ramificações internas.

Faz parte do meu mundo ser negra, mas os problemas que eles levantam eu não sei se eu sou muito... Talvez daqui a quatro, cinco anos eu mude o meu ponto de vista, mas eu não sei se eu vejo eles levando a sério demais, ou se eu... Se eles são muito radicais ou se eu sou muito nem aí com nada. Uma coisa que por enquanto assim, é problema, mas eu sei que isso eu posso superar por mim, eu não preciso de um grupo pra superar. Eu sou negra sim, sou assumida negra, eu não preciso me expressar de maneira diferente pra provar que eu sou negra, porque você olhando pra mim você vê que eu sou negra, eu não sou inferior a ninguém por ser negra. Quer dizer, isso eu acho que está bem definido. É difícil eu ir brigar por uma causa que pra mim é mais ou menos resolvida, uma coisa que eu não acredito muito. Não é que eu não acredito. Eu sei que existe. Sei que

tem gente que sofre mais, mas é difícil você lutar por uma coisa que eu não sofro. Eu acho muito estranho, talvez se eu sofresse mais eu falaria que vestiria a camisa (Leila, da Faculdade de Educação).

Nesse trecho da entrevista, Leila, da FE, afirmou que não se sentia motivada a participar de ações de caráter coletivo ou grupal voltadas para a defesa dos negros, apesar de não ter dúvidas sobre o fato de ser negra, ao comentar sobre as posições de militantes anti-racistas que ela conhecia na universidade. Como justificativa para tal ausência de motivação a estudante afirmou não acreditar que a realidade do racismo fosse tão brutal como os militantes descreviam, o que talvez se justificasse pelo fato de eles serem de outra geração. Nessa fala se combinou a afirmação da negritude, com a minimização do problema do racismo e, por decorrência, a falta de motivação para a participação em ações coletivas de caráter anti-racista. Tal associação chama a atenção para a relação complexa entre identidade racial, percepção do racismo e reação a ele, tema que já foi objeto de estudo dos autores que associavam a frágil mobilização dos negros contra o racismo à ideologia da democracia racial (HANCHARD, 2001; TWINE, 1998; TURNER, 1985).

Ao refletir sobre as percepções desses jovens acerca do movimento negro é interessante notar que o apoio à atuação das organizações anti-racistas e grupos culturais, se associou à reivindicação de que esse movimento não fosse restrito, fechado, não fosse para poucos, mas, pelo contrário, fosse aberto, amplo, para a maioria. Inicialmente, isso chama a atenção que, apesar da diversidade existente em termos de tipos de organizações e posicionamentos políticos, o movimento negro é descrito como coeso e homogêneo, e associado tanto à construção de auto-imagens positivas e à elevação da auto-estima dos indivíduos negros, quanto à defesa do exclusivismo racial. No entanto, seja nas organizações voltadas para a atuação política, e mais ainda naquelas que se dedicam às atividades culturais e educacionais, o que prevalece no Brasil é o formato aberto à participação independente da cor. Além disso, ao utilizar e contribuir decisivamente para popularizar uma definição abrangente de negro, que inclui o segmento mestiço da população, o movimento negro

recente buscou justamente escapar da armadilha que seria se tornar um movimento de uma minoria, almejando ser representativo da maioria da população. Não é a toa que nos pronunciamentos públicos de muitas lideranças a referência à proporção de negros, segundo essa definição abrangente, existente na população brasileira, e, a partir daí, a denúncia das desigualdades raciais ocupa um lugar de destaque, pois isso dá sustentação aos argumentos que advogam que a causa anti-racista é justa e diz respeito à maioria da população.

Outro aspecto a ser considerado é que a utilização de uma concepção múltipla, multipolar, de identidade, e a recusa de definições de negro e índio associadas à criação de fronteiras rígidas, à rejeição da mistura e à busca da homogeneidade interna emergiu nestas falas de maneira combinada à afirmação – e não a negação – do ser negro, ou índio. Portanto, não parece se tratar simplesmente de tentativas de branqueamento, que poderiam ser associadas à ideologia da democracia racial. Essa inquietação e desconforto diante do fechamento de categorias como negro, branco e outras, e a ênfase na heterogeneidade interna e no caráter parcial, instável, contextual e fragmentário das identificações raciais e étnicas são evidentes nas reflexões críticas sobre as políticas de identidade (GILROY, 2004; RESTREPO, 2004; SANSONE, 2003; APPIAH, 2000).

Universalismo e particularismo

A análise dos argumentos apresentados nas falas dos estudantes negros e do estudante indígena sobre as políticas mais adequadas para combater o racismo revelaram que existem duas perspectivas anti-racistas distintas, uma de caráter universalista e outra de caráter particularista, com variações dentro de cada uma delas.

A perspectiva universalista e suas variações

É que eu não vejo muito sentido em bolsas para estudantes negros. Eu acho que, assim como existem estudantes brancos com condições de prosseguir os estudos, existem estudantes negros, também, com condições de prosseguir os estudos, que não precisariam. Então acho

que deveria, que esses programas deveriam ajudar quem realmente, deixar em condições de igualdade quem não tem essas condições de igualdade, independente de ser branco, negro, mulato, ou qualquer coisa assim (Gustavo, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

No trecho acima, Gustavo da FFLCH, questionou a proposta de criação de bolsas para estudantes negros defendendo uma concepção de igualdade que não admite o reconhecimento de direitos coletivos com base em diferenças de cor. A evidência apresentada para sustentar esse argumento foi a existência de estudantes brancos e negros que prescindiriam de bolsas para prosseguir os estudos. Nesse tipo de ponderação, uma dupla preocupação foi incorporada, revelando não apenas a percepção da existência de desigualdades de classe entre os estudantes em geral – os brancos pobres também mereceriam ser beneficiários –, mas também a percepção da existência de heterogeneidades internas à população negra – os negros de classe média não deveriam ser beneficiários de tais políticas. Trata-se, portanto, da ênfase na heterogeneidade existente no interior de categorias como negro e branco, e da defesa do critério renda, ou classe – e não cor, ou raça – para a escolha dos beneficiários de tais políticas.

A minha opinião diz que é tudo uma questão de educação, mas uma educação de base. Eu acho que não adianta a gente colocar cotas pra estudantes negros... É uma coisa boa porque eles vão estar aqui dentro, vão estar na lanchonete, na sinuca, na sala de aula... isso é uma coisa muito boa... uma coisa que eu acho fundamental, mas por a gente ter uma educação de base que não foi tão boa assim os estudantes não iriam acompanhar, sabe, como um menino que teve uma educação de base ótima, que já chegou aqui, já está com o pensamento (pausa) eu acho que não é por aí. Eu acho interessante a proposta, mas não sei se é por aí não. [Sobre os cursinhos] Eu acho ótimo. Isso eu acho muito bom. Mas eu acho que a coisa está na escola mesmo, no colégio mesmo assim sabe, na escola pública. Ensino fundamental e médio, é aí (Orlando, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Ao comentar sobre a proposta de reserva de vagas para negros nas universidades, Orlando, estudante da FFLCH, se mostrou favorável à proposta porque seria um meio de garantir a presença negra no espaço e no cotidiano da universidade, mas, por outro lado, ponderou que os estudantes beneficiados teriam problemas de rendimento – “não iriam acompanhar” –, o que se explicaria pela má qualidade da formação recebida no ensino fundamental e médio. Nesse aspecto, se repete aqui a expectativa negativa que também foi expressa nas falas de alguns dos estudantes brancos entrevistados. Diante da complexidade da questão, o estudante reiterou que a solução estaria no investimento em educação básica.

Eu acho que o problema não é o ingresso em si, a prova, o vestibular. O problema está antes. Jogam assim pra onde o problema aparece, que é no vestibular. O problema é a educação antes. Não adianta nada criar uma cota agora, pra negros, pra estudante de escola estadual, pública, porque isso é só mascarar o problema atrás. Eu vou deixar entrar tantos por cento, eu vou falar assim: Ah, estão entrando na faculdade? Estão entrando sim. Olha lá, você está vendo? Só que a educação em baixo vai piorar mais, porque aí eu sei que eu vou ter uma chance de entrar por essas porcentagens e para esse estudante – independente de saberem aqui, ou não – vai ser taxado: “Entrou, porque é daquelas porcentagens de escola pública. Ah, o negro entrou. Ah, também, ele tem cota para entrar”. Acho que isso seria uma maneira de futura discriminação, e mascarando o problema anterior, que é o problema da ineficiência do sistema de educação e o problema de espaço mesmo, um problema social, um problema econômico. Colocar cotas seria só adiar esse preconceito aí na hora e jogar ele lá pra frente. [Você se candidataria?] Não me candidataria. Não, porque eu acho que todo mundo tem capacidade. Vá que demore mais quatro anos, mais cinco, mas todo mundo tem capacidade de entrar. Na minha cabeça isso vai ser um critério de... que vai te prejudicar pra frente. Daí alguém vai falar: “Ah, mas esse cara aqui entrou porque foi facilitada a entrada dele”. Vai ser motivo pra te jogarem na cara. Eu acho que o critério não é cor, é o critério econômico. Não é nem cor nem nada, é financeiro o problema... Eu falo aquele grupinho que vem vindo ali, você acha que quantos ali que não estudaram em uma boa escola? Dá pra

você contar no dedo. Se você olhar assim pela roupa, pelo modo de agir. Fica difícil... Daí a gente vê aquele papo dos japoneses, não é que os japoneses ... têm que ver o lado social. A sociedade deles é programada pra isso. Eles se uniram de uma tal forma pra romper com tudo isso... Eles têm uma organização imensa... Eu creio que o critério de mais peso é o econômico mesmo. E no caso dos japoneses é a organização entre eles. [Isso é uma coisa positiva?] No caso pra eles são, não sei se pra outros seria positivo, porque eles têm como identidade serem japoneses. Agora se você vai juntar os negros aqui pra fazer uma comunidade, você vai ter negro de um país, de outro, negro de uma etnia, negro da outra, e eles não estão centrados nessa idéia. Eles estão ligados assim: “Nós somos japoneses, acabou” (Leila, Faculdade de Educação).

Além de destacar, mais uma vez, que a ausência de negros na universidade se explica pela baixa qualidade do ensino básico, Leila, estudante da FE, associou a criação de reserva de vagas para negros à futura discriminação contra os beneficiários. Na sua argumentação, se evidenciou que a estigmatização que a estudante antecipava que ocorreria contra os negros se daria porque eles seriam considerados intelectualmente inferiores. E ela insistiu nesse ponto, reiterando que “todo mundo tem capacidade”. Ao lado disso, estava a afirmação de que o cerne do problema seria econômico, e não de cor, mas é interessante que, ao mencionar os japoneses, ela reconheceu que nesse caso, seria preciso levar em conta outro fator - a “organização” - para explicar os excelentes resultados alcançados no vestibular e na universidade.

Na graduação, com certeza, o número de estudantes negros aqui na universidade não reflete em nada o número de estudantes, com segundo grau completo, negros, que a gente tem na cidade. Eu não acho bom as cotas, eu não acho. Acho que a questão das cotas, isso sim é que é discriminação, que é achar que o estudante negro, se não tiver cotas, não tem condições de freqüentar a faculdade. Eu acho que tem, sim, ele só tem que ter as oportunidades que os outros estudantes de classe média e classe média alta têm, de ter um ensino médio e um ensino fundamental legal, que dê base para ele chegar e disputar o vestibular com igualdade... Então é como a

questão da população negra pertencer às classes mais baixas. Então, mesmo em escolas particulares – na escola que eu estudava não tinha um negro. Então acho que o negro não tem essa oportunidade de chegar em uma universidade, principalmente, por isso, porque não tem oportunidade de... não tem as mesmas condições que as outras pessoas de classe média, ou de classe alta têm... Eu acho que quando você pega a minha priminha, que eu acabei de falar para você, e coloca ela aqui dentro da universidade, do nada, eu acho que aí é que ela vai ser mais discriminada ainda mais, e que ela vai sofrer mais isso, porque ela não vai ter condições nenhuma. Eu não tenho nenhuma dificuldade, eu que fiz o ensino médio legal... Eu não sei porque, eu não gosto das cotas (Gustavo, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

O argumento que faz referência à discriminação contra os negros, que consiste em supor que eles são intelectualmente inferiores, foi usado novamente por Gustavo, estudante da FFLCH, para sustentar a posição contrária à reserva de vagas para negros. A preocupação com a reprodução do estereótipo que associa o negro à inferioridade intelectual é um tema recorrente nas falas desses estudantes.

Será que não está tendo uma... assim, o próprio censo diz que existe uma tendência à mulatização, à morenização do país, que a cada dia existem menos negros puros no país, como também existem menos brancos puros no país. O que está tendo no país é uma mistura de raças total, não dá mais para você falar: “Ah, eu sou totalmente branca”. Você vai ver na sua árvore genealógica, pode ter lá um negro, pode ter algum parente seu que é negro ou descendente de. Eu descobri há algum tempo atrás que tem até japonês na minha família. Os japoneses formam uma faixa muito diferente, porque eles preservam ainda aquele negócio de japonês só casa (a maioria deles) com japonês e tudo mais, por uma questão de tradição deles. Então, da parte deles... até da parte deles você vê uma mestiçagem já acontecendo. Lógico, a maioria ainda é japonês, mas existe também uma camada que está se misturando. Eu acho que o que existe que está fora da universidade pública é a classe social mais baixa, não é só de negros e brancos, é toda uma classe social, todas as pessoas que

moram na periferia e se distanciam cada vez mais da universidade pública (Márcia, da Escola de Comunicação e Artes).

Ao destacar que a ampliação da miscigenação torna cada vez mais raros os casos de negros e brancos “puros” no Brasil, Márcia, da ECA, sugeriu que existem dificuldades práticas para a implementação da proposta de reserva de vagas, relacionadas com a identificação da cor. O mais interessante é que foi dito que a “mistura de raças total” complicaria a auto-definição de uma pessoa como “totalmente branca”, deslocando, portanto, a discussão para a questão da branquitude. Por outro lado, o exemplo da própria família que a estudante descreveu como totalmente miscigenada foi citado, e, novamente, a referência aos japoneses pareceu complicar a argumentação, pois forçou ao reconhecimento de que, nesse caso, seria diferente, já que eles mantinham a tradição de somente se casar entre eles, embora também estivessem começando a se misturar. Esses argumentos conduziram à afirmação feita a seguir de que era a classe social que explicava o distanciamento de negros e brancos da periferia da universidade pública.¹⁹

As dificuldades relacionadas à classificação da cor e identificação dos beneficiários da reserva de vagas nas universidades é um tema recorrente na literatura que advoga uma posição contrária a estas medidas, como ficou evidente nas críticas aos procedimentos adotados na Universidade de Brasília para a identificação dos beneficiários, que incluíram a utilização de fotografia e a existência de uma comissão avaliadora (MAIO; SANTOS, 2005). No entanto, esta não é uma questão de tanta relevância para os estudantes, pois em apenas uma das entrevistas esse tema foi mencionado, enquanto outros foram muito mais citados, confirmando os resultados de pesquisas de opinião sobre o assunto.

¹⁹ Vale ressaltar que essa estudante era filha de um militante do PT, negro, que, segundo ela, se distanciou das organizações anti-racistas há muitos anos, por discordar do discurso contundente contra os brancos que foi considerado discriminatório.

Se por um lado a gente pensa que o cara está ali sem mérito, por outro, eu ainda não consigo enxergar uma medida tão eficaz quanto, para começar a mover o moinho... (Judite, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Diferentemente do que ocorreu em outros casos, as críticas às políticas universalistas por não terem efeito imediato, dependendo o seu sucesso, de um longo processo que começaria com a consciência individual, passaria pelo acesso à renda, necessária para garantir o acesso à educação básica de qualidade para os filhos, condição necessária para a aprovação no vestibular, não impediu que persistissem as dúvidas e o desagrado em relação à proposta de reserva de vagas. Judite, estudante da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, expressou essas dúvidas ao concordar que seria necessário encontrar formas mais rápidas de proporcionar mudanças na situação social dos negros, o que a reserva de vagas proporcionaria, mas demonstrando que gostaria de encontrar outra maneira de “mover o moinho”. A preocupação com a legitimidade da proposta, e as dificuldades para justificar que os negros tivessem acesso a benefícios especiais, que seriam vistos como privilégios, ganhava sentido justamente por reconhecer que o preconceito racial seria uma realidade na sociedade brasileira. Segundo ela, mesmo tendo contato com pessoas do (Nome da Organização Negra), e com pessoas de universidades norte-americanas, que defendiam as cotas, ainda não ficara a favor dessa proposta: de alguma maneira, a desagradava.

É, eu não penso só em termos raciais. Eu penso em termos raciais e carência. Eu acho que tinha que ir na base mesmo, tinha que melhorar a escola pública, tinha que... não sei algum dia chega a igualar à escola particular, mas tinha que melhorar bastante para o pessoal ter mais acesso e ficar no mesmo nível do pessoal que sai de escola particular. E quanto a esse negócio de abrir vagas para carentes ou para negros, pessoas negras, isso aí eu acho que não ia dar certo, porque ia ficar uma coisa desnivelada entre aqueles que vieram de escola particular e os que vieram da escola pública. Eu acho, que tinha que ir na base mesmo ou fazer mais cursinhos para

o pessoal de escola pública. Que nem lá onde eu moro o pessoal reclama que... esse cursinho da Poli é bom, mas é muito longe, esses cursinhos da USP, é muito longe. Todos os cursinhos bons e gratuitos são por aqui da USP aqui ou mais baratos, e o pessoal reclama: “Ah, é muito longe! Se tivesse aqui na Zona Leste...” Você não pode pensar só em termos de vestibular, tem que pensar: “Pô, terminei o segundo grau, tem que saber uma pá de coisa”. Porque segundo grau é uma pá de coisa que você aprende, mas aquela matéria eles passam rapidinho, eles não querem nem saber se você aprendeu, ou não. Então, eu acho que tinha que melhorar isso. O segundo grau está muito desvalorizado hoje em dia. Quem vai nas empresas com diploma de segundo grau não tem grandes vantagens, se não tiver experiência, se não tiver um cursinho por fora, não consegue nada. Eu acho que tinha que ser para carentes, para a carência, em geral. Aí, logicamente até minha tia concorda comigo nesse ponto, iriam entrar muitos negros, porque carência engloba a maioria dos negros (Sílvio, do Instituto de Física).

No trecho acima, Sílvio, do IF, afirmou que a reserva de vagas para negros, ou carentes, não seria uma iniciativa bem-sucedida porque persistiria uma diferença de qualidade entre os estudantes oriundos de escolas públicas e os que vieram de escolas particulares. Para sustentar esse argumento, o estudante enfatizou que o ensino médio público tem graves problemas de qualidade, deixando os estudantes que dele dependem completamente despreparados. No entanto, expressou a sua concordância com a reserva de vagas para estudantes de baixa renda, e a justificativa oferecida foi que a “carência engloba a maioria dos negros”, assumindo uma posição de apoio à chamada agenda escondida (*hidden agenda*).

Eu sou a favor da política de vagas, só que eu não acho que isso aconteceria [dificuldades dos estudantes para acompanhar os cursos]. Se você pega os melhores estudantes de escola pública, teoricamente, eles conseguiriam acompanhar os estudantes medianos de escola particular, porque isso é possível pela capacidade que eles têm e tudo. Então, eu acho que isso não aconteceria, não haveria esse problema desse acompanhamento, porque você estaria pegando o melhor dentro de um grupo. Só por seleção socioeconômica, aí sim nós

teríamos um problema, mas por seleção socioeconômica e pegando os melhores naquele... nesse grupo de alunos da escola pública, já é diferente porque com certeza esses alunos conseguiriam estar pau a pau com os alunos médios de escolas particulares. E pelo próprio fato de eu achar o vestibular, hoje em dia, eu achar o vestibular um caminho muito injusto, uma avaliação muito dura... só uma vez, entendeu? É lógico que você vai... surge um, surgem vários outros problemas como: como avaliar, como fazer um grau de equiparação entre as escolas, como dar uma nota normal, entendeu? E é isso que o ENEM está tentando mudar. Alguma coisa em relação a isso, mas mesmo assim há grandes problemas, mas mesmo com relação a isso eu acho que deveria haver essa cota, para mudar esse quadro de desigualdade que existe hoje, entendeu? Só que deveria se avaliar bem, entendeu? [Sobre cotas para negros] Bom, aí eu já acho que não deveria existir, mesmo sendo negro e tudo, porque aí sim seria um preconceito e eu diria que se existisse para negros, deveriam existir cotas para todas as populações, para todas as minorias, entendeu? E isso eu já acho que é difícil. Você não pode favorecer um negro carente, um branco carente, um índio carente. A maioria da população carente é negra, muito provável, mas, então... você não pode favorecer diretamente uma pessoa só por causa da raça dela. Aí, vai ser um preconceito também, vai ser um preconceito às avessas. Então, eu acho que deveria ser por uma... alunos de colégio público, uma seleção socioeconômica e uma prova. É muito provável que mais negros sejam favorecidos, mas você não está focando nos negros (Reinaldo, da Escola Politécnica).

Embora utilizando argumentos distintos, Reinaldo, da POLI, se mostrou favorável a uma proposta semelhante de reserva de vagas, que não focalizasse diretamente os negros, mas assumindo que eles seriam indiretamente beneficiados. Diferentemente dos demais, esse estudante argumentou que os beneficiários da reserva de vagas não teriam problemas de rendimento acadêmico, já que, além do critério sócio-econômico, o mérito seria considerado, pois seriam selecionados “os melhores estudantes de escola pública”. É importante destacar que ao mencionar esse aspecto, o estudante revelou um distanciamento em relação à generalização que prevaleceu em tantas outras falas, que não levaram

em conta que existem diferenças internas à população de estudantes que frequenta a rede pública e a rede privada de ensino. Além disso, o estudante também analisou criticamente o processo seletivo através do exame vestibular, considerado por ele injusto, discordando também nesse ponto de outros colegas. Esses argumentos foram importantes para sustentar a posição favorável à reserva de vagas “para mudar esse quadro de desigualdade que existe hoje”. O uso dessa expressão revela que o estudante tinha familiaridade com o discurso das organizações anti-racistas que defendem a proposta de reserva de vagas. Contudo, ao declarar, em seguida, que era contrário à reserva de vagas para negros o estudante assumiu uma posição divergente em relação a esse discurso. Os argumentos apresentados como justificativa para esta posição fizeram referência ao “preconceito às avessas”, que seria criar distinções no interior da “população carente”.

Uma variação dessa proposta foi defendida por Renata, da Escola Politécnica, que propôs que as vagas deveriam ser reservadas para pessoas de baixa renda, com um valor estabelecido, alegando que isso seria mais justo do que a reserva de vagas para negros.

A perspectiva particularista e suas variações

No entanto, outra posição, favorável à reserva de vagas para negros nas universidades públicas, foi também defendida entre os estudantes negros. Em alguns casos, ficou evidente que havia uma proximidade muito grande com o posicionamento das organizações anti-racistas que defendem a proposta, e até mesmo participação ativa na luta contra o racismo, dentro e fora da universidade. E o fato de que se aproximaram mais dessa posição depois do ingresso na universidade, fazendo referência explícita ao fato de que, anteriormente, eram contrários à proposta, foi destacado nessas falas.

...Antes de entrar na USP eu achava que não seria uma medida válida porque, porque eu achava que ia acontecer o seguinte, todo mundo ia falar que a gente tava discriminando os outros, porque

que a gente tinha que ser privilegiado e eles não? Mas acontece o seguinte, aí quando eu vim pra cá eu me deparei com o seguinte fato: o número de estudantes negros aqui na USP é pequeno, visualmente falando, é pequeno. Na minha classe, de sessenta alunos, hoje tinha cinco, e na população brasileira a gente é maioria se juntar os negros e os pardos... A gente seria a maioria então estaria desproporcional, principalmente, em se tratando de um curso que não é de difícil acesso, que é de fácil acesso, e que então assim teria condições de entrar a camada mais baixa da população. Então eu falei: Pô, estranho isso, eu achei que ia encontrar muito mais gente e acabei não encontrando. No Conjunto residencial da Universidade de São Paulo (Crusp) também o mesmo problema... pior ainda... Medicina, e o curso de Biológicas que tem aqui no campus a mesma coisa. Aí eu falei: Bom, tem alguma coisa errada, e alguém tem que fazer alguma coisa de alguma maneira... São problemas diferentes o fato de eu ser negra e pobre no Brasil... Discriminação por discriminação, a gente já sofre desde que veio pro país. Eu tô falando da escravidão... Então, que eu seja discriminada fazendo o curso que eu quero, e um curso que vai me dar possibilidade de não ter que passar... de não ter ... do meu filho não passar o que eu passei. Assim, tipo, tem que estudar o dia inteiro, estudar à noite, não que eu não goste do meu curso, eu escolhi meu curso, adoro fazer o que eu faço, jamais faria outro curso, mesmo porque eu gosto muito do que eu faço, mas aí você tem que falar: e as outras pessoas que não querem fazer Pedagogia, que de repente só têm essa possibilidade? Ou então, pior ainda, eu quero fazer Direito, aí vai pra uma faculdade... pior ainda porque você tem um diploma, mas você não tem nada porque o que você vai fazer com um diploma ruim? Então, eu falei: Já que a gente é a maioria, já vem discriminado desde sempre, então que eu seja discriminada em um curso que eu escolhi, que eu quero fazer, que eu tenho condições de fazer. Aí eles falaram assim: “Ah, tá, mas a gente pode tentar eliminar esse problema dando a formação”. Para mim, como pedagoga, seria o ideal, mas aí eu tenho que entrar na educação em forma geral, não só para negro, uma educação de qualidade para todo mundo. Aí vem aquele outro problema: A educação tem que formar, a escola tem que formar pra passar na faculdade? Não, não concordo com isso, mas que as pessoas que têm acesso à escola pública são as pessoas que nunca vão chegar aqui. Eu quero que vocês coloquem que pelo menos dão oportunidades às

peças optarem se elas querem, ou não, ficar aqui, inclusive negros. Depois vem dar aqueles exemplos dos Estados Unidos: “Ah, têm escolas nos Estados Unidos que estão fechadas porque não têm a cota de negros para preencher”. Eu falei: Pô, mas ela tem um tempo determinado pra existir pra política de cotas; na hora que ela não precisar mais, acaba com ela. Não tô falando que seja pra sempre. Mas eu preferia que ela existisse a ver pessoas como eu, que por um monte de fatores tive a oportunidade de estar aqui, tive condições... não tem condições de estar aqui, e só agora, não é? Então tá, me dá a oportunidade de mostrar, então, que eu tenho condições tanto quanto você de estar aqui, só que essa condição me foi negada porque eu sou negra, e porque eu sou pobre (Júlia, da Faculdade de Educação).

Ao se declarar favorável à reserva de vagas para negros na universidade, Júlia, da FE, destacou o quanto a experiência de ter ingressado na universidade foi importante na mudança de sua posição. A constatação de que os negros eram minoria nas salas de aula, mesmo em cursos como Pedagogia, que era considerado menos competitivo do que carreiras tradicionais como Direito, Medicina e Engenharia, forneceu evidências importantes para deslocar a preocupação anterior com a discriminação contra os negros que tal medida provocaria. Foi a partir daí que a estudante se colocou como parte de um segmento que desde a escravidão enfrenta a discriminação e que, portanto, não deveria temê-la, já que se tratava de uma possibilidade concreta de ascensão social. O direito de fazer opções em termos de projetos de vida, envolvendo, ou não, a formação universitária, em diferentes carreiras, foi ressaltado como algo importante. Assim como em outros casos, no desenvolvimento da sua argumentação, a estudante usou como estratégia retórica a apresentação dos argumentos contrários à reserva de vagas, que posteriormente foram rebatidos. Desse modo, ela se referiu, ainda, ao fato de que a suposta existência de escolas nos Estados Unidos que estariam sendo fechadas por não conseguirem preencher as cotas tem sido apontada como uma dificuldade a ser considerada no caso brasileiro. Em resposta, o caráter provisório da reserva de vagas foi salientado. Ao retornar ao tema da

capacidade intelectual dos negros, a estudante reivindicou a oportunidade de provar a competência que teria sido negada tanto pelo fato de ser negra, quanto pelo fato de ser pobre, enfatizando, desse modo, que levava em conta a importância das duas dimensões, e que, portanto, não estava deixando de considerar a questão de classe. Ao se colocar no lugar da pessoa que hipoteticamente seria beneficiária da reserva de vagas, a estudante deu mais força à sua argumentação, enfatizando que falava como pessoa negra e pobre.

Eu sou a favor de cotas, mesmo porque eu acho que... Enfim, um Estado que durante quatro séculos excluiu uma certa parcela da população, e depois de um tempo integra ela e não tem nenhuma política para realmente integrá-la à sociedade só pode ser uma coisa malévola. Realmente, ele tinha a noção de que o negro não ia ser totalmente integrado, e eu acho que esse fator era realmente o que eles queriam: a continuação do negro nessa sociedade, que é a mesma sociedade que castra, sobretudo, o cidadão. A maioria das pessoas que geralmente discute sobre isso vem com aquelas discussões sobre que a questão não é racial, ela é social... Aliás, um colega meu com quem eu discuti aqui disse que até mesmo a idéia de colocar 50% das vagas para as escolas públicas é ruim, porque ele dizia que isso continuaria existindo. Até mesmo a isso eles têm oposição. Eles acham que isso para a população negra, nem isso adianta muito, e isso não adianta mesmo porque, basta ver os fatos, dados, e você vê que a população negra, em grande parte, não chega nem mesmo a concluir o 1º grau. A maior parte da evasão se dá na população negra ainda no 1º grau, e no 2º grau ela aumenta muito mais. Outra crítica que eles colocam é que a sociedade atual estaria pagando por uma coisa que não fez. Tem outra crítica também que falam que é a idéia do Estado estar tomando uma posição que as pessoas dizem que deveria ser da população, que não daria certo as cotas porque é uma coisa que o Estado teria que estar outorgando. Então, deveria ser da população, mas... aí também... se o Estado criou esse sistema, ele deveria também contribuir para...E um outro colega meu, que é da Faap, ele também ele é branco, hein, ele é branco, hein, ele falou: “Num país ocidental sempre vai haver discriminação...” E, ao mesmo tempo, ele era contra as cotas, e eu

falei para ele: Pô, você reconhece que num país ocidental sempre vai haver discriminação, não só contra o negro, mas contra outras etnias diferentes. Então, você não acha que deve ser necessário criar alguma coisa para amenizar isso, para tornar esse Estado realmente justo, já que a população, de certa forma, nunca vai ser totalmente justa, e o racismo nunca vai acabar? Aí, ele ficou sem resposta. E é geralmente isso: as pessoas não conseguem enxergar a questão racial como um problema. Existe uma idéia corrente, pelas pessoas que eu convivi que é assim: as pessoas dizem que é racismo, só que ao mesmo tempo eles sempre tentam amenizar o racismo. O racismo nunca é o fator determinante, ele sempre é reduzido, ele é sempre do outro, ele é sempre de alguns poucos, ele é sempre algo... neutro, eles sempre olham como “neutro”: é racismo, mas ele não determina nada, ele não influi em nada. Realmente é essa a idéia que as pessoas têm. Cotas é meio que um paliativo. O necessário seria realmente que aumentassem as vagas e que se melhorasse o ensino do nível básico e médio. Para que realmente se tenha uma base igual, justa, para você poder prestar vestibular para a universidade. O caso é que a gente pensa assim: Quando que isso vai ser alcançado? Eu acho que assim: o sistema de cotas é uma coisa que pode ser colocado hoje, de um momento para o outro. Agora, você melhorar o ensino público, não é uma coisa que vai ser de um momento para o outro (Jorge, da Escola de Comunicação e Artes).

Ao declarar a sua posição favorável à reserva de vagas para negros, Jorge, estudante da ECA, inicialmente, reivindicou que os danos causados à população afrodescendente pelo longo período de escravização fossem reparados, apontando o Estado como responsável pela não integração dos negros. É importante notar que na perspectiva adotada aqui a ação do Estado foi vista como planejada com essa finalidade e por isso considerada “malévola”. A referência aos quatro séculos de exclusão reforçou o argumento, ressaltando que não se tratava de um processo recente, mas, pelo contrário, que teria raízes profundas. A partir daí, o foco se deslocou para a apresentação das opiniões da “maioria das pessoas”, seguidas de críticas e, desse modo, o estudante sintetizou os argumentos que, segundo ele, seriam mais aceitos, e expôs os seus

próprios argumentos. Vale salientar que não foi feita referência direta aos brancos, embora ficasse implícito que ao usar o termo “eles” o estudante estava se referindo a pessoas brancas.

Quando comentou sobre a posição daqueles que afirmavam que nem mesmo a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas resolveria o problema, o estudante admitiu concordar, sugerindo que os resultados de pesquisas sobre desigualdades raciais na educação fossem levados em consideração, o que demonstraria a gravidade da situação já que estes revelariam que é grande a evasão da população negra no ensino fundamental e médio. Mesmo que não tenham sido apresentados, a referência a esses números da desigualdade – “fatos, dados” – foi importante para reforçar que havia evidências de pesquisa confirmando que se tratava de uma situação muito grave. E esse quadro é que permite entender porque as cotas seriam apenas um paliativo. Ao se referir a duas outras críticas à proposta de reserva de vagas, o estudante mencionou a afirmação de que a sociedade atual estaria pagando por algo que não fez, e a intervenção indevida do Estado sobre uma decisão que deveria ser da população, temas presentes no debate público sobre as políticas compensatórias. Em relação a esse último ponto, a resposta do estudante foi coerente com o argumento inicial: “se o Estado criou esse sistema”, caberia ao Estado contribuir para reverter, ou resolver os problemas a ele associados.

Através do exemplo de um colega definido como branco que afirmou que o racismo sempre existiria nos países ocidentais, mas mesmo assim se dizia contrário às cotas, se calando diante da pergunta sobre qual seria a solução, o estudante sugeriu uma descrição que poderia ser apropriada para os brancos em geral. Em seguida, ele resumiu a sua interpretação da situação ao afirmar que “as pessoas não conseguem enxergar a questão racial como um problema”. Nesse ponto, uma questão crucial foi colocada em discussão: apesar do reconhecimento da existência do racismo, resta saber o quanto ele é determinante na explicação/compreensão dos fenômenos e problemas considerados socialmente relevantes. E nas palavras do estudante, o problema é que a maioria das pessoas consideraria que

o racismo “não determina nada”, “não influi em nada”, minimizando as suas implicações e entendendo-o como algo “neutro”.

Ao expressar, em seguida, a opinião de que as cotas seriam um paliativo e que a solução seria o aumento do número de vagas e a elevação da qualidade do ensino fundamental e médio, o estudante declarou o seu compromisso com a igualdade, o que é importante tendo em vista as acusações de “discriminação” e “racismo às avessas” contra os defensores da reserva de vagas para negros. Essa declaração preparou o terreno para que um argumento forte fosse utilizado, ressaltando que as cotas seriam um meio eficaz para obter resultados imediatos, enquanto que a alteração da situação do ensino público demandaria políticas de médio e longo prazo. Desse modo, um duplo objetivo foi alcançado: afirmar, por um lado, que seria possível conciliar a reserva de vagas com o investimento no sistema público de educação, e, por outro lado, destacar que esta proposta teria vantagens práticas, trazendo resultados em curto espaço de tempo.

É interessante que antes de entrar aqui surgiu lá essa idéia de cotas. Não no cursinho. Eu não lembro onde, mas antes de eu entrar aqui teve essa discussão em torno de cotas. Como eu estava envolvido com essa coisa do mérito, eu falei: Mas isso é um absurdo. Como assim, cotas? Eu não conseguia racionalizar a questão ainda. Aí eu entrei aqui. Quando eu entrei em contato com [NOMES DE PESSOAS] que eram do Movimento Negro, eu falei: “Não, realmente, pensando bem eu acho que é possível”. Hoje tenho outro discurso. Aí eu começo a pensar que é um caminho interessante, mas não é possível politicamente. E aí a questão que é um discurso muito mais político, vai depender muito... Eu defendo o discurso, essa luta pelas cotas porque atenta a reitoria para o problema do negro, mas eu não acho – não que eu seja contra – mas eu não acho que politicamente o Brasil vá fazer uma política de cotas. [Sobre reserva de vagas para escola pública] Eu acho que isso que é a coisa da democracia racial, você colocar a questão racial como se fosse uma questão social. Aí chega a hora de fazer a política que aparece o discurso da democracia racial, de que todos nós somos iguais e que a desigualdade aqui é social, mas não há diferenças de raça e

sim diferença econômica, diferença social (Carlos, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Carlos, da FFLCH, ressaltou nesse trecho que o contato com militantes anti-racistas depois do seu ingresso na universidade foi decisivo para a mudança de sua opinião que antes era contrária às cotas. Ao falar sobre isso, ele associou a posição anterior à adesão à ideologia do mérito, o que chama a atenção para o fato de que as fortes críticas a tal ideologia são centrais na argumentação daqueles que defendem essa proposta.

A antecipação de dificuldades políticas para a implementação da política de reserva de vagas para negros (e outros segmentos) no Brasil, parece não ter se confirmado se for levado em conta que, atualmente, dezenas de universidades públicas já adotaram esse procedimento nos seus processos seletivos (BRANDÃO, 2007), mas se mostrou acertada no caso específico desta Universidade, onde até o presente momento outras medidas de inclusão foram tomadas, mas persiste a recusa à criação de reserva de vagas.

Ao expressar a opinião contrária a essa proposta visando beneficiar estudantes de escolas públicas, como alternativa à reserva de vagas para negros, o estudante associou tal posição ao “discurso da democracia racial”, evidenciando uma divergência nítida com uma posição anti-racista distinta, universalista, que reitera a centralidade da dimensão econômica e insiste na afirmação de que “todos nós somos iguais”. A insistência na especificidade da dimensão racial, na rejeição do reducionismo econômico, bem como a crítica ao mito da democracia racial e à meritocracia, estão no centro da perspectiva anti-racista particularista defendida pelo estudante.

Eu acho o seguinte: para ingresso na universidade, eu já tenho uma visão que na universidade as pessoas não entram pelo mérito, mas pelas condições que fazem com que elas cheguem. Então, para a população negra hoje, eu acho que seria uma forma paliativa, mas que ajudaria. Eu acho que isso é importante para o ingresso na universidade e permanência... Eu acho que são duas formas de estímulo (Lúcia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Tal questionamento à noção de mérito foi expresso também por Lúcia, da FFLCH, demonstrando a percepção de que fatores externos, como as condições socioeconômicas – e não o mérito individual – são os mais importantes para explicar a aprovação dos estudantes no exame vestibular. Isso justificaria a posição favorável à reserva de vagas, apesar de também concordar que se trata de um paliativo. Foi com base nesse raciocínio, que o problema da permanência dos negros nas universidades foi citado, sugerindo a existência de uma demanda por políticas de ação afirmativa mais amplas, que não se limitassem à criação de reserva de vagas. As iniciativas que apóiam a formação acadêmica e fornecem bolsas aos estudantes beneficiados pela reserva de vagas nas universidades públicas – como o Programa Brasil Afroatitudo – são uma resposta a estas demandas, e chamam a atenção que as políticas de ação afirmativa no ensino superior não se restringem à criação de reserva de vagas, mas incluem um conjunto variado de ações visando não apenas o apoio individual aos estudantes, mas também a promoção de mudanças institucionais (BARRETO, 2007).

Uma variação nessa posição foi defendida por Selma, da FFLCH. Segundo ela, a proposta teria um caráter elitista, pois apenas uma proporção pequena da população negra seria beneficiada com a reserva de vagas, mesmo se considerada apenas a parcela jovem, ou em idade universitária.²⁰ A reserva de vagas não beneficiaria, portanto, aqueles que não chegam a concluir o ensino médio e que, mesmo quando o fazem, não planejam ou desejam prosseguir os estudos em nível universitário. Como um desdobramento desse argumento, estava a alegação do caráter conservador da universidade enquanto instituição, o que explicaria a opção de muitos jovens negros por desenvolver outros projetos pessoais, ou profissionais, que não incluiriam a realização de cursos de nível superior.

²⁰ A estudante residia no CRUSP, prédio que a Universidade mantém para estudantes que comprovam que tem renda familiar baixa, onde foi realizada a entrevista.

Outro argumento, de algum modo associado ao anterior, apontou como limitação da proposta o fato de que os estudantes negros já inseridos nas universidades públicas teriam outras dificuldades que precisariam ser superadas, como a falta de oportunidades de pesquisa, e a falta de recursos para arcar com os gastos de material, transporte e alimentação.

Seja destacando o problema da permanência, além do acesso ao ensino superior, ou a necessidade de implementar medidas voltadas para o ensino secundário e para o público não-universitário, essas opiniões exprimem a existência de uma demanda por políticas de ação afirmativa de caráter mais abrangente, e não apenas por políticas universalistas.

Contrariando os resultados de outras pesquisas empíricas sobre o tema, segundo as quais não houve reconhecimento por parte dos negros de que tivessem sido alvo de racismo (FÉLIX, 2000; TWINE, 1998), os estudantes negros e o estudante indígena apontaram diversas situações em que se consideraram vítimas de racismo (com exceção de dois casos).

De maneira geral, os relatos dos estudantes foram ricos em descrições de situações consideradas como evidências de racismo, confirmando os resultados de outras pesquisas que têm apontado para a sua crescente visibilidade no Brasil. A análise das construções discursivas sobre o racismo permitiu identificar o uso de definições diferentes e de um vocabulário próximo ao que tem sido usado por pesquisadores e militantes anti-racistas que denunciam a existência de preconceito e discriminação contra os negros. No entanto, foram menos citadas as desigualdades e a dimensão institucional do racismo.

As evidências empíricas produzidas nessa pesquisa revelam que há, de fato, uma diferença entre gerações que não pode ser menosprezada, com a tendência de que os mais jovens e mais escolarizados se considerem assumidos, enquanto reclamam da negação da cor entre os pais (SANSONE, 1993). No entanto, isso não permite criar uma oposição rígida entre diferentes gerações, que representaria, no caso dos pais, a negação da negritude e a produção de discursos de estigmatização racial – uma posição racista –, e, no caso dos filhos, a afirmação da negritude e a produção de discursos contra-estigmatização racial – uma posição

não racista. O mais correto seria considerar que, tanto os pais quanto os filhos, transitam entre o uso de expressões pejorativas e representações negativas dos negros, e o não uso destas expressões e representações, e que, em alguns casos, há um esforço deliberado no sentido de abandoná-las definitivamente.

Em grande parte das situações descritas referidas à família, escola, mercado de trabalho e universidade, as evidências apresentadas trataram de insultos raciais dirigidos aos negros. Com base na análise das queixas registradas na Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo, no período de maio de 1997 a abril de 1998, Guimarães (2002, p. 169) desenvolveu uma interpretação segundo a qual o insulto racial é uma “forma de construção de uma identidade social estigmatizada.” Seguindo a interpretação desenvolvida por Elias e Scotson (2000) sobre a formação de grupos socialmente execrados, Guimarães (2002, p. 173) afirma que “a estigmatização requer, todavia, um aprendizado, que passa necessariamente por um processo de ensinar aos ‘subalternos’ o significado da marca de cor”, ou “ensinar à vítima seu lugar esperado”, ou seja, a subserviência. Com base nessa idéia, é possível afirmar que tal aprendizado foi constante ao longo da trajetória pessoal de alguns estudantes negros, e do estudante indígena, homens e mulheres, pobres e de classe média, atravessando os espaços da escola e do bairro, da casa e da rua.

Em relação ao anti-racismo, foi possível apontar a existência de duas posições distintas, com variações internas. Em uma perspectiva, as diferenças individuais existentes entre os negros foram enfatizadas, e apenas a categoria coletiva classe foi aceita. Vários argumentos foram usados para defender a igualdade entre os negros e brancos, ao tempo em que diversos argumentos serviram para justificar a posição contrária à ação afirmativa. Na segunda perspectiva, além da classe, a categoria coletiva raça foi aceita e as políticas de ação afirmativa foram defendidas através de vários argumentos, sem que isso implicasse generalizações freqüentes sobre os brancos, ou a defesa da superioridade dos negros em relação a eles. Para explicar esses resultados é necessário levar em conta, por um lado, a influência dos valores universalistas e a grande

visibilidade das desigualdades de classe e, por outro lado, a influência da construção recente do negro como categoria coletiva na perspectiva do anti-racismo particularista no Brasil.

Assim como acontece no debate público, os estudantes demonstraram que não levam em conta que a classe social, assim como o gênero, já está racializada no Brasil, prevalecendo na argumentação utilizada a lógica binária: classe versus raça.

Capítulo IV

Unões proveitosas: identidades raciais, ação afirmativa e inclusão

Como foi visto nas partes anteriores, os estudantes entrevistados, em geral, não usaram linguagem depreciativa para se referir aos negros e indígenas, assim como não defenderam a segregação e, explicitamente, a desigualdade racial. Além disso, foi unânime o reconhecimento da existência do racismo, confirmando o que já vem sendo apontado na literatura brasileira desde o final da década de 1990, em estudos realizados entre estudantes negros e brancos de outras universidades, entre negros de classe média, e na população em geral (FIGUEIREDO, 2003; TEIXEIRA, 2003; GUIMARÃES, 1998; SCHWARCZ, 1996, TURRA; VENTURI, 1995).

A grande visibilidade do racismo, especialmente, entre os jovens foi confirmada pelos resultados de uma pesquisa de opinião que revelou que a discriminação racial apareceu em segundo lugar como um dos fatores que mais causam problemas sociais no Brasil, ficando a corrupção em primeiro lugar, e a falta de segurança em terceiro lugar. Vale destacar que, segundo consta no relatório de apresentação dos dados da pesquisa, a cor não provocou variação significativa nos resultados e a falta de escolarização também foi citada entre as formas de discriminação percebidas pelos jovens, reforçando a idéia que, por si só, o menor acesso à educação formal gera um modo diferenciado de estigmatização (GOULART; FRANCISCO, 2007).

Esse resultado pode ser considerado discrepante em relação à retórica oficial que, durante o período do regime militar, apontava o Brasil como um país livre de racismo e considerava a afirmação da existência de racismo e discriminação racial no Brasil um ato antipatriótico, que

refletia a importação de um assunto estrangeiro.¹ As situações descritas nos capítulos anteriores desse estudo forneceram inúmeras evidências de que a presença do racismo, seja entendido como preconceito ou discriminação, foi considerada constante na vida cotidiana dos negros. Alguns dos temas que emergiram das falas de todos os estudantes universitários entrevistados, e com maior riqueza de detalhes entre os estudantes negros foram: as várias formas de linguagem depreciativa, o temor da mistura, a inferiorização, a desvalorização da estética e do corpo negro, o tratamento discriminatório nas relações de trabalho e de consumo e a falta de acesso a oportunidades de formação educacional de qualidade.

À primeira vista, esse resultado também parece divergente em relação às teorias que afirmam que a negação do racismo é um aspecto central no discurso, principalmente, das elites e dos brancos, não apenas na Europa e Estados Unidos, mas também na América Latina. No entanto, existem referências nesta literatura ao fato de que tais negações se expressam, principalmente, entre as elites e não apenas de forma direta, mas também indireta. Para Van Dijk (2002), tendo em vista a existência de normas sociais que proíbem a discriminação e os insultos raciais contra pessoas de outros grupos, os brancos geralmente não querem ser vistos como racistas e quando querem dizer algo negativo sobre as minorias tendem a usar negações com a finalidade de dar uma impressão positiva para seus ouvintes ou seus leitores. Segundo ele, tais negações não são somente pessoais, mas, especialmente no discurso da elite, dizem respeito também ao grupo em geral. E, mais do que isso, tais negações têm sido consideradas uma das características do racismo, por abordagens que destacam a sua adaptabilidade e o fato de que é cada vez menos freqüente encontrar no discurso afirmações explícitas de superioridade racial, que têm sido substituídas por argumentos que parecem moralmente defensáveis, socialmente aceitáveis, e que se apresentam como anti-racistas. E é justamente nas falas sobre as políticas anti-racistas que estas se tornam

¹ Conforme lembra D'Adesky (2007), essa observação foi feita por Carlos Hasenbalg.

mais evidentes (WIEVIORKA, 2004; ESSED, 2004; DOANE, 2006; BONILLA-SILVA, 2003).

Em vista disso, a conclusão é que embora as formas diretas de negação do racismo estivessem ausentes das falas dos estudantes universitários entrevistados, prevaleceram as formas indiretas, expressas, por exemplo, quando estes minimizaram a sua importância, ressaltando as clivagens de classe, ou quando se posicionaram em relação à ação afirmativa para negros. Vale ressaltar também que embora estivessem ausentes destas falas, as formas diretas de negação do racismo continuam no centro do discurso público no Brasil, como comprova publicações como a de Kamel (2006). A contestação da existência do racismo não é algo que pode ser considerado novo no Brasil, ou mesmo na América Latina, mas depois da criação de reserva de vagas para negros nas universidades públicas e de outros programas de ação afirmativa, no rastro das discordâncias sobre o formato das políticas anti-racistas, esta ressurgiu com força no discurso público.

Em geral, houve menor responsabilização dos negros pela situação de pobreza em que estes se encontram e não houve referências à pobreza dos povos indígenas. A pobreza dos negros foi apontada como um problema tão ou mais importante quanto o racismo, mas, espontaneamente os estudantes não ofereceram explicações para essa situação, e não estabeleceram uma relação de causalidade entre pobreza e racismo. Este resultado é distinto daquele encontrado no estudo de Lamont (2000) realizado nos Estados Unidos. Segundo ela, a associação entre a dependência percebida dos negros, a suposta preguiça deles, e os impostos pagos pelos brancos apareceram nas falas dos brancos, e eles expressaram abertamente a opinião que associava os negros à falta de esforço e de dedicação ao trabalho. Assim como quando explicaram as desigualdades, os negros foram apontados como os principais responsáveis pela sua situação, e não as condições sócio-econômicas. Para Lamont, a recessão econômica e o desemprego provocaram um senso de ameaça racial entre os brancos pobres nos Estados Unidos. Lamont chamou a atenção para o fato de que as representações dos negros como preguiçosos e violentos eram mais fortes do que as representações dos brancos como dominadores

e egoístas, e uma evidência disso foi que, conforme os resultados de surveys, uma grande proporção de negros também concordava com essas representações negativas sobre os negros.

Para entender o resultado distinto que eu obtive nas entrevistas realizadas com estudantes universitários é preciso levar em conta, inicialmente, que o grau de instrução mais elevado tem sido associado à menor explicitação de opiniões consideradas socialmente reprováveis, e esse parece ser o caso, posto que explicações individualistas que culpam os próprios negros pela pobreza recebem apoio pouco expressivo da opinião pública brasileira.

Esse tema já foi abordado por pesquisas de opinião realizadas no Brasil, como a do Instituto Datafolha (TURRA; VENTURI, 1995), seguindo um modelo que já é utilizado nos Estados Unidos. Diante de uma pergunta sobre como explicar porque os negros viviam em piores condições do que os brancos, a maior proporção dos entrevistados apontou o preconceito dos brancos contra os negros como resposta (57,9%), e apenas um terço apontou como explicação o fato de os negros não aproveitarem as oportunidades (26,0%). A cor dos entrevistados foi um fator que provocou apenas pequenas variações nas respostas. Os resultados de uma pesquisa realizada por D'Adesky (2001), no Rio de Janeiro e em Salvador, apontaram na mesma direção: quando pediu aos entrevistados que escolhessem, entre as várias causas apresentadas, aquelas que constituiriam os principais motivos do atraso socioeconômico dos negros, a conclusão foi de que eles

[...] concordam totalmente que o atraso social e econômico do negro se deve à existência de racismo, à dificuldade em conseguir um bom emprego e à falta de acesso a um bom nível de escolaridade. Concordam em parte quanto ao efeito da escravidão e discordam totalmente da suposta falta de garra do negro para competir (D'ADESKY, 2001, p. 180).²

² A estratégia usada permitia ao entrevistado escolher mais de uma opção de resposta, método de julgamentos categóricos, tendo sido apresentadas cinco frases: falta de acesso à boa escolaridade; dificuldade em conseguir um bom emprego; falta de garra do negro

Outra pesquisa realizada no Rio de Janeiro, pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), confirmou a possibilidade de que haja conciliação entre explicações diferentes para a desigualdade racial, mantendo-se que a responsabilização dos próprios negros encontra menor apoio: enquanto 82,2% dos entrevistados concordaram, total ou parcialmente, com a frase “A discriminação racial impede que os negros consigam bons empregos e melhorem de vida”, apenas 17,7% dos entrevistados discordaram, total ou parcialmente; diante da frase “O passado dos negros como escravos ainda pesa na vida deles”, 71,1% dos entrevistados concordaram, total ou parcialmente, enquanto apenas 28,9% discordaram, total ou parcialmente; e diante da frase “Os negros são menos esforçados do que os brancos”, apenas 13,4% concordaram, total ou parcialmente, enquanto 86,6% discordaram, total ou parcialmente (BARRETO; OLIVEIRA, 2003).

Os resultados do presente estudo mostraram ainda que o fato de os negros serem beneficiários de políticas públicas de combate à pobreza não foi associado à inferioridade, como apontou Lamont (2000) no estudo realizado entre trabalhadores negros e brancos nos Estados Unidos. Pelo contrário, as políticas de combate à pobreza em geral foram insistentemente mencionadas como necessárias, e em diversas falas esse tema emergiu quando, por exemplo, os estudantes brancos argumentavam que estas medidas seriam mais adequadas do que programas de ação afirmativa que incluíam a reserva de vagas para negros.

Cor, identidades raciais e ação afirmativa

A existência de um hiato menor entre as percepções de negros e brancos quanto à existência de racismo e quanto às políticas raciais, se comparado aos resultados de pesquisas semelhantes realizadas nos Estados Unidos, tem sido confirmada pelos surveys que testam o apoio da população brasileira à criação de reserva de vagas para negros e que

para competir com o branco; escravidão, que oprimiu o negro como escravo; existência de um racismo contra o negro.

analisam os motivos e razões apresentados para justificar as posições em relação à ação afirmativa.

As pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto Datafolha, em 1995 e 2006, pelo CEAP e pelo Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da UFF (DATAUFF), no ano 2000, forneceram evidências empíricas sobre as atitudes em relação às políticas anti-racistas. A primeira pesquisa incluiu uma pergunta testando o apoio à criação de reserva de vagas na educação e mercado de trabalho (TURRA; VENTURI, 1995). De acordo com os resultados, a cor, mas também a renda e a escolaridade provocaram variações nas respostas, e foram os segmentos da população de renda e escolaridade mais elevadas que revelaram maior oposição à proposta³. A segunda pesquisa, realizada no ano 2000, mostrou que era grande o desconhecimento da população sobre as políticas de ação afirmativa, pois 60,0% dos entrevistados afirmaram que não tinham ouvido falar dos projetos de reserva de vagas para os negros nas universidades e no mercado de trabalho. No entanto, entre os que já tinham ouvido falar do assunto, observou-se que existia uma tendência de apoio a tais propostas (BARRETO; OLIVEIRA, 2003).⁴ Ao analisar os resultados dessa pesquisa, Telles (2002) enfatizou a influência da cor e grau de escolaridade, e, estabelecendo uma comparação com pesquisas similares realizadas nos Estados Unidos, destacou o fato de que a cor provocava variação nos resultados, com a tendência de que o apoio fosse maior entre os negros, e menor entre os brancos. O grau de escolaridade também provocou alteração nos resultados, com a tendência que o apoio fosse maior na população de menor escolaridade, e menor na população de maior escolaridade, independente da cor. Isso

³ A pesquisa foi realizada em todo o território nacional. Entre os entrevistados que afirmaram discordar totalmente da proposta, 31,1% tinham até o 1o grau, 48,5%, 2o grau, e 68,6%, curso superior; enquanto que 34,9% tinham renda familiar de até 10 salários mínimos, 47,4% mais de 10 a 20 salários mínimos e 57,2% mais de 20 salários mínimos.

⁴ Desses entrevistados, 55,8% concordaram total ou parcialmente com a reserva de vagas para negros nas universidades, e 63,8% concordaram total ou parcialmente com a reserva de vagas em comerciais de TV.

significa dizer que embora o apoio dos negros continuasse maior do que o dos brancos, ele diminuía muito entre os que possuíam nível superior. A comparação com os Estados Unidos revelou que nesse país a diferença entre negros e brancos era muito maior do que no Brasil, mas não foram apresentados resultados que permitissem considerar a influência do grau de escolaridade.

Tais evidências foram interpretadas por Bailey (2004) como comprovação da irrelevância da cor e da inexistência de identidades raciais que estariam associadas a atitudes diferenciadas entre negros e brancos. Para Bailey, o fato de que no Brasil a maioria dos brancos e negros com baixa escolaridade demonstra apoio à ação afirmativa, enquanto que a maioria dos brancos e negros de elevada escolaridade rejeita tais políticas, coloca em dúvida a hipótese de que os interesses raciais são nitidamente baseados em grupos. Segundo ele, esta hipótese parte da premissa que os grupos são distintos entre si, e homogêneos internamente, e de que existem dinâmicas e identidades raciais monocromáticas, e pode ser adequada para contextos caracterizados por prolongadas histórias de identidades raciais segregadas e de conflito racial aberto (como os Estados Unidos), mas não é apropriada para o caso brasileiro onde a classe social tem um papel muito mais determinante na formação das atitudes, o que resulta das profundas desigualdades de classe. E, tendo em vista que a existência de desigualdade racial também tem sido amplamente documentada, a conclusão dele é que é preciso levar em conta a existência de intersecção entre diferentes identidades, complicando as teorias que tendem a reduzir a identificação social, e os interesses e ideologias que as acompanham, a uma essência primária.

Embora concorde com os autores que ressaltam a articulação existente entre múltiplas identidades e formas de desigualdade, eu penso que interpretações como a de Bailey ainda carecem de maior sustentação empírica, tendo em vista que são poucos os surveys já realizados no Brasil, e, além disso, existem evidências que apontam em outra direção, comprovando que persistem diferenças que estão associadas à cor, e que, portanto, seria incorreto negar totalmente a sua influência. Por

exemplo, no presente estudo foi visto que no caso dos estudantes negros e do estudante indígena foram usadas no cotidiano múltiplas estratégias anti-racistas, enquanto que o mesmo não ocorreu no caso dos estudantes brancos e do estudante japonês. No que diz respeito à construção de identidades, foi nítido que o ser negro, indígena, ou japonês foi objeto de problematização e reflexão, tendo em vista a presença, ou ausência de miscigenação nas famílias, e as tensões diante da aceitação, ou rejeição, por parte de outros significativos de alterações no modo de auto-definição. No caso dos estudantes negros, a afirmação de si como negro e as tentativas de livrar o termo de conotações negativas foi parte importante das estratégias anti-racistas. Tal reflexão sobre a branquitude, assim como as estratégias anti-racistas usadas no cotidiano, estiveram ausentes das falas dos estudantes brancos.

No que diz respeito às políticas anti-racistas, houve também diferenças marcantes, já que tanto os estudantes brancos quanto o estudante japonês se posicionaram majoritariamente contra qualquer tipo de reserva de vagas, e mais ainda contra a reserva de vagas para negros nas universidades, sendo mais frequentes as acusações de racismo dirigidas contra os defensores desta proposta. Isso significa dizer que os mesmos estudantes que demonstraram uma percepção aguçada da existência de racismo no Brasil foram prolíficos ao argumentar contra a criação de qualquer tipo de ação afirmativa beneficiando os negros. Com raras exceções, a posição majoritária, por exemplo, entre os estudantes brancos foi contrária à adoção dessas medidas como forma de confrontar o racismo, insistindo que as soluções universalistas seriam as mais adequadas para promover a inclusão dos negros no ensino superior. A tensão entre o reconhecimento de que estes eram alvos do racismo no Brasil, e a resistência à implementação de políticas específicas para esse segmento permeou as falas desses estudantes, sendo evidente a preocupação em fornecer justificativas, aparentemente neutras, que afastassem quaisquer possibilidades de que esta posição fosse interpretada como evidência de racismo. Entre os estudantes negros, a distinção foi nítida entre duas posições diferentes, uma contrária, e outra favorável à reserva de vagas para negros nas universidades, crescendo o

apoio quando o grupo beneficiário era formado por estudantes de escolas públicas e de baixa renda.

A rejeição contra as políticas anti-racistas e as acusações de racismo dirigidas para aqueles que defendem estas propostas também têm sido apontadas em estudos realizados em outros contextos. No caso dos Estados Unidos, a literatura que examina a rejeição existente à ação afirmativa, mostra que, apesar de existir também entre os negros, esta aumenta muito entre os brancos, principalmente, quando os negros são o grupo beneficiário (SEARS; SIDANIUS; BOBO, 2000).

No caso do Brasil, a conclusão é que, de fato, existem peculiaridades no que diz respeito à retórica do racismo e anti-racismo, se comparado aos Estados Unidos e Europa, e isto, provavelmente, ocorre também em outros países da América Latina e Caribe. Estas não justificam as interpretações que negam a existência de fronteiras socialmente construídas com base na idéia de raça, e que minimizam, ou negam, a existência do racismo. A constatação de que há no Brasil um hiato menor entre as percepções de negros e brancos, e de que existe uma proporção maior de pessoas de cor diferente entre os defensores e os opositores das propostas de reserva de vagas nas universidades, indica que estes não habitam em mundos culturalmente tão separados, como, segundo Lamont (2000), ocorre nos Estados Unidos. A meu ver, isso indica que as fronteiras raciais que existem no Brasil têm propriedades e mecanismos distintos daquelas existentes nos Estados Unidos, o que seria de se esperar tendo em vista que há diferenças estruturais e culturais marcantes entre os dois países. No entanto, tal fato tem sido erroneamente interpretado como comprovação de que as fronteiras raciais são inexistentes no Brasil, o que, por sua vez, tem servido como argumento para justificar a posição contrária à adoção de políticas que levem em conta a identidade racial dos indivíduos. Ao contrário disso, estudos como o de Guimarães (2003), que apresenta os resultados do censo étnico-racial realizado na USP, têm confirmado que a identidade de cor é cultivada na população brasileira e, em especial, na universitária. No presente estudo, também foi visto que o argumento de que não é possível, ou de que é difícil fazer a identificação

da cor, ou seja, saber quem é negro, ou branco, não foi considerado um problema, sendo um tema pouco saliente nas falas dos estudantes.

Um aspecto a ser levado em conta na análise dos resultados das pesquisas supracitadas, bem como de outras que testam o apoio da população à criação políticas de ação afirmativa beneficiando os negros e os povos indígenas, é que, como destacou Wade (2005), a negritude e a indianidade que têm sido construídas na América Latina têm uma dimensão inclusiva que não tem merecido o devido reconhecimento na literatura que critica o essencialismo das políticas de identidade. Destacar esse aspecto permite ver que políticas anti-racistas, como a ação afirmativa e o multiculturalismo, que são defendidas atualmente pelo movimento negro e indígena na região, podem promover a inclusão, e não a exclusão como afirmam os seus opositores. Os resultados do presente estudo mostrando que há conciliação entre posições favoráveis à miscigenação e de apoio às ações do movimento negro visando à afirmação da negritude reafirmam a possibilidade desta dupla associação entre miscigenação e diversidade, e entre negritude e inclusão. Esta concepção de negritude que rejeita a segregação de base racial e a afirmação da superioridade dos negros sobre os brancos, ambas criticadas pelos estudantes, está distante da concepção que tem sido construída no discurso que associa a identidade negra a divisões perigosas e ao ódio entre as raças.

Os resultados das pesquisas que mostram que o apoio por parte da população brasileira à criação de reserva de vagas para negros nas universidades se explica porque esta é entendida como um meio efetivo de inclusão social confirmam esta interpretação. Segundo Guimarães (2007), a comparação entre os resultados das pesquisas de opinião que testaram o apoio da população à criação de cotas para negros nas universidades, em 1995 e 2006, revela que o apoio cresceu nesse período. Além disso, os resultados de 2006 confirmaram a tendência já apontada em 1995 de maior apoio no segmento da população de menor grau de instrução. Guimarães argumenta que uma explanação para esse fato requer que se faça referência ao papel decisivo da educação superior nos projetos individuais e familiares de mobilidade social, principalmente,

na pequena classe média. O fato de que o ensino superior de qualidade seja público e gratuito, enquanto que o ensino médio de qualidade seja privado e pago – tendo como resultado que as elites intelectuais tenderam a se formar a partir das elites econômicas, ou seja, a partir das classes médias e altas, que têm condição de pagar por boas escolas particulares – tornou bastante diminutas as chances de mobilidade social através do ensino superior para as classes populares. E isso, para Guimarães, explica porque nesse segmento o sistema de ensino superior passou a ser percebido como extremamente perverso. Aí estaria a explicação para o fato de a criação de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, de baixa renda familiar, e negros tenha passado a ser vista como um meio eficiente para reverter tal perversão.

Acredito que Guimarães fornece pistas importantes ao explicar porque no Brasil há mais apoio às cotas para negros entre os menos escolarizados quando aponta para o significado do ensino superior no Brasil e a maior percepção entre os menos escolarizados de que as cotas são uma solução de curto prazo viável garantindo a ascensão dos pobres, que são em grande parte negros. A menor força da explanação individualista para o fracasso dos pobres e dos negros, e a grande visibilidade das desigualdades de classe, ajudam a explicar o maior apoio entre os mais pobres e com menor escolaridade. Por outro lado, o individualismo da classe média e do segmento com grau de instrução mais elevada, o que inclui brancos e negros, aliado à conclusão prática de que esse segmento vai ser relativamente prejudicado com a criação de cotas, ou seja, a defesa dos interesses desse segmento, ajudam a explicar o menor apoio.

Os resultados da pesquisa Datafolha 2006 sobre os motivos e razões para a aprovação das cotas revelam que: 48% concordaram com a frase “Reservar cotas para negros nas universidades é humilhante para eles”; 54% concordaram com a frase “Cotas nas universidades são necessárias porque a população negra foi escravizada e merece ser recompensada por isso”; 55% concordaram que “Reservar cotas para negros nas universidades pode gerar atos de racismo”; 67% concordaram com a frase “Cotas para negros nas universidades são fundamentais para aumentar

o acesso de toda a população à educação”; 78% dos entrevistados concordaram com a frase “As vagas nas universidades deveriam ser ocupadas pelos melhores estudantes, independente de cor, raça, ou condição social”; e 87% concordaram com a sentença “Deveriam ser criadas cotas nas universidades para pobres e pessoas de baixa renda independente de raça”. Como o formato utilizado nesse tipo de pergunta permite que os entrevistados escolham mais de uma opção de resposta, é possível capturar a existência de tendências distintas e, até mesmo, contraditórias, mas que talvez reflitam de maneira mais fiel o cenário atual em que, conforme também foi visto nos resultados das entrevistas analisadas nos capítulos anteriores, existem nuances entre as posições divergentes que estão em confronto no debate público sobre o assunto.

Para Guimarães (2007), esses resultados mostram que os argumentos que justificam as cotas como medidas de inclusão social são aqueles que recebem maior aprovação, confirmando que as cotas ganharam maior apoio popular exatamente porque esta parece ser a única proposta concreta para combater as desigualdades sociais brasileiras, trazendo resultados visíveis em curtíssimo prazo. Essa interpretação o levou à conclusão que o movimento negro se tornou o porta-voz de uma demanda maior do que a sua ideologia parecia predizer, retornando a uma tradição que marcou o movimento negro dos anos 1940 e 1950 quando se dizia que “Negro era todo o povo brasileiro”.

No período de 1930 a 1970, havia menor presença das narrativas sobre a origem africana e a luta dos afro-brasileiros se dirigiu para a sua aceitação como nacionais, e não estrangeiros, reagindo contra o que entendiam como preconceito e a discriminação racial. O esforço para a assimilação dos valores e da aparência associadas aos brancos teve como contraponto a redefinição como nacionais de expressões culturais até então estigmatizadas, como o samba e a capoeira, em um contexto de redefinição da própria identidade nacional como mestiça. Somente a partir de 1980 é que a afirmação da origem africana, a recusa do embranquecimento e a associação desta com a miscigenação, assim como as denúncias do racismo, não apenas na sua dimensão individual – como

preconceito e discriminação –, mas também na sua dimensão institucional – como desigualdade –, passaram a caracterizar os discursos e as ações do movimento que se define como negro, em um contexto de redefinição da própria nação como multirracial (SANTOS, 2005; GUIMARÃES, 2003a). O uso do termo negro com um sentido mais abrangente, de maneira a incluir também as categorias intermediárias como mulato, moreno e outras, só se tornou mais comum nesse período.

Conforme Guimarães (2007), ao utilizar uma definição abrangente de negro – que inclui os mestiços e os pretos – o movimento negro conseguiu se tornar porta-voz de demandas da maioria da população, evitando o risco de se tornar um movimento cuja importância seria minimizada pelo fato de representar um segmento minoritário da população. Isso provocou a reflexão sobre a necessidade de pensar a classe de maneira articulada com outras dimensões, como raça e gênero. E as denúncias de preconceito e discriminação contra os negros, a divulgação da desigualdade racial traduzida em números, e as reivindicações de cotas para negros provocaram uma maior sensibilização sobre a urgência de executar políticas de combate à pobreza, não apenas universalistas, mas também particularistas, ou focalizadas. Com isso também contribuiu o fato de que própria pobreza tem sido compreendida de modo multidimensional, e não mais reduzida à dimensão de renda (CHAMBERS, 2005). Os resultados do presente estudo, assim como de pesquisas de opinião, mostraram que o efeito da criação de reserva de vagas para negros no sentido de diminuir a pobreza tem sido percebido, invertendo a fórmula da agenda invertida, pois nesta última uma política particularista (reserva de vagas para negros) é usada como meio para atingir objetivos universalistas (combate à pobreza em geral). E para que tal inversão seja possível é fundamental que os negros sejam definidos de modo abrangente, constituindo a maioria da população. Dessa perspectiva, a reserva de vagas para negros não é percebida como elitista e excludente, mas, pelo contrário, como um meio de inclusão social, como ressaltou Guimarães (2007). Esse aspecto é minimizado por outros autores que, em alguns casos, criticam o movimento negro se apoiando na crítica ao

essencialismo e exclusivismo das políticas de identidade, e na defesa da miscigenação (RISÉRIO, 2007; PINHO, 2005; SANSONE, 2004), mas sem considerar a possibilidade de que a negritude e a indianidade tenham um caráter inclusivo, como destaca Wade (2005).

A utilização de uma definição abrangente de negro, que inclui os pardos, morenos, mulatos, caboclos etc., forçou a reversão de uma tendência que prevaleceu anteriormente de separação e, até mesmo, de oposição e conflito no interior da população de africanos e descendentes, escravos e libertos. As tensões entre africanos e crioulos, entre pretos e pardos, estão bem documentadas na literatura, por exemplo, nos estudos da História sobre a capoeira, cuja representação máxima é a oposição entre Nagoas e Guaiamuns (SOARES, 1994), bem como em estudos sobre o racismo no Brasil das décadas de 1950 e 1960, como o de Bastide e Fernandes (1959). Ao propor que pretos e pardos são negros, o movimento negro recente lançou novamente as bases para a formação de alianças políticas fundamentais para a conquista de direitos e para o exercício da cidadania, e, posteriormente, assumiu um papel de liderança crucial na reivindicação por políticas de ação afirmativa no Brasil (JOHNSON III, no prelo). Longe de se tratar de uma definição de caráter essencialista e primordialista, tal definição é eminentemente política, o que não significa desprezar a importância da referência a raízes, origens e ancestralidade. O fato de que os estudos sobre desigualdade racial tenham recorrido à utilização do termo negro definido como resultado da soma das categorias preto e pardo para fins de análise estatística dos dados sócio-demográficos da população deu legitimidade científica a uma construção política.

Diante da maior visibilidade e reconhecimento dos interesses de classe no Brasil, a rede de organizações e indivíduos que atuam na causa anti-racista conseguiu difundir a idéia que, se há uma concentração desproporcional de negros entre os mais pobres, e sub-representação deles entre os mais ricos – o que é facilmente constatado pela população – há um componente racial que precisa ser considerado. Uma tradução disso em termos de políticas públicas tem sido a conciliação da reserva de vagas

para estudantes oriundos de escolas públicas, e/ou de famílias de baixa renda, à reserva de vagas para negros que tem sido colocada em prática nos programas de ação afirmativa adotados em inúmeras universidades públicas. Estes programas têm tido uma maior aceitação (FERES JR., 2008), enquanto que a reserva de vagas apenas para negros, a utilização de processos seletivos separados, e o uso de comissões de avaliação para identificar quem é negro, têm sido objeto de maior contestação. Além disso, não apenas os negros, mas também os povos indígenas e os pobres têm sido beneficiados, o que indica a formação de uma grande aliança que abrange um largo espectro da população brasileira. Dessa perspectiva, se evidencia que através das políticas anti-racistas e, em especial, da reserva de vagas para negros, estão sendo construídas uniões proveitosas entre segmentos distintos da população brasileira.

Outras clivagens e a política

Afirmar a existência de fronteiras raciais e de racismo no Brasil não significa minimizar a importância de outras clivagens, e nem desprezar a influência da política. As críticas ao fatalismo das teorias que partem do pressuposto de que em qualquer sociedade grupos subordinados são oprimidos por grupos dominantes já chamaram a atenção para os equívocos das teses reprodutivistas que não conseguem explicar como ocorrem mudanças na estrutura de desigualdades que parece se reproduzir com perfeição (SNIDERMAN; CROSBY; HOWELL; 2000). No caso do Brasil, tal perspectiva levaria à conclusão que as barreiras que dificultam a ascensão social dos negros os mantêm concentrados na pobreza, e, por sua vez, a concentração na pobreza forneceria evidências reforçando os argumentos daqueles que afirmam que os problemas dos negros são apenas de classe, e com isso os esforços das organizações anti-racistas fracassariam diante da falta de apoio à implementação de políticas que poderiam alterar a situação, visando, especificamente, os negros.

No entanto, a experiência brasileira revela que a política – a atuação do movimento negro, com o apoio de outros movimentos sociais, de Partidos Políticos e intelectuais, no contexto de redemocratização – foi

fundamental para deflagrar o processo que conduziu à adoção de um conjunto de medidas visando à eliminação da estrutura de desigualdade através de políticas de promoção da igualdade racial. Os governos democráticos tendem a reagir às demandas dos segmentos organizados da sociedade e, atualmente, os diversos movimentos sociais têm pressionado o governo brasileiro para que as suas demandas sejam atendidas e o que os motiva é a luta pela defesa dos seus interesses, contra o que eles entendem que são os interesses dos grupos dominantes.

As críticas ao fatalismo das teorias que partem do pressuposto de que em qualquer sociedade grupos subordinados são oprimidos por grupos dominantes são importantes porque convidam a rejeitar a idéia de que a estrutura social é uma máquina reprodutiva, reconhecendo que existem processos internamente contraditórios. A partir daí, é possível incorporar a preocupação com a mudança e valorizar a ação e reação dos grupos subordinados, produzindo análises mais refinadas e livres dos equívocos dos modelos estruturais do passado.

Referências

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 43, p. 45-63, 1995.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

APPIAH, Kwame. Racial identity and racial identification. In: BACK, Les; SOLOMOS, John (Ed.). **Theories of race and racism: a reader**. London; New York: Routhledge, 2000.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. 323 p.

ARAÚJO, Rosângela (Janja) C. A África e a Afro descendência: um debate sobre a cultura e o saber. In: SILVA, Cidinha da. **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003.

BARRETO, Paula; OLIVEIRA, Cloves. Percepção do racismo no Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiaticos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2. 2003.

BARRETO, Paula. Apoio à permanência de estudantes de escolas públicas e negros em universidades públicas brasileiras: as experiências dos projetos Tutoria e Brasil Afroatitude. In: BRANDÃO, André Augusto (Org.). **Cotas Raciais no Brasil: uma primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

BASTIDE, Roger. Stereotypes et prejuge de couleur. *Sociologia - Revista Didática e Científica*, v. 18, n. 2, p. 141-171, 1956.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. Rio de Janeiro: Nacional, 1959. (Brasiliana, 305).

BASTIDE, Roger.; VAN DEN BERGHE, P. Stereotypes, norms and interracial behavior in São Paulo, Brazil. *American Sociological Review*, n. 6, v. 22, p. 689-694, 1957.

BAILEY, Stanley R. Group dominance and the myth of racial democracy: antiracism attitudes in Brazil. *American Sociological Review*, v. 69, p. 728-747. 2004.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades.** São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e desigualdade/Conselho Regional de Psicologia; Casa do Psicólogo, 2000.

BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BEZZON, Lara Andréa Crivelo. **Análise do sócio-econômico cultural dos ingressantes na UNICAMP (1987-1994): democratização ou elitização.** São Paulo: Universidade Paulista: NUPES, 1997. Documento de Trabalho 2.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racism without racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in the United States.** New York: Rowman and Littlefield Publishers, 2003.

BRANDÃO, André Augusto (Org.). **Cotas raciais no Brasil: uma primeira avaliação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

BRAZIL in black and white: skin color and higher education. Thirteen/WNET New York. Robert Stone productions. Princeton: Films for the Humanities & Sciences, 2007. 1 DVD (57 min.), son., color.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34; EDUSP, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional.** Rio de Janeiro: Nacional, 1960. (Brasílica, 307).

CARDOSO, Fernando Henrique. Pronunciamento do Presidente da República na Abertura do Seminário Multiculturalismo e Racismo. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos.** Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 13-17.

CARDOSO, Ruth; SAMPAIO, Helena. Estudantes universitários e o trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, p. 30-50, 1994.

CARNEIRO, Sueli. A experiência do Geledés: SOS racismo na tutela dos direitos de cidadania da população negra. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias de combate à discriminação racial.** São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 1996. p. 133-139.

CARNEIRO, Sueli. Estratégias legais para promover a justiça social. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (Org.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 311-323.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar Editorial. 2005.

CARVALHO, José Jorge de. Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação negativa. In: QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (Coord.). **O negro na universidade**. Salvador: Programa A Cor da Bahia/FFCH/UFBA, 2002. p. 79-99 (Novos Toques, 5).

CASHMORE, Ellis. **Dictionary of race and ethnic relations**. London: Routledge, 1996.

CASTRO, Nadya Araújo. Trabalhadores brancos num mercado negro e negros num mercado branco. In: CASTRO, Nadya; BARRETO, Vanda (Org.). **Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador**. São Paulo: Annablume, 1998. p. 178-195.

CHAMBERS, Robert. Participation, pluralism and perceptions of poverty. In: INTERNATIONAL CONFERENCE THE MANY DIMENSIONS OF POVERTY, 2005, Brasília. **Conference paper**. Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org/md-poverty/papers/Robert_.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2008.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 27-51.

CUNIN, Elizabeth. Identidades a flor de piel. Lo “negro” entre apariencias y pertenencias: categorías raciales y mestizaje en Cartagena. Bogotá: ARFO. 2003.

D’ADESKY, Jacques. Os estudos americanistas diante das relações raciais. In: SOTERO, Paulo (Ed.). **Perspectivas brasileiras sobre os Estados Unidos**. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars. 2007.

D’ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e muticulturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DEGLER, Carl N. **Neither black nor white: slavery and race relations in Brazil and United States**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1971.

DIEESE. **Dia Nacional da Consciência Negra**. São Paulo, 2000a. Boletim Especial.

_____. Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de São Paulo – PED/RMSP. São Paulo, 2000b.

_____. Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de São Paulo – PED/RMSP. São Paulo: 2008.

DOANE, Ashley. What is racism? Racial Discourse and Racial Politics. *Current Sociology*, Los Angeles, v. 32, n. 2-3, 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESSED, Philomena. Naming the unnameable: sense and sensibilities in researching racism. In: BULMER, Martin; SOLOMOS, John *Researching race and racism*. London; New York: Routhledge. 2004.

FÉLIX, João Batista de Jesus. *Chic show e Zimbabwe e a construção da identidade nos bailes black paulistanos*. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERES JR., João. Using race and skin color in public policies: justice in context. *Latin American Studies Association Forum*. v. 39, n. 1, WINTER 2008.

FERES JR., João; ZONINSEIN, Jonas (Org.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora da UNB, 2006, 304 p.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 2 v.

FIGUEIREDO, Ângela. *A classe média negra não vai ao paraíso: trajetórias, perfis e negritude entre os empresários negros*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) Sociedade Brasileira de Instrução, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FLOYA, Anthias; LLOYD, Cathie. *Rethinking anti-racisms*. London; New York: Routhledge, 2002.

FRY, Peter et al (Org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRY, Peter. Politics, nationality, and the meanings of “Race” in Brazil. In Brazil. Burdens of the Past. Promises of the Future. *Daedalus* - Journal of the American Academy of Arts and Sciences, v. 129, n. 2, p. 83-118, 2000.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. Cotas raciais – construindo um país dividido? *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 6, 2004.

GILROY, Paul. Identity, belonging and the critique of pure sameness. In: GILROY, Paul. *Between Camps: nations, cultures and the allure of race*. London: Routledge. 2004.

GOULART, Gabriela; FRANCISCO, Severino. *Adolescentes e jovens no Brasil: participação social e política*. Brasília: UNICEF; Instituto Ayrton Senna; Itaú Social, 2007. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/voz2007.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *New Ideological Inflections in the Study of Racism in Brazil*. São Paulo. 2007. Mimeografado.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Ações afirmativas para a população negra nas universidades brasileiras. In: SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima (Org.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 75-82.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade negra na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 29/30, p. 247-270, 2003a.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34. 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: FUSP: Editora 34, 1999. p. 195-224.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. Salvador: A Cor da Bahia, 1998. (Novos Toques).

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; PRANDI, Reginaldo. *A composição da população de estudantes inscritos e matriculados, segundo a cor, no vestibular Fuvest - Ano 2000*. São Paulo. Mimeografado.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Tratamento desigual de brancos e negros na procura de empregos na Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo: USP, 1999. Documento Interno de Trabalho n. 2. Projeto FORD/USP.

GÓIS, Antônio. 51% das universidades estaduais adotam ações afirmativas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jan. 2008, Cotidiano.

HANCHARD, Michael. **Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos A.; VALLE SILVA, Nelson do. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HELENE, Otaviano. **Estudo do desempenho em um exame vestibular em função de alguns indicadores**. São Paulo, 1997. Mimeografado.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições na década de 90**. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão, 807).

HTUN, Mala. Racial quotas for a “racial democracy”. **NACLA Report on the Americas**, New York, v. 38, n. 4, 2005.

JOHNSON III, Ollie A. Afro-brazilian politics: white supremacy, black struggle, and affirmative action. In: KINGSTONE, Peter R.; POWER, Timothy J. (Eds.). **Democratic Brazil Revisited**. No prelo.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KITAHARA, Satomi Takano. Os comportadinhos na Casa dos Gaijins. In: OLIVEIRA, Dijaci et al. (Org.). **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil**. Brasília: Editora da UnB; Goiânia: Editora da UFMG, 1998. p. 127-149.

LAMONT, Michèle. Euphemized racism. In: LAMONT, Michèle. **The dignity of working men: morality, and the boundaries of race, class and immigration**. New York: Harvard University Press, 2000.

LAMONT, Michèle. **The cultural territories of race: black and white boundaries**. Chicago: Chicago University Press, 1999.

MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, 2004.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os olhos da sociedade e os usos da Antropologia: o caso de vestibular da Universidade de Brasília (UnB)”, **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23. 2005.

MAPA DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO. São Paulo: INSPIR; AFLCIO; DIEESE, 1999.

MARTUSCELLI, Carolina. Uma pesquisa sobre aceitação de grupos nacionais, grupos “raciais” e grupos regionais, em São Paulo. *Psicologia*, São Paulo, v. CXIX n. 3, 1950.

MITCHELL, Michael J.; WOOD, Charles H. Ironies of citizenship: skin color, police brutality, and the challenge to democracy in Brazil. *Social Forces*, v. 77, n. 3, p. 1001-1020, 1998.

MOEHLECKE, S. **Propostas de ações afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior.** 2000. 183 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOISES, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, v. XI, mar. 2005.

MURJI, Karim; SOLOMOS, John (Eds.). **Racialization: studies in theory and practice.** New York: Oxford University Press, 2005.

MURJI, Karim. Sociological engagements: institutional racism and beyond. *Sociology*. v. 41, n. 5, p. 843-855, 2007.

OLIVEIRA, Cloves L. P. **A inevitável visibilidade da cor: estudo comparativo das campanhas de Benedita da Silva e Celso Pitta às prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo, nas eleições de 1992 e 1996.** 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Is all economic inequality among racial groups caused by racial discrimination?** Working Paper n. 43, Feb. 2008. International Poverty Centre. United Nations Development Programme. Disponível em: <www.undp-povertycentre.org/pub/IPCWorkingPaper43.pdf >. Acesso em: 30/09/2008.

PETRUCCELLI, José Luís. Casamento e cor no Brasil atual: a reprodução das diferenças. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 24., 2000, Petrópolis. **Anais...** Petrópolis: ANPOCS, 2000.

PINHO, Patrícia S. Descentrando os Estados Unidos nos estudos sobre negritude no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n.59, Out. 2005.

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (Org.). **Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 97-125.

PHOENIX, Ann. Extolling eclecticism: language, psychoanalysis and demographic analysis in the study of 'race' and racism. In: BULMER, Martin; SOLOMOS, John (Ed.). *Researching race and racism*. London: Routledge, 2004.

POWER, Timothy; JAMISON, Giselle. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, v. XI, mar. 2005.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (Coord.). **O negro na universidade**. Salvador: Programa A Cor da Bahia; FFCH/UFBA, 2002. 194 p. (Novos Toques, 5).

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Raça, Gênero e Educação Superior**. 2001. 302 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RATTANSI, Ali. *Racism: a very short introduction*. New York: Oxford University Press, 2007.

RATTANSI, Ali. The uses of racialization: the time-spaces and subject-objects of the raced body. In: MURJI, Karim; SOLOMOS, John (Ed.). **Racialization: studies in theory and practice**. New York: Oxford University Press, 2005.

RATTANSI, Ali. Just Framing: ethnicities and racisms in a "postmodern" framework. In: NICHOLSON, Linda; SEIDMAN, M. A. M. (Ed.). *Social Posmodernism: beyond identity politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 250-286.

RAW, Isaias. Cotas, provões e vestibulares. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 set. 2001. Tendências/Debates.

RESTREPO, Eduardo . Essencialismo étnico y mobilización política: tensiones em las relaciones entre saber y poder. In: BARBARY, Olivier; URREA, Fernando. **Gente negra en Colombia: dinamicas sociopolíticas en Cali y el Pacífico**. Bogotá: CIDSE; IRD; COLCIENCIAS, 2004.

RISÉRIO, Antonio. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. São Paulo: Editora 34. 2007.

SAMPAIO, Helena; LIMONGI, Fernando; TORRES, Haroldo **Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro**. São Paulo: NUPES/USP, 2000. (Documentos de Trabalho, 1).

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo: NUPES/USP, 1991. (Documento de Trabalho, 8).

SANSONE, Livio . Anti-Racism in Brazil. *Nacla Report On The Americas*, New York, v. 38, n. 2, p. 26-31, 2004.

SANSONE, Livio. **Blackness without ethnicity**. New York: Palgrave McMillan. 2003. p. 1 – 19.

SANSONE, Livio. Pai preto, filho negro: trabalho, cor e diferenças de geração. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 25, p. 73-98, 1993.

SANTOS, Jocélio Teles **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil**. Salvador: Edufba, 2005. 261 p. v. 1.

SAWYER, Mark. **Racial politics in Post-Revolutionary Cuba**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SCHWARCZ, Lilia. A Questão Racial no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia; REIS, Leticia Vidor (Org.). **Negras imagens**. São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 1996. p. 153-177.

SCHWARCZ, L. **Retrato em negro e branco: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. Ensino Superior na Brasil. *Revista USP*, n. 8, p. 33-38, dez./jan./fev., 1990-1991.

SEARS, David O.; SIDANIUS, Jim; BOBO, Lawrence (Eds). **Racialized politics: the debate about racism in America**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

SILVA, Adriana Souza; GÓIS, Antônio. Estudante carente sofre com adaptação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 fev. 2000, Cotidiano.

SILVA, Cidinha da (Org.). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003.

SILVA JR., Hédio. **Anti-Racismo: coletânea de leis brasileiras (Federais, Estaduais, Municipais)**. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998. 311 p.

SILVA JR., Hédio. Do racismo legal ao princípio da ação afirmativa: a lei como obstáculo e como instrumento dos direitos e interesses do povo negro. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (Org.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 359-387.

SILVA, Paulo V. B.; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: VAN DIJK, Teun A. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

SNIRDERMAN, Paul; CROSBY, Gretchen; HOWELL, William. The politics of race. In: SEARS, David O.; SIDANIUS, Jim; BOBO, Lawrence (Ed.). *Racialized Politics: the debate about racism in America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000. p.191-235.

SOARES, Carlos Eugênio L. **Negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994. 340 p. (Coleção Biblioteca Carioca, vol. 31)

TAGUIEFF, Pierre-André. Doutes sur l'antiracisme. In: **La force du préjugé: essai sur le racisme et ses doubles**. Paris: Gallimard, 1987.

TEIXEIRA, Moema Poli. **Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003. 267 p. v. 1.

TEIXEIRA, Moema Poli. Raça e crime: orientação para uma leitura crítica do Censo Penitenciário do Rio de Janeiro. **Cadernos do ICHF**, Rio de Janeiro, n. 64, p. 1-15, 1994.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TELLES, Edward. Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos. **Opinião Pública**, v. 8, n. 1, maio 2002.

TURNER, Michael. Brown into black: changing racial attitudes of afro-brazilian university students. FONTAINE, Pierre-Michel (Ed.). **Race, Class and Power in Brazil**. California: Center for Afro-American Studies/University of California, 1985. p. 73-94.

TURRA, Cleusa; VENTURINI, Gustavo (Ed.). **Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.

TWINE, France Winddance. **Racism in a racial democracy: the maintenance of white supremacy in Brazil**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

VAN DIJK, Teun A. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Teun A. Denying racism: elite discourse and racism. In: ESSED, Philomena; GOLDBERG, David T. (Ed.). **Race critical theories**. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

VALLE SILVA, Nelson do; HASENBALG, Carlos A. Race, schooling and social mobility in Brazil. **Ciência e Cultura**. Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Science, n. 51, p. 457-463, 1999.

WADE, Peter. Rethinking mestizaje: ideology and lived experience. *Journal of Latin American Studies*. n. 37, p. 239-257, 2005.

WADE, Peter. Construcciones de lo negro y del África en Colombia: política y cultura en la música costeña y el rap. In: MOSQUERA, Claudia; PARDO, Mauricio; HOFFMANN, Odile (Ed.). *Afrodescendientes en las Américas: trayectorias sociales e identitarias*. Bogota: Universidad Nacional de Colombia. 2002.

WETHERELL, Margaret. Racism and the analysis of cultural resources in interviews. In: VANDENBERG, Harry; WETHERELL, Margaret; HOUTKOOPTSTEENSTRA, Hanneke (Ed.). *Analyzing race talk: multidisciplinary perspectives on the research interview*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2003.

WIERSVORCA, Michel. Researching race and racism: french social sciences and international debates. In: BULMER, M.; SOLOMOS, J. *Researching race and racism*. London; New York: Routledge, 2004.

WIERSVORCA, Michel. Introduction. In: WIERSVORCA, Michel. *Racisme et modernité*. Paris: Éditions de la Découverte, 1993.

WINANT, Howard. *Racial Conditions: politics, theory, comparisons*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1994.

COLOFÃO

Formato	17x 24 cm
Tipografia	Sabon LT BT (texto)
Papel	Alcalino 75g/m ² (miolo) Cartão Supremo 250 g/m ² (capa)
Impressão	Reprografia da UFBA
Capa e Acabamento	ESB Soluções Gráficas
Tiragem	500